

Ciência & Cultura

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: POVOS E LUTAS



Ciência&Cultura

revistacienciaecultura.org.br

A Revista Ciência & Cultura é uma publicação de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

EQUIPE C&C

Conselho editorial

Alexey Dodsworth Magnavita de Carvalho
André Ramos
Carlos Medicis Morel
Elza Maria Ajzenberg
Ennio Candotti
Federico Mayor Zaragoza
Helena Bonciani Nader
Ima Célia Guimarães Vieira
João José Reis
Julia Tagüeña
Leonardo Avritzer
Lilia Katri Moritz Schwarcz
Luzia Matos Mota
Luiz Botelho de Albuquerque
Luiz Nassif
Marco Américo Lucchesi
Marcus Cueto Caballero
Maria de Lourdes Alves Borges
Marilene Correa da Silva Freitas
Mariluce de Souza Moura
Miriam Pillar Grossi
Paulo Eduardo Artaxo Netto
Sarah Azoubel
Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

Conselho executivo-científico

Fernanda Antonia da Fonseca Sobral
Ildu de Castro Moreira
Maíra Baumgarten Corrêa
Marcelo Knobel
Renato Janine Ribeiro

Editora-executiva

Chris Bueno

Editora-adjunta

Adriana Vilar de Menezes

Revisão e indexação

GN1

Web design

Noctis

Edição de vídeos

Miragem Content

Edição de podcast

Next

DIRETORIA SBPC

Presidente

Renato Janine Ribeiro

Vice-presidentes

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral
Paulo Eduardo Artaxo Netto

Secretária-geral

Claudia Linhares Sales

Secretárias

Miriam Pillar Grossi
Laila Salmen Espíndola
Francilene Procópio Garcia

Tesoureiras

Marimélia Porcionatto
Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelo

O conteúdo e as opiniões expressas nos artigos assinados em nossas publicações são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A revista Ciência & Cultura é uma publicação com fins educativos e de divulgação científica e cultura, e sem fins lucrativos.



Bicentenário da Independência do Brasil – Povos e Lutas

EDITORIAL

Povos e lutas em revista 2
Luciano Figueiredo

ARTIGOS

A longa viagem da ideia de independência: de fins do período colonial aos inícios de 1822 5
Luis Carlos Villalta

Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência 13
George Cabral

O combate que decidiu o futuro do Brasil 19
Johny de Araújo

O Sul em armas: As guerras que ajudaram a formar o Brasil e o Uruguai 28
Murillo Dias Winter

A desagregação do “Reino Unido de Brasil, Angola e Benguela” na independência brasileira 34
Gilberto da Silva Guizelin

Os confins à vista nos mapas do Brasil 47
Iris Kantor

As mulheres, a imprensa e a Independência do Brasil 57
Andrea Slemian
Danielly de Jesus Teles

Sete de Setembro: 200 Anos de Comemorações da Independência 63
Hendrik Kraay

REPORTAGENS

Os protagonistas da independência do Brasil 72
Chris Bueno

A voz das ruas no processo de independência 76
Patricia Mariuzzo

As guerras da independência 81
Chris Bueno

O grito que custou uma dívida 85
Ana Augusta Odorissi
Rafael Revadam

Tudo em aberto e em disputa 89
Mariana de Castro Alves

Independência: entre a história dos livros e a verdade dos corpos 93
Rafael Revadam

OPINIÃO

Liberdade para Quem? 97
Thiago Krause



Imagem: Arquivo SBPC

Imagem de capa: Participantes da reunião da SBPC lotam o Tuca, o Teatro da Universidade Católica, em São Paulo

A celebração do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972 não traz boas recordações. Em pleno regime militar, atravessando uma das fases mais brutais da ditadura, o país era assombrado por censura, perseguições e violência. Tanto terror destoava do ufanismo indecente que tomou conta das comemorações orquestradas para aquele ano. Elas se espalharam pelo Brasil, regadas a investimento maciço de recursos do governo em encontros cívicos, festas e eventos esportivos de massa, como a Taça Independência e

a Corrida da Pátria. Não foram esquecidas figuras carimbadas como D. Pedro I (cujos despojos vindos de Lisboa peregrinaram pelo país) e Tiradentes, rememoradas em cerimônias concorridas. Edições de livros, capas e matérias de revistas, assim como filmes épicos completaram o esforço de popularização do regime.

Bem longe desses holofotes, poucos se lembrarão que, na manhã de 6 de julho do mesmo ano de 1972, uma mesa redonda foi organizada na Universidade de São Paulo (USP) por iniciativa conjunta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC),

Povos e lutas em revista

Sem a participação dos povos seria difícil imaginar a conquista da plena soberania brasileira na luta contra Portugal. Mas a independência não seria nem a primeira nem tampouco a última manifestação de protesto.

Luciano Figueiredo

que realizava sua XXIV reunião anual entre 2 e 8 daquele mês, e da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), que promovia então o primeiro encontro do núcleo regional de São Paulo, entre 5 e 7 de julho. O tema da reunião dos historiadores não poderia deixar de ser outro, o Sesquicentenário da Independência.

A dobradinha foi idealizada por Shozo Motoyama, egresso do Instituto de Física, que passara a lecionar História das Ciências no Departamento de História da USP, e proposta à SBPC pelo núcleo da ANPUH, na pessoa

do seu diretor Eurípedes Simões de Paula. A mesa, com o singelo título de “Um encontro entre Cientistas e Humanistas”, trazia entre seus debatedores Eduardo d’Oliveira França, José Reis, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Oscar Sala, Ernst W. Hamburger, dentre outros. Também na plateia se misturavam historiadores (e historiadoras), filósofos, matemáticos, físicos, isto é, profissionais “de um e de outro campo da Ciência”.

Sob a claustrofobia em que se vivia, os participantes reforçavam, nos acesos debates daquele dia, a importância da unidade para enfrentar os desafios contemporâneos. “Cientistas naturais e os cientistas do homem”, sintetizou Oscar Sala, precisam se reunir num “profundo campo de encontro”, demanda que era também uma crítica velada à reforma universitária que fatiou o ensino da ciência quatro anos antes. Outro consenso que dali saiu foi a recomendação da implementação de núcleos de história da ciência nos departamentos das universidades brasileiras, tema da comunicação de José Reis na mesa redonda.

O filósofo Oswaldo Porchat, da USP, um dos debatedores convidados, pareceu indicar a tarefa mais imediata: “Acredito que o contato de cientistas de diferentes campos pode permitir àqueles que presenciam compreender que é preciso combater sobretudo tudo o que pudesse da civilização moderna qualificar-se como recusa do bom e verdadeiro espírito científico”.

Outra intervenção corajosa partiu de Ernst Hamburger, do Instituto de Física da USP, ao provocar: “seria de desejar que o século futuro, seja o século das ciências humanas e que os cientistas possam chegar a compreender a natureza da vida em sociedade e com isso criar subsídios para que o mundo aos poucos se torne um lugar melhor de se viver”. O físico sabia bem o que isso significava pois, há pouco mais de um ano (em dezembro de 1970), ele e sua esposa (a física Amélia Hamburger) haviam sido encarcerados e processados pelo governo militar.[1]

De certa maneira, a escolha da temática “Povos e Lutas” para o primeiro de uma série de três números da revista Ciência & Cultura, dedicados ao Bicentenário

Sem a participação dos povos, seria difícil imaginar a conquista da plena soberania brasileira na luta contra Portugal. Mas a independência, disputada de maneira ostensiva entre 1820 e 1825, não seria nem a primeira nem tampouco a última manifestação de protesto.

da Independência, inspirou-se nessas atitudes de combatividade. Afinal, assim como a oposição à ditadura militar instaurada com o golpe de 1964, os cientistas estiveram ao longo da história do Brasil invariavelmente comprometidos com a resistência em épocas de opressão. Fazendo um panorama superficial de algumas contestações mais célebres, havia mineralogistas dentre os participantes da Inconfidência Mineira, cientistas naturais foram suspeitos de conspirar contra a monarquia portuguesa na Sociedade Literária do Rio de Janeiro em 1794, José Bonifácio, o “patriarca da independência” tinha formação em química, juristas e médicos fizeram parte decisiva da luta abolicionista, engenheiros e professores estiveram nas fileiras do movimento tenentista. Os exemplos poderiam se multiplicar.

“Povos e Lutas” é uma escolha que assinala também a opção de desbotar o brilho solene da história e da memória da Independência com artigos, reportagens e entrevistas, nos episódios de podcast e de vídeos. Tal mobilização em 2022 de cientistas sociais, historiadores, ativistas e jornalistas comprometidos com a popularização do conhecimento buscou trazer à luz formas diversas de ações coletivas e individuais feitas por homens e mulheres, grupos indígenas, escravizados e libertos. Embora estejam presentes no imaginário do passado formador de nossa identidade nacional,

quase sempre colaborando para ilustrar falsas imagens de docilidade nas relações raciais ou a pureza indígena, esses protagonistas poucas vezes foram encarados como agentes decisivos no processo de emancipação política.

Sem a participação dos povos, como sabem os leitores, ouvintes e espectadores que vem acompanhando a publicação do material recente da Ciência & Cultura, seria difícil imaginar a conquista da plena soberania brasileira na luta contra Portugal. Mas a independência, disputada de maneira ostensiva entre 1820 e 1825, não seria nem a primeira nem tampouco a última manifestação de protesto. Foi decerto a maior delas, capaz de superar as acentuadas diferenças regionais, equilibrar o peso dessas elites avessas ao centralismo exercido a partir da corte do Rio de Janeiro, berço da conspiração, calibrar as ideias constitucionais e acomodar temporariamente o caldeirão de demandas e expectativas dos diversos segmentos sociais rumo a um projeto político colossal.

Nas comemorações históricas é muito natural considerar os eventos como coisa singular. A celebração da independência em 2022 precisa escapar dessa armadilha. Sob certa perspectiva, ela foi um acontecimento que atravessou um caminho que vinha de longe, e para longe iria seguir, povoado de guerras, conflitos, revoltas e resistências. Desde a colonização, donatários reagiram aos primeiros governadores, povos originários se armaram para defender suas terras e suas



Imagem: Acervo SBPC

Figura 1. Os físicos Ernst e Amelia Hamburger durante a 41.ª reunião da SBPC, no Ceará

tradições, escravizados se sublevaram, negociaram ou escaparam para os quilombos, soldados se amotinaram para receber pagamento justo, províncias ficaram independentes do poder central flertando algumas vezes com formas republicanas de governo, gente explorada em cantos remotos do país fundou arraiais para construir utopias, camponeses se mobilizaram para exigir acesso à terra, trabalhadores das fábricas paralisaram a linha de montagem.

Cada um desses acontecimentos tem dinâmicas próprias que embalam as ações coletivas em seu tempo. Cada contestação está pautada por circunstâncias ditadas pelas instituições, crenças, classificações sociais, ideias políticas e conveniências. Mas há algo que permanece, algo que permanece e ultrapassa a conjuntura da Independência e vence até mesmo o tempo relativamente curto percorrido pelo Brasil na longa história das tradições cívicas clássicas:

a defesa legítima por direitos e valores humanitários universais e a importância da rua, da ocupação do espaço público para reivindicar e transformar lutas em conquistas.

Tal é o compromisso que inspirou a preparação desse primeiro número e que merece celebração permanente.

Luciano Figueiredo é professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e editor científico desta edição da Ciência & Cultura

NOTAS

[1] Informações sobre a mesa redonda foram baseadas em ANPUH-Núcleo Regional de São Paulo, A independência: um debate. Revista de História. Ano XXIV, v. XLVI, n. 94, Abril-Junho de 1973, pgs 767-811; e ainda MOREIRA, Ildeu de Castro. A ciência, a ditadura e os físicos. Cienc. Cult. [online]. 2014, vol.66, n.4 [cited 2022-04-21], pp.48-53. . ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400015>.



“Pano de boca executado para a representação do extraordinário no Teatro da Corte, de Jean-Baptiste Debret”, de Jean-Baptiste Debret. Reprodução

No centro da imagem, está a nação brasileira, representada por uma mulher. Ela carrega, com uma mão, as tábuas da Constituição e, com a outra, um objeto indígena. Ao fundo, estão índios “bravios” e, nas laterais, “escravos leais” e “bandeirantes”. Na descrição da imagem feita pelo próprio Debret, vê-se ele atribuir centralidade a paulistas e mineiros na Independência

A longa viagem da ideia de Independência: de fins do período colonial aos inícios de 1822

Ou as Independências que a “Independência do Brasil” sepultou

por Luiz Carlos Villalta

Resumo

Este artigo aborda ideias de Independência ou de uma nova ordem pós-absolutismo construídas na América Portuguesa, entre 1788 e inícios de 1822, antes que a Independência tivesse começado a ganhar a forma que se tornou vencedora, com a chamada “Independência do Brasil”. Aborda também as principais referências intelectuais e políticas dessas ideias, seus modelos de inspiração, as articulações entre presente e passado e futuro que as balizaram.

Palavras-chave: independência do Brasil; bicentenário; história do Brasil

Às vésperas das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, é importante repensar o sentido que damos a esta palavra. Uma boa oportunidade para tanto consiste justamente em analisar como essa ideia foi construída antes de desembocar na Independência, nos anos 1822 e 1823.

O ponto de partida é necessariamente afastar-se de incorrer em certos erros. O primeiro deles é pensar que o Brasil, como país ou como nação, existia antes de se tornar independente. Com efeito, de inícios do século XVII até 1774, Brasil era apenas uma porção da América portuguesa, da qual não fazia parte o Estado do Grão-Pará ou Maranhão. Além disso, as capitanias existentes no período colonial não tinham a menor unidade entre si, pois se ligavam diretamente a Lisboa, sem se submeter a um governo central que, de fato, as reunisse e comandasse. Os habitantes da América portuguesa, sobretudo os de ancestralidade europeia, ademais, viam-se como portugueses. Reconheciam-se, é verdade, a partir de identidades locais (de pernambucanos, baianos, paraenses, fluminenses, etc.) e de uma identidade mais ampla do ponto de vista geográfico, mas muito fugidia: a de “portugueses da América”, “americanos”, “brasilienses” ou “brasileiros”.

O segundo erro a ser evitado, derivado do primeiro, é imaginar que, à época da emancipação política, a Independência fosse concebida de uma única maneira, de uma mesma forma, do modo como ela foi

efetivada. Em sua efetivação, sabe-se, venceu um projeto monárquico, capitaneado por D. Pedro, o príncipe herdeiro da coroa de Portugal, com apoio e, até mesmo, estímulo, de setores das elites do Centro-Sul do Brasil: uma Independência que traduzia uma visão de soberania compartilhada (entre a nação e o príncipe), uma dificuldade de ruptura com a metrópole, que ajustava o ideal de uma ordem constitucional à manutenção das fronteiras do então Reino do Brasil sob o controle de um governo centralizado (e centralista) no Rio de Janeiro, sem provocar qualquer abalo na ordem social e econômica. À época, havia compreensões diferentes sobre como seria o futuro país independente, o que envolvia distintas posições sobre quais territórios do então Reino do Brasil fariam parte do novo país, sobre como esses territórios estariam articulados entre si, e, até mesmo, sobre qual seria o regime político a

No Brasil, a ideia de Independência não teve, desde o seu aparecimento, um sentido unívoco. Entre fins do período colonial e os inícios de 1822, ela implicou um horizonte geográfico diverso e significados bastante específicos.

ser adotado. Isso se evidencia na “Falla”, um discurso, de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, dirigida a D. Pedro, então Príncipe Regente do Reino do Brasil, por ocasião do Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, de forma a pressioná-lo a aqui permanecer, não partindo de volta para Lisboa. Havia na época, inclusive, uma discussão sobre se haveria ou não continuidade de instituições existentes anteriormente; a mais importante delas, a escravidão, contudo, era objeto de poucos questionamentos, ainda que seu fim tenha levado alguns atores políticos à ação.

O surgimento da ideia de Independência

No Brasil, a ideia de Independência nasceu em fins do século XVIII. Ela não teve, desde o seu aparecimento, um sentido unívoco. Entre fins do período colonial e os inícios de 1822, ademais, ela implicou um horizonte geográfico diverso e significados bastante específicos, como já salientado.

Nicolau de Campos Vergueiro, em 18 de abril de 1822, foi um personagem que bem sintetizou a emergência da ideia de Independência, suas idas e vindas, bem como seus desafios. À época, ele era deputado por São Paulo na Assembleia Constituinte instaurada em Lisboa como resultado do sucesso da Revolução de 24 de agosto de 1820. Essa revolução, iniciada na cidade do Porto, em Portugal, tornou-se objeto de grande entusiasmo e adesão nas várias capitanias do

Brasil, em 1821. A Revolução do Porto, de fato, fez com que aqui se sonhasse com a instauração de uma ordem regida por uma Constituição e, igualmente, uma organização política em que as capitânicas, transformadas em províncias, não se vissem sufocadas por um governo central, que, desde 1808, estava sediado no Rio de Janeiro.

Segundo Vergueiro, a ideia de emancipação política surgiu no Brasil com a Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. Mas ela retrocedeu quando se deu a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, na passagem de 1807 para 1808. O entusiasmo com a unidade em torno da monarquia portuguesa, porém, não durou muito tempo, pois o governo estabelecido no Rio de Janeiro desagradou as capitânicas com seus erros. Então, ocorreu a Revolução de 1817. De acordo com Vergueiro, a derrota da Revolução, vencida pelas forças leais a D. João, que governava do Rio de Janeiro, não fez a ideia de Independência desaparecer de todo – porém, a eclosão da Revolução do Porto acabou fazendo com que ela fosse deixada de lado.

Entretanto, quando Vergueiro se pronunciou, em abril de 1822, a ideia de Independência voltava a ser cultivada. Ele mesmo explicava, de algum modo, os porquês disso: segundo esse deputado por São Paulo, o Brasil seguiria o rumo da Independência caso Portugal o desrespeitasse. Vergueiro acrescentava que isso se daria mesmo sob o risco de haver cá uma “guerra civil” e, ademais, “apesar dos negros”. Esse último

condicionante nos induz a pensar em duas possibilidades como sendo antevistas por Vergueiro: primeiramente, a de ocorrer uma insurgência dos escravos, o que seria um perigo, e, em segundo lugar, o fato de não se saber como lidar com os negros numa situação de Independência, se eles seriam ou não partícipes da nova ordem política.

Esse final da fala de Vergueiro denota três situações muito importantes. Primeiramente, mostra que a Independência ganhou impulso sob uma situação que foi entendida por muitos da época como de desrespeito do Brasil por Portugal. Em segundo lugar, sugere que havia, no Reino do Brasil e/ou em Portugal, gentes contrárias à ruptura da unidade entre Portugal e Brasil (afinal, Vergueiro usou a expressão “guerracivil”). Em terceiro lugar, havia, aos olhos de Vergueiro, um incômodo referente aos escravos, sobre como eles poderiam agir em meio às lutas pela Independência ou sobre

o que se poderia conceber como lugar deles numa nova ordem política surgida a partir da ruptura com Portugal. Tudo isso mostra que, além de contar com opositores, a Independência fomentava concepções diversas.

As ideias de Independência nas Inconfidências de Minas (1788-9) e da Bahia (1793-1798)

Como bem percebeu Vergueiro, a ideia de Independência era anterior ao momento de seu pronunciamento, ocorrido em 1822. Esmiuçar o que se deu antes de 1822 é crucial para ser perceber a amplitude semântica da Independência.

É possível pensar que a Inconfidência Mineira tenha sido uma primeira manifestação de sua emergência. A Inconfidência, uma conspiração abortada — ou seja, uma conspiração que não se transformou em rebelião — teve lugar em 1788-1789. Seus protagonistas foram homens importantes de Minas Gerais, por sua condição econômica, por sua estatura intelectual e por sua atuação política, religiosa ou militar. Os Inconfidentes eram, enfim, homens das elites. Eles estavam insatisfeitos com o governo da rainha D. Maria I e dos governadores de Minas, Luís da Cunha Menezes (1783-1887) e Visconde de Barbacena (1788-1797). Como ensina Kenneth Maxwell, a rainha e os governadores promoveram uma política de afastamento de membros das elites locais de postos de

O ponto principal consiste na defesa de uma igualdade entre pessoas das diferentes cores, pondo fim à desigualdade jurídica então existente, algo típico de uma sociedade de natureza estamental.

comando e de oportunidades, lícitas e ilícitas, de obtenção de ganhos econômicos. A rede de contrabando de ouro e diamantes em que estiveram envolvidos vários Inconfidentes foi um dos objetos de ataque da coroa e dos governadores (Menezes a colocou a seu serviço).

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em vários pronunciamentos, explicitou o descontentamento dos Inconfidentes com as medidas governamentais. Ele dizia que os naturais da colônia que tinham origem europeia (nos termos da época, os mazombos) também sabiam governar, ou seja, deveriam participar do governo (e não ser alijados dele, como se estava fazendo). Ele clamava contra a exploração colonial, denunciando o monopólio comercial metropolitano e os tributos excessivos como mecanismos que carregavam a riqueza de Minas Gerais para fora. Com isso, Minas Gerais, uma capitania rica, ficava pobre. Ele dizia, ainda, que a derrama abriria a possibilidade de ocorrer uma rebelião contra essa situação. A derrama era a medida que se tomava quando o quinto do outro, devido pelos mineradores, não atingia 100 arrobas anuais: com ela, mesmo aqueles que não eram mineradores eram obrigados a completar a arrecadação dos quintos até atingir-se a quantia de 100 arrobas. O governador de Minas, Visconde de Barbacena, suspendeu a derrama e, com isso, a oportunidade de rebelião se perdeu.

Mas, afinal, Tiradentes e os demais inconfidentes (isto é, conspiradores)



“O grito do Ipiranga”, de autoria desconhecida. Reprodução

Figura 1. A palavra independência foi tendo seu sentido alterando ao longo da história, dependente do cenário social e político que a envolvia

falavam de Independência? A Independência com que eles sonhavam alcançaria toda a América Portuguesa, isso que hoje chamamos de Brasil? Em que movimentos os conspiradores se inspiravam? Eles tocavam na questão dos negros, como faria mais tarde o deputado Nicolau de Campos Vergueiro? Que Independência, enfim, seria a sonhada por eles?

Entre os historiadores, há quem ponha em dúvida que os Inconfidentes quisessem, de fato, uma ruptura com Portugal, como é o caso de João P. Furtado. É certo que eles, como declararia Vergueiro em 1822, queriam uma outra relação entre colônia e metrópole. Como se mostrou acima, Tiradentes era crítico do monopólio comercial e do arrocho tributário. Os Inconfidentes claramente queriam pôr fim a essa situação. Sonhavam com o regime de livre-comércio e com menos impostos. Desejavam também participar do governo. Pronunciaram-

se frequentemente a favor da instalação de uma República. Os horizontes geográficos dela, porém, não compreendiam todo o Brasil: ela, na melhor das hipóteses, envolveria Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. No movimento, houve a participação de pessoas originárias de Taubaté, vila da capitania de São Paulo. Tiradentes, além disso, vivia a movimentar-se pelo Rio de Janeiro. Se havia a ideia de república circunscrita à parte do território do que hoje chamamos de Brasil, entre os Inconfidentes existiram falas que mostram que, ao menos alguns deles, ficariam bem satisfeitos com uma situação em que a sede da monarquia portuguesa fosse o Rio de Janeiro. O cônego Luiz Vieira da Silva e o poeta e ex-magistrado Inácio José de Alvarenga Peixoto claramente propuseram algo nesse sentido: ambos defendendo a transferência da corte para o Rio de Janeiro (o que sucederia em 1808); Vieira advertindo que, caso viesse para cá um

príncipe português, corria-se o risco de vê-lo ser aclamado como rei (como se daria em 1822, com o príncipe D. Pedro, tornado imperador do Brasil). Isso sugere que, mais do que Independência, os Inconfidentes almejavam uma situação em que o Brasil não estivesse na periferia da monarquia portuguesa, mas no seu centro, inexistindo uma situação de inferioridade. Não por acaso, os Inconfidentes, ao desenharem a nova ordem pós-Independência, defendiam a criação de uma Universidade em Vila Rica, a liberdade para instalação de fábricas e medidas para impulsionar outras atividades econômicas na Capitania.

Outro ponto importante diz respeito aos escravos. Os Inconfidentes não propuseram a abolição como muitos mistificadores insistem em sustentar. Eles discutiram apenas a possibilidade de dar alforria para parte dos escravos, a saber, os mulatos e os chamados crioulos (isto é, os escravos nascidos no Brasil). Cogitaram tal possibilidade apenas tendo em vista o enfrentamento de tropas vindas porventura de Portugal. Houve, entretanto, discordância sobre este ponto e, então, os Inconfidentes abandonaram a ideia de alforria para parte dos escravos. De todo esse balanço, fica claro que os Inconfidentes queriam, sim, maior autonomia para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, navegando entre a ideia de instalar-se uma república nessas capitanias ou de ver o Brasil como sede da monarquia portuguesa, com a corte sendo estabelecida no Rio de Janeiro e/ou com

uma Independência liderada por um príncipe lusitano. Os Inconfidentes tocaram na questão dos escravos, sem tomar uma posição sobre ela e, ainda, debateram o problema de uma guerra eventual.

Os conspiradores de Minas Gerais inspiraram-se em dois movimentos de Independência: o da Restauração de 1640, por meio do qual Portugal readquiriu sua Independência, em relação à Espanha, e, ainda, a Revolução Americana de 1776. Eles, além disso, moveram-se por princípios políticos consagrados no mundo luso-brasileiro, que definiam que era legítimo voltar-se contra governos tirânicos, princípios esses vindos das teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica. A tais princípios, somaram-se outros, com eles convergentes, oriundos das Luzes, o Iluminismo, movimento multifacetado de ideias que, originado na Holanda e na Inglaterra, veio a ter um grande lugar na França, enredando toda a Europa e as Américas e, com isso, contribuindo para sacudir a ordem, ao colocar-se em defesa da "felicidade", da "igualdade" e da "liberdade" e ao fazer críticas aos "despotismos" e aos traços básicos da colonização europeia.

Numa outra conspiração abortada, tramada entre 1793 e 1798, na cidade da Bahia, com ramificações no Recôncavo, percebe-se também uma ideia de Independência: trata-se da famosa Conspiração dos Alfaiates ou Inconfidência da Bahia. O perfil dos envolvidos no movimento é bastante discutido, desde a época

colonial até hoje. Autoridades da época, dentre elas o governador da Bahia, D. Fernando Portugal e Castro, e a própria defesa dos réus, sustentaram que apenas pessoas dos estratos inferiores da sociedade soteropolitana participaram do movimento. Alguns historiadores, como Kátia Mattoso, afastam a possibilidade de participação de membros das elites. Outros, porém, como Luís Henrique Dias Tavares e István Jancsó, sustentam o contrário, afirmando que, em algum momento, houve confluência entre membros das elites e estratos inferiores em torno de um projeto de rebelião.

É indubitável que a ideia de Independência, explicitada por alguns conspiradores da Bahia, trouxe novidades relevantes em relação ao observado na Inconfidência de Minas Gerais. Antes de tocar nessas novidades, todavia, convém sublinhar pontos de convergência entre os dois movimentos no que dizia respeito à ideia de Independência: a defesa do livre-cambismo, a proposição de instalar-se uma república, a circunscrição geográfica limitada dessa república sonhada (restrita à capitania da Bahia, na melhor das hipóteses) e o enfoque da questão escrava, sem se postular a abolição da escravidão. Com efeito, no que diz respeito a este último ponto, na Bahia, viram-se pronunciamentos críticos à escravidão e até situações em que se defendeu que escravos virassem senhores e senhores, inversamente, se tornassem escravos, ou em que se repugnava a escravidão. Tais pronunciamentos foram feitos

mais precisamente por João de Deus, um pardo forro, que vestia roupas consideradas estranhas e dizia serem elas francesas, acrescentando que tudo na Bahia se tornaria francês. Em termos de diferenças em relação à Inconfidência Mineira quanto à ideia de Independência, o ponto principal consiste na defesa de uma igualdade entre pessoas das diferentes cores, pondo fim à desigualdade jurídica então existente, algo típico de uma sociedade de natureza estamental. Outra novidade está na própria república desenhada pelos baianos: ao contrário do sucedido em Minas, não houve entre eles, mesmo por parte de alguns, a defesa de uma monarquia, nem muito menos de manutenção da unidade com Portugal sob um governo sediado no Brasil. Falou-se explicitamente em “república democrática”.

A fonte de inspiração por trás da ideia de Independência compartilhada pelos conspiradores da Bahia era a França revolucionária, com suas bandeiras de liberdade e igualdade. Tais ideias de liberdade e igualdade também vinham do pensamento das Luzes: no caso, menos de obras de grande reputação e mais de textos produzidos sob o calor da Revolução. Na república democrática por eles sonhada, fundada na igualdade e na liberdade, na ideia de que todos os homens eram iguais e portadores das mesmas necessidades, não importando se “rudes” ou “polidos”, o mérito definiria o acesso à liderança. Esse elemento com certeza vem do pensamento das Luzes. Outro

aspecto muito relevante foi a articulação efetivada com um comandante francês, que passou pela cidade entre fins de 1796 e inícios de 1797, Antoine René Larcher, em torno de um possível apoio do governo francês à república baiana (a articulação, porém, não teve boa acolhida por parte do Diretório, na França).

A Revolução de 1817: antes de 1822-23, 75 dias de Independência

As Inconfidências de Minas Gerais e da Bahia não saíram do plano das ideias. A Revolução de 1817, pelo contrário, materializou-se numa República independente, que durou 75 dias.

Essa República independente ancorou-se nas tradições presentes no Nordeste desde o século XVII, particularmente em Pernambuco, com destaque para a ideia de que os naturais da terra foram fundamentais para restituir a região ao domínio português, com muito pouco apoio da coroa. Inspirou-se também nas Revoluções Americana, Francesa e, de certo modo, mais residualmente, haitiana (que era bastante assustadora para as classes proprietárias, visto que implicou a assunção de protagonismo por escravos). Da França, com certeza, veio a maior inspiração, definida pelo formato de governo escolhido pelos revolucionários: o do Diretório francês, composto por cinco membros. Fundamentais para a eclosão do movimento foram, de um lado, a ação da maçonaria e, de outro, os danos provocados pelo governo do

Rio de Janeiro aos interesses do Nordeste, aumentando as taxas aduaneiras cobradas sobre produtos locais de exportação ou instituindo impostos impopulares, como de iluminação pública, que servia para atender à Corte, não às vilas e cidades da região.

A Revolução de 1817 eclodiu em Recife, no dia 6 de março, alastrando-se por toda a capitania de Pernambuco, incluindo até a então comarca pernambucana de Alagoas, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e parte do Ceará. Na Bahia, o padre Roma, enviado para conseguir sua adesão à Revolução, foi executado pelo governador, Conde dos Arcos. Em termos sociais, tratou-se de um movimento que congregou membros das elites locais, agrícolas e comerciais, das camadas médias e, ainda, dos estratos sociais inferiores, até mesmo escravos. A participação de alguns escravos, com certeza, fomentou temores por parte das elites.

O governo revolucionário assumiu, com muita honra, a defesa do ideal da abolição da escravidão, conciliando-o, porém, com o do respeito à propriedade e, ainda, definindo que se trataria de algo a ser realizado de modo lento e legal. O mesmo governo fixou uma Lei Orgânica e convocou uma Constituinte. Estabeleceu a liberdade de imprensa e liberdade religiosa (restrita às religiões cristãs).

A ideia de Independência da Revolução de 1817, portanto, passava por uma configuração geográfica que não coincidia com a do então Reino do Brasil,

circunscrevendo-se a parte do atual Nordeste. Ela, como se viu, envolvia a instituição de uma República, a proposta de abolição da escravidão, o ideal de uma ordem constitucional e de liberdades preciosas, como as de imprensa e credo. Esta Revolução foi derrotada pelas forças favoráveis a D. João, provenientes de Lisboa, do Rio de Janeiro e da Bahia.

Após a Revolução do Porto e antes da Independência (1821): um projeto esquecido

Nos dias 11 e 13 de dezembro de 1821, a Gazeta do Rio de Janeiro, por ordem de D. Pedro, publicou "Lembranças e Apontamentos Governo Provisório para os Senhores Deputados da Província de S. Paulo". Trata-se de um documento elaborado pelo governo de São Paulo, a partir de contribuições de diferentes câmaras municipais e que continha "seus votos a seus deputados" nas Cortes Constituintes, estabelecidas em Lisboa depois da Revolução do Porto. Não se vê no documento propriamente a ideia de Independência, mas uma proposta para que os Reinos de Portugal e Algarves, de um lado, e Brasil, de outro, ficassem em condições de paridade, situação que, como se viu no pronunciamento de Nicolau Vergueiro, não sendo respeitada, poderia levar à emancipação do Brasil.

O documento defende que as Cortes Constituintes aprovassem algumas medidas visando consolidar "os laços indissolúveis, que não de

prender as diferentes partes da Monarquia em ambos os Hemisférios" (isto é, Brasil e Portugal). Uma dessas medidas referia-se a um assunto então polêmico, a localização da sede da monarquia. Sobre isso, segundo o documento, haveria três possibilidades: primeiramente, que ela ficasse no Reino do Brasil; a segunda, que a sede de monarquia fosse, num reinado, num lado do Atlântico português e, no seguinte, no outro lado; e a terceira, claramente a predileta do documento, segundo o qual a sede alternaria, dentro de um mesmo reinado, num e noutro Reino. O documento propõe a criação de um conselho de Estado, com igual número de membros para o Reino de Portugal e os Estados Ultramarinos; e a existência um governo central no Brasil, ao qual estariam submetidos todos os governos provinciais. Estabelece que, quando a sede da Monarquia e das Cortes não estivesse no Brasil, a regência deste Reino deveria ser presidida pelo "Príncipe Hereditário da Coroa".

As Cortes, ao redigirem o Código Civil e Criminal, ainda precisaram estabelecer diferenças entre os dois lados do Atlântico, considerando "a diversidade de circunstâncias do clima e estado da Povoação, composta no Brasil de classes de diversas cores e de pessoas, umas livres e outras escravas, pois estas considerações e circunstâncias exigem uma Legislação Civil particular". Tal proposta ecoava princípios de Montesquieu, pensador das Luzes, sobre o "espírito das leis" e visava resolver o problema do Brasil, em que imperava a escravidão. O

projeto defendia a criação de colégios e, também, a instalação de uma Universidade na cidade de São Paulo. Por fim, devem ser citadas duas propostas, que surpreendem por sua atualidade. A primeira diz respeito à edificação de uma nova cidade "para assento da Corte ou da Regência", em área central do Brasil. A segunda refere-se à uma espécie de reforma agrária, prevendo, de um lado, o controle da propriedade da terra (que, à época, para ser legal, dependia de uma concessão feita em última instância pelo rei, chamada sesmaria), de sorte a exigir que fossem produtivas e, ainda, a angariar recursos para favorecer a "colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, a quem se dará de Sesmaria pequenas porções de terreno para o cultivarem e se estabelecerem".

A referida proposta não foi bem recebida pelas Cortes Constituintes e, quando da Independência do Brasil, foi esquecida.

Considerações finais e para além de 1822

A Independência tal como ela se deu, como se efetivou nos anos 1822 e 1823, não contemplou exatamente o que se cogitou como Independência antes desses anos. Este texto procurou mostrar justamente que nossa Independência correspondeu a uma certa ideia de emancipação. Procurou evidenciar que ela tem conexões tênues com o que alguns Inconfidentes mineiros propuseram (uma

emancipação centrada na figura de um príncipe da casa de Bragança), mas não com que o que a maioria deles defendeu e, muito menos, com o que propuseram os Conspiradores da Bahia de 1793-1798 e os Revolucionários de 1817. Esteve também longe da ordem sonhada pelo governo de São Paulo às vésperas da Independência.

Quanto ao que propuseram os Conspiradores da Bahia de 1793-1798 e os Revolucionários de 1817, duas diferenças devem ser apontadas em relação à nossa Independência: a república, no caso de ambos os movimentos, e a proposta de abolição, no caso do segundo. Como convergências, quanto ao movimento de 1817, veem-se as liberdades de imprensa e de religião. Quanto à ordem sonhada pelo governo de

São Paulo em fins de 1821, a fidelidade à casa de Bragança e a defesa de um governo central no Brasil são pontos comuns. Nossa Independência, entretanto, deixou esquecidas as propostas referentes à criação de uma Universidade, à construção de uma nova capital e, sobretudo, de realização de um certo tipo de "reforma agrária", que teria, entre os beneficiários, homens forros.

É importante que se acrescente que o 7 de setembro não foi considerado, logo de imediato, como a data de nossa Independência e que esta não foi sempre objeto de celebração incontestes nesses quase duzentos anos. Se houve quem celebrasse a ruptura com o Reino Unido de Portugal e Algarves, exaltando a figura de D. Pedro, de José Bonifácio de Andrada e Silva e

de outras lideranças políticas dos anos 1822-1823, existiu também quem achasse que esse rompimento foi menos virtuoso ou, de fato, algo ridículo. Alguns atores políticos chegaram até mesmo a tomá-lo como um feito que serviu à manutenção de instituições e situações nefastas.

Em pleno 2022, tomemos as ideias de Independência anteriores às propostas nos idos de 1822-1823 e as críticas que se fizeram à nossa Independência, para construirmos uma outra Independência, à altura dos desafios do século XXI.

Luiz Carlos Villalta é professor titular do Departamento de História da UFMG, titular da Cátedra Unesco-UFMG/DRI "Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes", bolsista de produtividade do CNPq e bolsista do Programa do Pesquisador Mineiro da FAPEMIG.

REFERÊNCIAS

1. Vergueiro, Nicolau de Campos, em 18 de abril de 1822. Extracto do Diário do Governo N. 104 de 4 de Maio. Correio do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749370/254>
2. Furtado, João Pinto. O Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
3. Jancsó, István. Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798. São Paulo: Hucitec: Salvador: UFBA, 1996.
4. Jancsó, István. Bahia, 1798: a hipótese de auxílio francês ou a cor dos gatos. In: Furtado, Júnia Ferreira (org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 361-387.
5. Mattoso, Katia de Queirós. Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798. Salvador: Itapuã/ Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, 1969.
6. Maxwell, Kenneth. A devassa da devassa. Inconfidência Mineira. Brasil-Portugal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
7. Maxwell, Kenneth. O livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII. São Paulo: Penguin/ Companhia das Letras, 2013.
8. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira Das. Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/ Faperj, 2003.
9. Pereira, José Clemente. Falla, que o Juiz de Fora José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara, dirigio a S A R. no acto em que apresentou ao mesmo Senhor as Representações do Povo desta Cidade [09/01/1822]. Cartas e mais peças dirigidas a sua Magestade o Senhor D. João VI pelo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara: e junctamente os officios e documentos, Que o General Comandante da Tropa expedicionária existente na Província do Rio de Janeiro tinha dirigido Governo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.
10. Quintas, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo 2, Vol. 1, p. 207-226.
11. Réverbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro, 1821-1822.
12. Tavares, Luís Henrique Dias. História da sedição tentada na Bahia em 1798: a conspiração dos alfaia-tes. São Paulo: Pioneira, 1975.
13. Villalta, Luiz Carlos. Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Iluzes: reformas, censura e contestações. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.



"Junta de Pernambuco", de Johann Moritz Rugendas. Reprodução

A revolução Pernambucana é um grande marco no processo da independência brasileira

Agitação revolucionária em Pernambuco durante o processo de Independência

Movimentos influenciados por ideias libertárias fez com que região tomasse o poder e se separasse de Portugal, esquentando caminho para tornar o Brasil independente

por George F. Cabral de Souza

Resumo

As primeiras décadas do século XIX em Pernambuco foram marcadas por uma sequência de movimentos influenciados pelas ideias libertárias do Iluminismo e pelo contexto de desagregação dos impérios coloniais no Novo Mundo. A junção do ideário radical francês com a herança histórica de uma capitania que muitas vezes se confrontou com os poderes centrais resultou numa mistura explosiva. Por outro lado, a presença arraigada da escravidão e dos interesses a ela ligados serviu como um elemento de contrabalanço impedindo a concretização dos projetos de nação mais vanguardistas. Percorremos aqui alguns dos momentos mais relevantes da história da capitania no tempo em que o Estado nacional brasileiro começava a se formar. Destacamos alguns dos principais desdobramentos da Revolução Pernambucana de 1817, dos movimentos políticos e militares imediatamente anteriores à Independência e da Confederação do Equador, em 1824, a segunda insurgência republicana em Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX.

Palavras-chave: Pernambuco, Bicentenário, Independência, Revolução Pernambucana

Em 6 de março de 1817 eclodiu no Recife uma revolução republicana. Além de Pernambuco, a nova república recebeu também o apoio da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de parte do Ceará. A Revolução Republicana de Pernambuco em 1817 se destaca não só por ter sido o primeiro movimento efetivo no sentido da independência do Brasil, mas também porque foi a única insurreição anticolonial que conseguiu tomar o poder em toda história da monarquia portuguesa. O novo país foi soberano durante 74 dias.

Entre as capitanias brasileiras, Pernambuco era uma das poucas cuja balança comercial apresentava superávit. As exportações de açúcar e de algodão garantiam a entrada de importantes capitais. Nos primeiros anos do século XIX, o algodão chegou a superar o açúcar em valor nas exportações. A nascente indústria têxtil britânica, momentaneamente privada de seus fornecedores da América do Norte, buscou o produto nas capitanias do norte do Brasil. No entanto, boa parte do que se arrecadava no porto do Recife era transferido para cobrir os custos crescentes da família real portuguesa e da corte, instaladas no Rio de Janeiro desde 1808. Um imposto se tornou especialmente odiado: o que custeava a iluminação das ruas do Rio de Janeiro, enquanto as do Recife continuavam escuras e inseguras. Problemas climáticos nos anos antecedentes à Revolução prejudicaram as colheitas e agravaram a insatisfação.

Os revolucionários pernambucanos se nutriam do

pensamento iluminista contra a monarquia absolutista. As ideias libertárias já haviam deflagrado movimentos como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Revolução do Haiti, todos com profundo impacto no cenário político latino-americano. Em Pernambuco, essas ideias chegavam com os estudantes universitários que retornavam da Europa ou em publicações que circulavam clandestinamente. As lojas maçônicas também funcionavam como difusoras das ideias francesas. O Areópago de Itambé (fundado em 1796) e as Academias do Paraíso e do Cabo eram alguns desses locais de reuniões secretos onde se conspirava pela liberdade. No Seminário de Olinda, fundado em 1800, o ensino do idioma francês permitia aos sacerdotes

A Revolução Republicana de Pernambuco em 1817 se destaca não só por ter sido o primeiro movimento efetivo no sentido da independência do Brasil, mas também porque foi a única insurreição anticolonial que conseguiu tomar o poder em toda história da monarquia portuguesa.

em formação terem acesso aos textos iluministas. Índícios da mobilização motivada pelas ideias libertárias aparecem claramente já em 1801. Nesse ano, foi denunciada a preparação de um movimento antiabsolutista que ficou conhecido como a Conspiração dos Suassunas, nome que se associava a três irmãos senhores de engenho da família Cavalcanti de Albuquerque.

O movimento de 1817 contava com articulações em diversas capitanias do Brasil, inclusive na Bahia e no Rio de Janeiro, e tinha também conexões com a maçonaria na Grã-Bretanha, Portugal e França. Os planos apontavam para um levantamento simultâneo no Domingo de Páscoa, mas o início da insurgência foi precipitado por acontecimentos ocorridos no Recife. O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, após receber várias denúncias, resolveu decretar a prisão de alguns dos civis, militares e clérigos apontados como cabeças de uma conspiração. Entre eles podemos destacar o comerciante Domingos José Martins, o Padre João Ribeiro Pessoa de Melo e os militares Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima, o Leão Coroado. No momento de sua prisão, no Quartel de Artilharia, o Leão Coroado reagiu à ordem e matou o seu comandante, o Brigadeiro Barbosa. Os militares então saíram do quartel, libertaram os presos da Cadeia Pública e no Forte das Cinco Pontas e saíram no encalço do governador que se refugiou no Forte do Brum, onde acabaria se rendendo.

Um governo provisório

No dia 7 de março formou-se um Governo Provisório composto por cinco representantes dos diversos setores da sociedade local (comerciantes, militares, clérigos, magistrados e senhores de engenho). O Governo Provisório tomou várias providências legais para garantir os direitos da cidadania e as liberdades individuais. Enquanto não fosse possível reunir uma Assembleia Constituinte, a república seria regida por uma lei orgânica com 28 artigos que definiam os princípios básicos do funcionamento do governo e davam garantias de liberdade de imprensa e de religião. Aboliu-se o uso do pronome de tratamento “vossa mercê”, estabelecendo que os cidadãos deveriam se tratar por “vós” (equivalente ao nosso atual “você”) ou por “patriota”. Os revolucionários de 1817 não aboliram a escravidão, mas tinham em mente a extinção gradual do cativo — uma precaução necessária para um movimento que dependia do apoio de grandes proprietários de escravizados.

Para ativar a revolução na Bahia, o Governo Provisório enviou como emissário José Inácio de Abreu e Lima, conhecido como Padre Roma. Mas a notícia do levante chegou a Salvador antes do revolucionário. O Padre Roma acabou detido e, após julgamento sumário, foi executado no Campo da Pólvora. Os emissários destacados para a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o sertão do Ceará tiveram melhor

sorte, conseguindo a adesão de parte da população local ao movimento.

O Governo Provisório mandou para os Estados Unidos um representante diplomático, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. Sua missão era adquirir armamentos e embarcações, recrutar oficiais militares para comandar as tropas pernambucanas e conseguir apoio do governo norte-americano. A contratação de oficiais franceses exilados nos Estados Unidos após a derrota de Napoleão foi feita com a condição de que, tão logo fosse possível, se buscariam meios para resgatar Bonaparte do exílio na distante ilha de Santa Helena. Os primeiros objetivos foram alcançados, mas ao chegarem ao Brasil, os reforços enviados por Cabugá já encontraram a república derrotada.

Outra providência foi a criação de uma bandeira para o novo país. Composta por um fundo azul e branco, ela tinha sobre a faixa azul um arco-íris (símbolo da união), três estrelas (representando Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) e o sol da liberdade. Sobre a faixa branca, uma cruz vermelha remetia ao primeiro nome do Brasil.

A alternativa pernambucana acabou sendo suplantada pelo projeto monárquico centralizador do Rio de Janeiro.

A queda da revolução

As falhas na organização militar e as próprias contradições internas da Revolução, especialmente no que dizia respeito ao destino das populações escravizadas, facilitaram a repressão do movimento. Tropas vindas por terra da Bahia, e reforçadas por contrarrevolucionários da comarca de Alagoas, bateram com facilidade os contingentes pernambucanos. Na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, a reação também conseguiu fazer retroceder a revolução. Embarcações enviadas do Rio de Janeiro bloquearam o Recife.

A falta de alimento e os seguidos fracassos nos combates feriram de morte a Revolução. No dia 19 de maio as forças realistas entraram no Recife. O Governo Provisório dispersou-se. Os líderes e os participantes da Revolução foram aprisionados. O Padre João Ribeiro suicidou-se, mas seu corpo foi profanado pelos militares realistas. Os principais chefes foram executados com requintes de crueldade no Recife e em Salvador. Cabeças e mãos dos executados foram decepadas e exibidas nas suas localidades de origem. Mais de quatrocentos participantes da Revolução foram aprisionados em Salvador, onde permaneceram cumprindo pena durante quatro anos. Centenas de militares pernambucanos foram enviados para a Província Cisplatina. Ainda como punição, a comarca de Alagoas foi separada de Pernambuco e elevada à capitania.

Derrotada a Revolução, Pernambuco passou a ser

governado por Luís do Rego Barreto, general português com larga experiência de combate na Europa. Apesar de ter realizado algumas importantes obras de infraestrutura, durante seu governo acumularam-se as tensões derivadas da repressão ao movimento republicano. A eclosão da revolução liberal do Porto, em agosto de 1820, e a instalação de Cortes Constitucionais em Lisboa nas semanas seguintes modificariam o cenário. As Cortes exigiram o retorno de reis a Portugal e ordenaram que cada província brasileira aderisse ao regime constitucional e elegeisse localmente uma junta de governo. O General Luís do Rego somente jurou a ordem constitucional em março de 1821, após receber a confirmação de que o rei havia feito o mesmo no Rio de Janeiro, no mês anterior. Além disso, Luís do Rego procurou manter o controle sobre a província formando uma junta de governo presidida por ele mesmo.

Em maio de 1821, os revolucionários de 1817 libertados em Salvador chegaram ao Recife. A pressão sobre o general governador começou a subir. Em julho, ocorreu um atentado a bala contra Luís do Rego, ao qual ele sobreviveu. Imediatamente, 42 ex-revolucionários de 1817 foram aprisionados e enviados para Lisboa. A resistência contra o governador deslocou-se então do Recife para a região da Mata Norte, cujo principal núcleo urbano era Goiana, onde se reuniu gente armada das localidades próximas. A câmara municipal da vila foi então pressionada para formar uma Junta de Governo



“Povoação de Beberibe”, de F. H. Carls. Reprodução

Figura 1. Povoado de Beberibe, em Pernambuco

Constitucional Provisória presidida pelo vereador e advogado Francisco de Paula Gomes dos Santos. A partir de Goiana, as tropas marcharam contra Olinda e Recife, colocando as localidades em cerco. Não conseguiram derrotar as tropas portuguesas, mas deixaram o governador sem condições de resistir.

Em 5 de outubro de 1821 foi assinada a Convenção de Beberibe, que convocava a eleição de uma junta governativa com a participação de eleitores de todas as vilas da província e determinava a expulsão do governador e das tropas portuguesas ainda presentes em Pernambuco. O principal negociador da Convenção foi o comerciante pernambucano Gervásio Pires Ferreira. O pleito ocorreu em Olinda em 26 do mesmo mês, e a junta eleita ficou sendo presidida por Gervásio. Dois dias depois, o governador embarcou rumo a Portugal. As tropas portuguesas foram sendo despachadas nas semanas seguintes e não houve mais desembarques de soldados lusitanos depois desta

data.

A partir deste momento, Pernambuco tornou-se autônomo frente a Lisboa (onde estavam as Cortes Constitucionais e o rei) e ao Rio de Janeiro, onde o príncipe regente Pedro de Alcântara era estimulado por seus áulicos a proclamar a independência do Brasil. As lideranças pernambucanas desejavam que o arranjo político que se desenhava — fosse com a formação de um novo Estado republicano ou monárquico, fosse com a permanência dos laços com Portugal — se pautasse por uma lógica federalista que garantisse a autonomia de gestão da província, especialmente no campo fiscal.

A alternativa pernambucana acabou sendo suplantada pelo projeto monárquico centralizador do Rio de Janeiro. Dois fatores pesaram para isso: o primeiro foi o temor das elites escravocratas locais de que um governo republicano não mantivesse a escravidão, o comércio atlântico de escravizados e a



“A Execução de Frei Caneca”, de Murillo la Greca. Reprodução

Figura 2. Frei Caneca foi líder e mártir da Confederação do Equador.

ordeira submissão das classes populares. Temia-se um novo Haiti. O segundo foi o juramento de Pedro de Alcântara como defensor do Brasil e da ordem constitucional e a convocação de uma Assembleia Constituinte brasileira. Em paralelo, as desordens estimuladas pelos correligionários do jovem príncipe no Recife surtiram efeito, derrubando, em setembro de 1822, a junta de Gervásio e inclinando a balança para o Rio de Janeiro.

Mas as inclinações despóticas do imperador não tardaram em se manifestar. Em 12 de novembro de 1823, a Assembleia Constituinte foi fechada e os parlamentares devolvidos às suas províncias. A

notícia teve um grande impacto no Recife. O clima político já era de total agitação. A junta que sucedera a Gervásio, denominada “Governo dos Matutos” e liderada pelo senhor de engenho Francisco Paes Barreto, não conseguia atender aos anseios de nenhuma das parciaisidades em conflito no Recife. O temor da explosão de uma rebelião de negros e pardos era constante, ao mesmo tempo que a comunidade portuguesa era permanentemente acusada de conspirar contra a independência do Brasil.

Nesse contexto, no final de 1823, Paes Barreto declarou perante o conselho reunido que não tinha mais condições de governabilidade. Manuel de Carvalho Paes de Andrade, ex-revolucionário de 1817, foi então eleito como presidente provisório da província. O imperador ignorou essa eleição e decidiu nomear Paes Barreto, cujos partidários passaram a organizar tropas em Alagoas para atacar Pernambuco.

Resistência

Nesse momento, outro participante de 1817 também passou a ter destaque: Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Em 25 de dezembro de 1823 saiu o primeiro número do seu jornal, o *Typhis Pernambucano*. Seu principal objetivo era formular por escrito e publicamente a resposta para a traição do juramento de D. Pedro com sua guinada absolutista e veicular uma proposta de construção do Estado brasileiro pautada pela ordem constitucional.

Após o fechamento da Constituinte, D. Pedro

encarregou um punhado de áulicos de elaborar uma Constituição. O texto produzido previa um quarto poder, o Moderador, que dava ao monarca atribuições muito mais amplas do que qualquer regime verdadeiramente constitucional podia tolerar. O documento foi enviado às câmaras municipais de todo o Brasil para ser aprovado e jurado. Reunidas em conselho, as câmaras do Recife e de Olinda solicitaram o voto de Caneca. O carmelita atacou o quarto poder e a carta outorgada por D. Pedro, classificando-os como contrários às liberdades cidadãs, à independência e aos direitos do Brasil.

A resistência de Pernambuco e a manutenção de Paes de Andrade como presidente da província levaram o imperador a enviar duas fragatas de guerra para o Recife sob o comando do mercenário inglês John Taylor. Apesar disso, Paes de Andrade foi mantido como presidente da província. D. Pedro nomeou então José Carlos da Silva Ferrão Mayrink como uma terceira via para dirimir o conflito, mas a solução foi rejeitada pelas lideranças pernambucanas. A tensão aumentava a cada dia e, diante da briga, brancos, negros e pardos também se mobilizavam guiados por líderes radicais como o Major Emiliano Felipe Mundurucu.

No dia 11 de junho de 1824, D. Pedro enviou proclamações para as províncias do norte alertando sobre uma possível invasão de tropas portuguesas para recolonizar o Brasil. As fragatas que bloqueavam o porto do Recife foram convocadas de volta ao Rio de Janeiro e zarparam para

o sul. Aos brasileiros do norte restou a sugestão do imperador: fazer “terra arrasada” no litoral e buscar refúgio no interior.

Diante daquela situação, Pernambuco novamente se propôs a liderar um projeto alternativo de nação brasileira. A 2 de julho, Paes de Andrade proclamou a formação da Confederação do Equador, conclamando os brasileiros a se unirem em torno de um projeto republicano, constitucional e federativo, tal como fora implementado nos Estados Unidos. O governo da Confederação do Equador convocou uma Assembleia Constituinte e assumiu provisoriamente a carta da Colômbia como lei geral. Entretanto, a decisão de abolir o tráfico de escravizados, custou a Paes de Andrade a animosidade de comerciantes negreiros e grandes proprietários rurais. Mais uma vez as questões ligadas à escravidão tiveram grande peso.

A 18 de agosto de 1824 a frota imperial comandada por Lord Cochrane retornou. Por terra atacaram forças comandadas por Francisco de Lima e Silva. A chegada das tropas imperiais desatou uma

encarniçada luta nas ruas do Recife e nos seus arredores. Forçada pela situação, as tropas pernambucanas recuaram para o interior e o presidente Paes de Andrade buscou asilo numa embarcação inglesa. As tropas confederadas empreenderam então uma marcha para o sertão para se unir aos contingentes cearenses e manter a resistência. Enfrentando condições duríssimas e renhidos combates, acabaram se rendendo em 29 de novembro de 1824, contra a opinião de Frei Caneca. O carmelita jamais confiou nas garantias dadas pelos repressores. Ele estava certo: todas as promessas de clemência foram esquecidas e Caneca visitou mais uma vez o inferno dos calabouços da tirania.

Formou-se uma Comissão Militar para realizar o julgamento e mesmo sabendo que o jogo era de cartas marcadas, Caneca elaborou sua defesa, deixando o registro da bestialidade de seus acusadores. A 26 de dezembro de 1824 foi proferida sua sentença de morte. A execução, entretanto, somente se deu no dia 13 de janeiro de 1825. Nesse dia, foi levado em cortejo pelas ruas do Recife.

Formou-se uma Comissão Militar para realizar o julgamento e mesmo sabendo que o jogo era de cartas marcadas, Caneca elaborou sua defesa, deixando o registro da bestialidade de seus acusadores. A 26 de dezembro de 1824 foi proferida sua sentença de morte. A execução, entretanto, somente se deu no dia 13 de janeiro de 1825. Nesse dia, foi levado em cortejo pelas ruas do Recife.

Não havendo carrasco que se dispusesse a enforcá-lo, teve sua pena modificada para arcabuzamento.

A narrativa da história oficial brasileira negou a Frei Caneca o reconhecimento no panteão dos heróis nacionais, escolhendo em seu lugar uma figura inexpressiva para o papel de mártir da independência do Brasil. Mas a memória deste notável pernambucano não se extinguiu. Não conhecemos seu rosto real, mas seus escritos sobreviveram como testemunho do arrojo de suas ideias.

Várias das questões em debate naqueles momentos críticos em Pernambuco entre 1817 e 1824 continuam sem resolução em nosso país até os nossos dias, razão pela qual o estudo desses fatos é, mais do que nunca, muito necessário.

George F. Cabral de Souza é doutor em História pela Universidade de Salamanca, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sócio do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, membro da Academia Pernambucana de Letras e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

REFERÊNCIAS

1. Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre José. Pernambuco da Independência à Confederação do Equador. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

2. Bernardes, Denis. O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec, 2006.

3. Carvalho, Marcus. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824, Revista Brasileira de História, nº 18 (36), 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/>

[rbh/a/39wbBbSCVXkXHpk9vKs9fy-d/?lang=pt>](https://www.scielo.br/j/)

4. Mello, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano, 1817-1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

5. Siqueira, Antônio Jorge de. Os padres e a Teologia da Ilustração. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

6. Tavares, Francisco Muniz (Monsenhor). História da Revolução de Pernambuco em 1817. 5ª edição

comemorativa. Recife: Cepe, 2017.

7. Podcast

8. Carvalho, Marcus. Pernambuco na Independência, e aí? “No recreio” Podcast. Temporada Bicentenário da Independência, episódio 4.

9. <https://norecreiopodcast.wordpress.com/2021/12/08/pernambuco-na-independencia-e-ai/>



“A batalha do Jenipapo”, de Arte Paz. Reprodução

A batalha do Jenipapo foi um dos conflitos mais violentos da guerra das independências do Brasil

O combate que decidiu o futuro do Brasil

A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823

por Johny Santana de Araújo

Resumo

Em 19 de outubro de 1822, um grupo de pessoas influentes da vila de Parnaíba, no Piauí, havia entendido que era chegada a hora de tomar partido pela independência. Em um ato carregado de simbolismo, decidiu-se pela adesão da província à causa. Em 24 de janeiro de 1823, em Oeiras, capital do Piauí, semelhante movimento ocorreu. A efetiva projeção política de ambas as adesões dependeria da expulsão dos portugueses da região, o que não seria voluntário; era necessária uma força militar numericamente superior. Com a campanha na Bahia se iniciando e o exército brasileiro ainda por ser formado, as lideranças no Piauí contariam com apoio local e da vizinha província do Ceará para a criação de um exército libertador. Foi com um corpo de combatentes aquém do exército português que na manhã do dia 13 de março de 1823 piauienses e cearenses se defrontaram às margens do Riacho Jenipapo com as tropas do major João José da Cunha Fidié, autoridade máxima portuguesa na província, e assim selaram paradoxalmente o destino do projeto português no norte do seu império colonial no Brasil.

Palavras-chave: Independência, Guerra, Piauí.

O lugar do Piauí no contexto

Uma das mais significativas narrativas sobre a guerra de independência do Brasil refere-se a batalha do Jenipapo, ocorrida às margens do riacho do mesmo nome próximo à vila de Campo Maior no Norte da Província do Piauí. Um episódio relativamente pouco trabalhado cuja participação de forças libertadoras no processo de independência se tornou capital para barrar as ações do estado português e do projeto para salvaguardar o Norte do seu império colonial. A batalha impactaria decisivamente no fracasso desse projeto pois também era fruto de uma reação que levou ao antilusitano no Brasil.

A compreensão desse processo se liga às medidas que visavam reconduzir o país à condição de colônia. Dentre as medidas tomadas em relação ao Brasil pelas Cortes Gerais da Nação Portuguesa,¹ foi a criação em 1821 das Juntas Provisórias de Governo, ou Juntas do Governo Provisório, substituindo os capitães e governadores das capitânicas na administração das províncias. As juntas eram detentoras de toda a autoridade e jurisdição nos âmbitos civil, econômico, administrativo e de polícia.

Em atendimento às reivindicações das Cortes e a fim de restabelecer o domínio e centralidade política emanada a partir de Lisboa no controle do Império Luso-brasileiro,² essas medidas atingiram em cheio ao Piauí bem como as demais províncias e foram estabelecidas durante o governo do príncipe regente D. Pedro, após a volta de seu

pai D. João para Portugal, que naquele momento já era um monarca constitucional. Essa era uma das medidas-chave do projeto das Cortes de ressignificar a estrutura administrativa das capitânicas, criando um mecanismo que fosse fiel a Portugal.

Como afirmou Oliveira Lima: "As juntas foram o alicerce do Brasil constitucional. Entre a Bahia e o Pará elas se foram sucedendo n'um espírito de passividade nacional, deferentes para com a política unionista das Côrtes, refratárias a subordinação a um centro executivo brasileiro."³ E, nesse esquema, o controle militar das regiões que passaram a ser denominadas de Província era de fundamental importância.

Caso o projeto de restabelecer o status de colônia ao Brasil não vingasse, e visando salvaguardar o que pudesse de territórios do norte do seu império colonial, foi enviado para regiões específicas militares com a missão de exercer o comando de tropas para a defesa dos interesses da metrópole portuguesa, para a Província do Piauí foi enviado o major João José da Cunha Fidié, que havia sido nomeado por meio de carta régia de 9 de dezembro de 1821 para ser o comandante de armas do Piauí, tendo este chegado em 8 de agosto de 1822 com a missão precípua de manter a região sob controle português a todo custo. O governo das armas era independente do governo civil e receberia instruções e ordens diretamente de Portugal.⁴

A historiografia sobre o processo de independência no Piauí fez referência ao projeto português de salvaguardar o norte de seu império colonial

em caso da separação de fato ocorrer. Isso se daria muito por conta da proximidade das elites comerciais e políticas das provinciais do Maranhão e do Grã Pará.⁵ A ideia de incluir o Piauí nesse projeto derivava da concepção de que a região era detentora de um grande rebanho de gado, e que historicamente no passado o Piauí já havia feito parte do Maranhão.⁶

As diversas falas da elite política e econômica de Portugal se faziam representar nas ações de seus militares estacionados nas Províncias do Brasil, as instruções eram bem explícitas, com o objetivo de manter a todo custo a região sob domínio de Lisboa. Sobre isso, o major João José da Cunha Fidié, ao viajar para o Piauí, deixou registrado em sua autobiografia quais eram as suas ordens nesse sentido, "[...] sua Magestade [D. João VI] me ordenou muito positivamente, que me mantivesse, dizendo-me – 'mantenha-se! Mantenha-se!'"⁷

No Brasil, após a proclamação da Independência pelo príncipe D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, a notícia rapidamente chegou ao Piauí e na vila de Parnaíba, e no dia 19 de outubro do mesmo ano, a elite política e econômica da vila, personificada nas figuras do juiz de fora João Cândido de Deus e Silva, do comerciante e coronel de milícias Simplício Dias da Silva, do capitão Domingos Dias da Silva, de José Ferreira Meirelles, do capitão Bernardo Antônio Saraiva, do escrivão Angelo da Costa Rosa, de Bernardo de Freitas Caldas, José Francisco de Miranda Osório e do tenente Joaquim Thimotheo de Britto,

aclamaram o príncipe D. Pedro como imperador do Brasil.⁸

Em 7 de novembro de 1822, de São Luís do Maranhão, o comandante Militar do Maranhão Agostinho Antônio de Faria escreveu ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, comunicando sobre a insurreição no Piauí, na vila da Parnaíba, e que era liderada pelo então juiz de Fora, João Cândido de Deus e pelo coronel Simplício Dias da Silva e que haviam aderido à independência do Brasil, proclamada no Rio de Janeiro.⁹

Em Oeiras, ao tomar ciência do ocorrido em Parnaíba, o major Cunha Fidié iniciou o deslocamento de suas forças para sufocar o movimento naquela vila. Ao chegar em Parnaíba, Fidié a encontrou ausente das lideranças insurgentes, o que o impediu de tomar providências mais duras contra os líderes da proclamação.¹⁰ Naquelas circunstâncias vários líderes haviam debandado em busca de apoio junto a Província do Ceará a fim de auxiliá-los na contenção das forças portuguesas.

No Ceará, as primeiras notícias da reação portuguesa no Piauí haviam chegado em janeiro de 1823. Naquele momento começava a se formar a Junta de Governo Independente no Ceará,¹¹ o apoio da junta seria de vital importância para o projeto de manter o Piauí dentro do novo império.

Após a saída de Fidié de Oeiras os membros de uma Junta eleita sob a liderança de Manoel de Sousa Martins e seu irmão Joaquim de Sousa Martins, proclamaram a



“Cemitério do Batalhão, em Campo Maior”. Divulgação

Figura 1. O Cemitério do Batalhão do Jenipapo, localizado à margem do Rio Jenipapo, em Campo Maior, no Estado do Piauí, tornou-se um sítio arqueológico tombado no dia 30 de novembro de 1938

Independência em Oeiras no dia 24 de janeiro de 1823.¹² Assim o Norte em Parnaíba e o Sul onde estava a capital da Província, Oeiras estavam sublevadas e fieis a D. Pedro.

Exércitos frente a frente

Com a independência também proclamada no Ceará, na vila de Icó, em 16 de outubro de 1822, foi feita uma aliança entre Tristão Gonçalves de Alencar Araripe,¹³ com o chefe José Pereira Filgueiras após se reunirem ali os eleitores do Sul da província para a escolha dos constituintes brasileiros. Isto fez surgir um governo temporário organizado como uma Junta que tomou o controle político do Ceará.¹⁴

Os insurgentes parnaibanos do Piauí, que haviam se deslocado ao vizinho Ceará, solicitaram então

ajuda a esse novo governo. Os deputados membros da Junta Provisória da Província do Ceará, que haviam aderido totalmente à independência, decidiram então auxiliar o Piauí contra as tropas portuguesas comandadas pelo major João José da Cunha Fidié.¹⁵ Isso se deu no mesmo dia da proclamação de independência em Oeiras. Com o pedido de socorro sendo atendido pelos cearenses, era necessário criar uma força armada: o juiz João Cândido solicitou armas, munições e homens,¹⁶ enquanto Leonardo Castelo Branco conseguiu organizar em Sobral no Ceará uma força expedicionária.¹⁷

O Governo independentista do Ceará enviou um aviso à Junta Provisória do Piauí confirmando que socorreria a província e referiu-se ao projeto de D. Pedro para demarcar o plano

de extensão do Império que estava surgindo ao longo do território do Reino do Brasil, asseverando que “[...] o grito da independência do Brasil tem retumbado desde o Prata até o Amazonas, [...],¹⁸ essa afirmação derrubaria completamente o projeto português de manter o Norte Brasil ao seu império colonial. O Piauí havia se iniciado, portanto, no combate de resistência ao comandante das armas português. Segundo Oliveira Lima, a expedição cearense estava composta por “vaqueiros mal armados, mal abastecidos e mal comandados, mais se assemelhando a um movimento de tribo nômade, [...]”¹⁹ mas continha um bom número homens.

Parte desse exército libertador formado no Ceará era dotado de alguma coesão, a força era comandada pelo capitão Luiz Rodrigues Chaves, várias centenas de homens de todo o sertão do Ceará e do Piauí engrossaria seu efetivo. A tropa era constituída de corpos armados de infantaria, cavalaria e artilharia, com uma composição heterogênea popular formada por indígenas, mestiços e pretos.²⁰ Por outro lado, para organizar um exército tão grande no Ceará a junta governativa também enfrentou consideráveis problemas com o recrutamento de homens, ocasionando fugas e resistências.²¹

Há uma grande discrepância no número de forças mobilizadas na marcha contra Fidié no Piauí e posteriormente ao Maranhão. A junta do Ceará cita algo em torno de 20 mil homens mobilizados, e que poderia colocar 10 mil já em marcha

com semelhante contingente na reserva. Fala-se também em um número aproximado de 8 a 10 mil combatentes.²² Por outro lado em suas memórias, o major Cunha Fidié relatou que as tropas do exército inimigo somavam perto de 9 mil homens na última fase da campanha já no Maranhão.²³

Por volta de 20 de fevereiro de 1823, algumas semanas antes da batalha no Jenipapo e com a afluência de forças de ambos os lados se deslocando para Campo Maior, a Junta de Governo em Oeiras traçou planos para mobilizar todos os que pudessem tomar armas na capital. Foi pensado um esquema de organização que aproveitava as tropas pernambucanas que chegavam para ajudar na defesa em diferentes posições em diversas localidades.²⁴

Em 16 de março três dias após a batalha, a Junta em Oeiras havia emitido um alerta a partir de um comunicado sobre a movimentação de Fidié, que dizia,

Hoje pela 6 horas da manhã recebeu esse Governo as participações constantes das copias inclusas, que remeteu o Cap. Luiz Rodrigues Chaves Comandante das Forças estacionadas em Campo Maior, das quais verá V. Sas. As atuais circunstâncias. Uma das copias é de uma Carta do Comandante de São Gonçalo – Jozé da Costa Velozo. Faz-se, pois, necessário q V. S. tome as medidas providenciais que o tempo requer. A Pátria está em perigo, cumpre salva-la para não sermos

submergidos por ela.

Desde a proclamação de 24 de janeiro, as forças portuguesas estacionadas no Maranhão também trataram de se preparar contra os independentistas do Piauí, desde a vila de Pastos Bons até Caxias, todas as guarnições maranhenses próximas ao Piauí, como Carnaubearas, São Bernardo e mesmo a vila de Itapecuru,²⁶ já próxima a São Luís, foram guarnecidas.

Sobre isso o Comandante da Armas do Maranhão, Agostinho Ant3nio de Faria, informou ao Ministro dos Negócios da Guerra que havia fortificado os limites com o Piauí, em “todos os pontos na margem do rio Parnaíba do lado do Piauí” ao tempo em que remeteu novos contingentes de suprimentos e soldados a Caxias, para a defesa desta vila.²⁷ Durante todo o tempo de ação contra os revoltosos no Piauí, o comandante militar no Maranhão e Fidié mantiveram permanente comunicação.

O Exército português estava relativamente bem equipado, era formado essencialmente pela primeira linha que consistia em soldados profissionais. Durante a campanha no Piauí as forças portuguesas que Fidié dispunha somavam entre 1.500 a 2.000 homens,²⁸ por conta também de reforços enviados pelo Maranhão e Pará, quando ainda estava em Parnaíba.

Durante a Batalha do Jenipapo, a tropa de Portugal que combateu os insurretos girava em torno de 1.600 homens,²⁹ e os rebeldes por volta de 2.000. Há divergências em torno da estimativa da força de combatentes do capitão

Chaves que era de mil homens, com variada composição social, e mais 500 soldados do Ceará,³⁰ pois Fidié chegou a informar em ofício ao Ministro dos Negócios da guerra após a batalha que o número chegava a algo perto de dois a três mil homens compondo o exército dos insurretos.³¹

Para lidar com a situação no Piauí, em 27 de janeiro de 1823, da vila da Parnaíba Fidié informou ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Cândido José Xavier, sobre as notícias acerca das tropas sediciosas que marchavam do Ceará para o Piauí, e pediu ajuda de tropas do Maranhão em menor proporção do Pará com o propósito de defender os locais mais distantes do Piauí e, assim, as províncias enviaram reforços em atendimento a sua solicitação.³²

Esse apoio, contudo, acabou escasseando quando do cerco a Caxias, tendo em vista que a junta em São Luís do Maranhão também já se via ameaçada com a chegada do Lord Thomas Cochrane na Nau Pedro, que intimou a Junta Governativa do Maranhão a jurar fidelidade ao Imperador D. Pedro e o Pará com a presença de John Pascoe Grenfell no brigue Maranhão, que igualmente conseguiu a adesão da Junta Governativa da Província.

Fidié também relata em suas memórias a sua expectativa com a vinda de cinco navios com reforços diretamente de Portugal, com tropa significativa,³³ mas depois da ação de Cochrane contra a esquadra portuguesa que havia saído da Bahia, esta não pôde mais apoiar qualquer

operação no Norte do Brasil.

A batalha e sua projeção

O capitão Chaves e sua força haviam entrado no Piauí e chegado na vila de Campo Maior em 12 de fevereiro de 1823, e de lá receberam as orientações necessárias para enfrentar o major Fidié e impedir que se dirigisse a Oeiras. Pois o mesmo, ao saber da proclamação do dia 24 de janeiro na capital, resolveu deixar Parnaíba e retornar o mais rapidamente possível para Oeiras.

Em 10 de março, Chaves recebeu ordens para se dirigir até a vila de Piracuruca onde se concentravam as forças portuguesas, com a missão de desalojar o militar português.³⁴ No dia anterior, um sargento chamado Francisco Inácio Costa, vindo de Piracuruca, trouxe notícias sobre a posição de Fidié, informando que ele se encontrava a pouca distância de Campo Maior. Sem ter como receber apoio de Oeiras, Chaves passou a tomar deliberações com o que dispunha. Ao saber que forças portuguesas do major Cunha Fidié vinham de Parnaíba com

Após cinco horas de combates, as tropas se retiraram desordenadamente do campo, deixando, segundo estimativas, 542 presos e 200 mortos e feridos.

destino a Oeiras, a população de Campo Maior se mobilizou a partir da convocação propalada pelo capitão Chaves,³⁵ e rapidamente puderam se mobilizar na praça da matriz da vila de Campo Maior em uma tentativa desesperada para tentar impedi-lo de continuar sua jornada até a capital da Província.

Entre as providências tomadas, o capitão Rodrigues Chaves enviou mensageiro ao Estanhado, onde atualmente é o município de União, instando que o capitão João da Costa Alecrim e suas tropas se juntassem a ele. Nesse ínterim, chegaram 80 homens comandados pelo alferes Salvador Cardoso de Oliveira.³⁶ Alguns soldados do Ceará também vieram a tempo, em grande maioria composta por índios oriundos da serra da Ibiapaba.³⁷

Durante a noite de 12 de março de 1823, os homens da vila e dos arredores foram alistados, sendo logo em seguida organizados em regimentos. Grande parte da população se viu cooptada pelo discurso dos insurretos independentistas, ficando motivada a partir para a luta contra os portugueses que se aproximavam de Campo Maior.

Na manhã do dia 13 de março de 1823, os homens se reuniram em frente à Igreja de Santo Antônio. O comandante Chaves já sabia que Fidié estava acampado com a sua tropa em uma fazenda próxima.³⁸ Ao seu sinal de comando a grande coluna de combatentes saiu em marcha, segundo Brandão, não tinham “nenhum porte marcial. Aos primeiros movimentos, mostram a ausência de disciplina.”³⁹ Mas

estavam prontos para enfrentar os portugueses.

Cerca de dois mil homens marcharam para a batalha. As armas que usavam eram primitivas: espadas, chuços e até foices. Poucas pistolas e clavinhas de caça, mas também uma peça, calibre 3 (que não teria utilidade, por falta de artilheiro).⁴⁰ Portavam ainda machados, facas, paus e pedras. Sem experiência em campanhas militares, depois de percorridas duas léguas, os piauienses e cearenses chegaram às margens do Jenipapo,⁴¹ onde pretendiam impedir a passagem dos portugueses.

Como o Jenipapo estava relativamente raso, a maioria dos patriotas se escondeu junto ao leito do riacho, enquanto a outra parte ficou abrigada nos matagais adjacentes.⁴² Ficaram à espera do exército português que teria que passar por ali. De onde estavam podiam ver quando os portugueses se aproximavam do local, pois o terreno era bastante plano, com uma vasta planície, aberta e sem nenhum abrigo.

A tropa sob comando de Chaves estava entrincheirada e à frente deles havia uma estrada bifurcada, com um caminho para a direita e outro para a esquerda. O capitão Chaves ficou em dúvida sobre qual percurso Fidié iria seguir, pouco depois das oito horas, o capitão Rodrigues Chaves enviou uma patrulha de reconhecimento no local onde seria travada a batalha.⁴³

Fidié chegou ao local onde a estrada estava bifurcada e decidiu dividir sua força, metade dela, a infantaria e a artilharia seguiram com ele para a esquerda e a cavalaria

segiu para direita. Os independentes, não sabendo que Fidié fizera uma divisão no seu contingente, estavam no mesmo caminho para encontrar com a cavalaria portuguesa, e acabaram sendo surpreendidos. Quando os combatentes do exército insurgente os viram, avançaram contra a cavalaria de Fidié. Segundo Neves “[...] não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não podiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos atacantes, retrocederam e fugiram.”⁴⁴

Com o recuo da cavalaria, os combatentes piauienses ouviram o tiroteio, e constataram que o confronto havia começado. Saíram das trincheiras e se lançaram precipitadamente na estrada atrás do inimigo, mas as tropas portuguesas já não se encontravam ali. Fidié, ao saber do movimento, atravessou o rio Jenipapo pela estrada da esquerda, construiu às pressas uma barricada, onde distribuiu armas pesadas, incluindo os 11 canhões que dispunha. Organizou a sua posição de batalha dispondo os atiradores na linha de frente, nas trincheiras onde estavam antes os combatentes do Piauí.⁴⁵ Os piauienses, que anteriormente estavam em posição favorável, ficaram em situação crítica.

Quando os piauienses retornaram e viram a situação adversa, só encontraram uma alternativa: atacar Fidié ao mesmo tempo e em todas as direções ao longo das margens do rio. No primeiro momento da luta, houve muitas baixas das tropas do Piauí. Dezenas de corpos caíram pelas armas do exército português. Os poucos

que conseguiram cruzar a linha de fogo foram detidos pelos canhões. Vieira da Silva afirmou que,

Depois de um vivo fogo, os independentes tentaram com extraordinária impetuosidade envolver as tropas constitucionais portuguesas por todos os lados; mas Fidié dirigia o fogo de seus soldados tão habilmente que varria diante de si os independentes. Cedendo estes a disciplina e a superioridade das armas e não lhes valendo a coragem com que afrontavam o perigo, retiraram-se em completa debandada deixando-o senhor do campo.

As sucessivas cargas dos insurretos do Piauí e do Ceará deixaram muitos mortos no chão. Os mosquetes e a barragem de artilharia dos portugueses varreram o campo de batalha de um lado para o outro. Aqueles que pudessem passar bloqueando o fogo poderiam lutar com os portugueses. Mas, ao meio-dia, os piauienses e cearenses estavam exaustos e não mais nutriam esperança de que iriam vencer os portugueses. Às duas horas da tarde, após cinco horas de combates, as tropas de Chaves se retiraram desordenadamente do campo, deixando, segundo estimativas, 542 presos e 200 mortos e feridos.⁴⁷

As tropas portuguesas igualmente cansadas se retiraram do campo de batalha

com um sol escaldante o que provavelmente os impediu de perseguirem o exército independentista. Embora já os tivessem derrotado, Fidié afirmou em seu relatório ao Ministro dos Negócios da Guerra que ainda teria perseguido o inimigo por duas léguas até o anoitecer.⁴⁸ Após a refrega o exército português foi acampar em uma fazenda próxima chamada Tombador a cerca a um quilômetro de Campo Maior, as suas perdas foram estimadas em 16 soldados, um capitão, um alferes, um sargento mortos e sessenta feridos,⁴⁹ naquele contexto, precisavam enterrar os seus mortos e tratar os feridos.

Houve uma perda muito grave para os portugueses: o seu suprimento e a bagagem do major Fidié que haviam sido tomadas por uma tropa do exército insurgente, o que acabou limitando a sua movimentação pela região, o comandante Chaves em seu relato a Junta Provisória do Ceará narrou sobre o suposto fato "As nossas tropas não eram tão bem armadas, e só tinham duas peças, com as quais deram dois tiros, ficando elas logo desmontadas: pelo que baterão o inimigo em guerrilha pela retaguarda, e tomaram-lhe a munição, botica e bagagem quase toda."⁵⁰

Mesmo com o exército português reunido, o major, viu-se diante da tarefa difícil de manter suas tropas unidas, pois dia após dia aconteciam deserções que deixava claros nas suas fileiras, e sem logística alguma, abandonou Campo Maior, indo acampar no Estanhado. Fidié estudava se dirigir a vila de Caxias no

Maranhão, pois ele havia recebido um ofício em 3 de abril de 1823 da Junta da vila requerendo que marchasse para lá.⁵¹

Após a batalha, em fins de março a Junta Provisória de Governo no Piauí, descentralizou o comando das operações dando mais liberdade em relação a Oeiras, e criou a Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, com aval para atuar no norte da Província em perseguição ao inimigo português, essa descentralização ocorreu por uma compreensão real da situação.⁵² O exército independentista no Piauí precisava se reagrupar e ter uma organização mais flexível para que pudesse se lançar no encalço das forças de Fidié, para tanto a Junta em Oeiras, foi continuamente enviando oficiais com alguma experiência nas milícias para engrossar as forças.⁵³

As ações militares no Piauí foram, por todos os motivos, talvez a parte mais vital da guerra de independência no Norte porque envolveu direta ou indiretamente as demais Províncias e decidiram a favor do Império o destino e o controle de toda a região setentrional do país.

Em Oeiras, tomou-se a decisão de nomear um comandante em chefe das forças em operações na passagem de Santo Antônio, constituindo todo o exército de três divisões sob o comando supremo do tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins. As divisões ficaram assim organizadas, a primeira, sob o comando do capitão Luiz Rodrigues Chaves, a segunda, do capitão João da Costa Alecrim e a terceira no comando do capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, o sargento-mor Francisco Inácio da Costa ficou como major de brigada com a missão de realizar patrulhas,⁵⁴ e dar apoio.

No Estanhado, Fidié permaneceu vigilante, planejando qual movimento seguiria. A Câmara em Caxias solicitou que se dirigisse até a vila, uma vez que ela também não poderia apoiá-lo, e sua presença na vila controlaria as desordens que começavam a grassar junto às tropas portuguesas. Houve ainda escaramuças entre tropas portuguesas e forças do exército independentista, até que Fidié definitivamente partiu para Caxias, em 29 de março abandonando o Piauí,⁵⁵ terminando a luta na província sem mais nenhuma ligação com a Metrópole Portuguesa.

Ao se dirigir até a vila de Caxias no Maranhão, para reorganizar as defesas, acabou sofrendo um assédio de cinco meses das tropas do "Exército Auxiliador do Ceará, Piauí e Pernambuco" que havia sido formado para combatê-lo no Maranhão redundando na sua capitulação em 1 de agosto de 1823.

Conclusão

A Província do Piauí ainda demandaria muito esforço para se estabilizar, sobretudo nos dois anos seguintes quando outras questões levariam ao distanciamento das lideranças que outrora eram aliadas, mas no contexto da guerra propriamente dita ela havia sofrido muito com a mobilização militar e com a insegurança. Após a ida de Fidié para Caxias, a questão da luta entre as Cortes de Lisboa e a elite piauiense e do Rio de Janeiro estava terminada.

Restaria ainda a campanha no Maranhão, cujo esforço do Piauí ainda consumiria virtualmente às forças da Província, pois desde 16 de abril de 1823 D. Pedro havia concedido todos os poderes ao Coronel Simplício Dias da Silva e ao Governador das Armas do Ceará para invadirem o Maranhão.

A batalha do Jenipapo consolidou a independência no Norte e abriu espaço para as operações no Maranhão, cuja ação da esquadra imperial

brasileira, no decorrer da manutenção e controle do litoral do Brasil, impediu Portugal de manter pontos de apoio aos seus exércitos que eram de fundamental importância para a manutenção de suas operações militares.

As ações militares no Piauí foram, por todos os motivos, talvez a parte mais vital da guerra de independência no Norte porque envolveu direta ou indiretamente as demais Províncias e decidiram a favor do Império o destino e o controle de toda a região setentrional do país.

O memorialista piauiense, Hermínio Brito Conde, afirmou na apresentação da edição brasileira de *Varia Fortuna de um Soldado Português*, que, “O Nordeste não aderiu à independência; construiu-a duramente no campo de batalha.” E que, “Fidié constituiu grave risco para a unidade brasileira”, e finalmente ele conclamou que os livros de história fossem revistos para incluir a narrativa sobre a campanha da independência

no Piauí, Ceará e Maranhão.⁵⁶

A narrativa histórica sobre o processo de independência no Piauí e a reconstrução de como se deu a batalha do Jenipapo constitui-se como um objeto de grande importância para se compreender sobre como se deu a consolidação da independência do Brasil no Norte em 1823. Essa narrativa foi muito trabalhada pelos memorialistas no Piauí ao longo do século XX, mas na atualidade há uma urgência em ser revisitada com mais afinco tanto pela própria dimensão da investigação, como pela disponibilidade de fontes, muitas das quais ainda nem foram utilizadas.

Johny Santana de Araújo é historiador, professor associado III do Departamento de História da UFPI, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política. É Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

REFERÊNCIAS

1. Estas foram estabelecidas pelo movimento liberal ocorrido na cidade do Porto, em Portugal no início de agosto de 1820, ver sobre a apropriação do conceito de recolonização: Rocha, A. P. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: histórias de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora Unesp, 2009; sobre a convocação das Cortes, ver: Moreira, V.; Domingues, J. *Para a História da Representação Política em Portugal: a consulta pública de 1820 sobre as Cortes Constituintes*, Lisboa, Edições da Assembleia da República, 2021.

2. Souza, I. L. C. *Pátria coroada: o*

Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Unesp, 1999. p. 57

3. Lima, O. *O movimento da independência (1821-1822)*. Brasília: FUNAG, 2019, p. 108.

4. Nunes, O. *Pesquisas para história do Piauí: a independência do Brasil especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem*. Teresina: FUNDAPI, 2007, p.36.

5. Chaves, J. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monseñor Chaves, 1998; Araújo, J. S. “O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do

império em 1823” *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. 33, 2. pp. 31-34. julho e dezembro de 2015.

6. Ver: Santana, R. N. M. *Evolução Histórica da Economia Piauiense e Outros Estados*. 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

7. Fidié, J. J. C. *Varia Fortuna de um Soldado Português*. Teresina: Fundapi, 2006, p. 160.

8. Brandão, W. A. *História da Independência no Piauí*. 2ª ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

9. São Luís do Maranhão *Ofício do [comandante Militar do Maranhão]*,

- Agostinho Antônio de Faria, ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, sobre uma insurreição na vila da Parnaíba, no Piauí, liderada pelo actual juiz de Fora, João Cândido de Deus e pelo coronel Simplício Dias da Silva que aderiram à independência do Brasil, proclamada no Rio de Janeiro. Anexo: 1 doc. AHU-Maranhão, cx. nv 916. AHU_CU_016, Cx. 31, D. 1663.
10. D'Alencastre, J. M. P. Memoria chronologica, histórica e corographica da Provincia do Piauihy. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XX, 1857, p. 45.
11. Araripe, T. A. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piaui e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piaui e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885, p. 238-239.
12. Chaves, J., op cit. p. 287. 1998,
13. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe foi um dos implicados no Ceará no movimento que eclodiu em Pernambuco no ano de 1817 cujo caráter liberal e republicano.
14. Pinheiro, R. T. "A independência no Ceará" In: Revista do Instituto do Ceara, Instituto do Ceará, 8, p. 109-111. março de 1987
15. Araripe, T. A. op cit., p. 318. 1885.
16. Neves, A. A guerra do Fidié. 4ª ed. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 73.
17. Chaves, J., op cit. p. 290. 1998,
18. Expedição do Ceará em Auxílio do Piaui e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piaui e Maranhão para Proclamação da Independência nacional. 1885. p. 241.
19. Lima, O., op cit. p. 111. 2019.
20. Ofícios de 12 e 19 de abril de 1823. Araripe, T. A. op cit., p. 281-282 e 303. 1885.
21. Ver: Cândido, T. A. P. A plebe heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824). Almanack, Guarulhos, 20, p. 194-215, dez 2018.
22. Rodrigues, J. H. Independência: Revolução e Contra-revolução. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002. p. 288.
23. Fidié, J. J. C. op cit., p. 124. 2006.
24. Neves, A. op cit., p. 111. 2006.
25. Carta nº 04. De Manoel de Souza Martins e Junta Governativa Palácio do Governo de Oeiras para Comandantes das defesas e presídios no Piaui. 16 de março de 1823. Museu Ozildo Albano.
26. Nunes, O. op cit., p. 60. 2007.
27. Ofício do [comandante Militar do Maranhão], Agostinho Antônio de Faria, ao secretário de estado dos Negócios da Guerra, Cândido José Xavier, Em 11 de fevereiro de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1681
28. Rodrigues, J. H. op cit., p. 288. 2002.
29. Brandão, W. op. cit., p. 179. 2006
30. Chaves, J. op cit., p. 304. 1998.
31. Ofício do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre as batalhas travadas com os revoltosos adeptos da independência do Brasil; a conquista da vila de Campo Maior e as baixas havidas. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1684
32. Ofício do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier, sobre as notícias acerca das tropas sediciosas que marcham do Ceará para o Piauí, e solicitando o auxílio das tropas do Maranhão para defender os locais mais distantes do Piauí. In: Arquivo Historico Ultramarino AHU-Piauí, cx. 24, doc. 47 AHU_CU_016, Cx. 32, D. 1679.
33. Fidié, J. J. C. op cit., p. 159. 2006.
34. Nunes, O. op cit., p. 64. 2007.
35. Brandão, W. A. op cit., p. 178. 2006.
36. Chaves, J. op cit., p. 306. 1998.
37. Ver: Costa, J. P. P. "Na lei e na guerra: Políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)" Teresina: EDUFPI, 2018.
38. Chaves, J. op cit., p. 308. 1998.
39. Brandão, W. A. op cit., p. 180. 2006.
40. Nunes, O. op cit., p. 68. 2007.
41. Brandão, W. A. op cit., p. 180. 2006.
42. Neves, A. op cit. p. 146. 2006.
43. Chaves, J. op cit., p. 308. 1998.
44. Neves, A. op cit. p. 146-147. 2006.
45. Brandão, W. A. op cit., p. 181-182. 2006.
46. Vieira da Silva, L. A. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828). Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 93
47. Brandão, W. A. op cit., p. 183. 2006.
48. Fidié, J. J. C. op cit., p. 160. 2006.
49. Brandão, W. A. op cit., p. 184. 2006.
50. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piaui e Maranhão. "Documentos relativos á expedição cearense ao Piaui e Maranhão para Proclamação da Independência nacional", 1885, p. 246.
51. Fidié, J. J. C. op cit., p. 135. 2006.
52. Chaves, J. op cit., p. 336. 1998.
53. Carta nº 05. Do Capitão-Mór João Gomes Caminha Carta do João Gomes Caminha apresentando e enviando o Capitão Raymundo de Oliveira Falcão em serviço Nacional e Imperial aos quais todos devem obedecer. Quartel de Oeiras 12 de abril de 1823. Museu Ozildo Albano.
54. Chaves, J. op cit., p. 336. 1998.
55. Neves, A. op cit. p. 170. 2006.
56. Conde. H. B. Fidié e a Unidade do Brasil: Fidié, J. J. C. op cit., p. 26. 2006.



“A Batalha de Sarandi”, de Esteban Garino. Reprodução

Alvo de disputas entre Espanha e Portugal e, posteriormente, Buenos Aires e o Império do Brasil, a Cisplatina foi a última província a se integrar ao Império brasileiro

O Sul em armas: as guerras que ajudaram a formar o Brasil e o Uruguai

Última província a aderir ao Brasil independente, durante muito tempo a Cisplatina ficou de fora das narrativas hegemônicas sobre o processo de independência brasileira

Resumo

por Murillo Dias Winter

O objetivo deste trabalho é investigar os confrontos de diferentes projetos de futuro na província Cisplatina durante o processo de independência do Brasil até a Guerra da Cisplatina (1825-1828). A antiga Banda Oriental e, posteriormente, província Cisplatina foi alvo de disputas desde o período colonial. Na mesma territorialidade, Espanha e Portugal e, posteriormente, Buenos Aires e o Império do Brasil buscaram impor as suas soberanias e os seus projetos políticos quase sempre conflitantes. Desse modo, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pelos confrontos militares, pelos arranjos políticos e pelas diferentes interpretações de qual seria o futuro ideal desse espaço. Este trabalho enfatiza a pluralidade de alternativas existentes e que o resultado que conhecemos era apenas uma das possibilidades, fruto de intensos confrontos políticos e militares, destacando, assim, as diferentes etapas e atores envolvidos nas contendas ao sul da América portuguesa e do império brasileiro.

Palavras-chave: Independência do Brasil; guerras da independência; Cisplatina

Introdução

Montevideu, 4 de novembro de 1822. Acompanhando o crescimento da imprensa de todo o mundo luso-americano, os recentes impressos da província Cisplatina eram empregados em ataques e polêmicas. Diante da situação inédita, em um panfleto anônimo, El conciliador, era revelada uma preocupação: saber o que seria do território envolvido em conflitos, mudanças de governo e soberania há mais de uma década. Desse modo, em três pontos, era sugerido um debate que paulatinamente também tomava às ruas montevidéanas: “O governo do Rio de Janeiro, sendo independente de Portugal, deve continuar a ocupação desta província?”, “esta província pode ser mais feliz estando incorporado ao Brasil ou governando-se a si mesma?”, “esta província pode ser mais feliz em um estado particular ou entrando em uma aliança com Buenos Aires?”. Tratava-se de um contexto de fluidez das identidades e de pluralidade de alternativas políticas em jogo que ao serem reveladas apontam para os conflitos e as negociações que pautaram a efervescente política da região e que serão analisados neste trabalho primeiro na criação da província Cisplatina, nos efeitos da independência do Brasil e nos confrontos da Guerra da Cisplatina.

Negociações armadas: a invasão portuguesa e a criação da província Cisplatina

Em agosto de 1816, sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor, cerca de 12.000 soldados ordenados entre a Divisão de Voluntários Reais e as tropas luso-americanas invadiu o território da Banda Oriental (Figura 2). Em 20 de janeiro de 1817, através de acordos secretos, a cidade de Montevideu, no Uruguai, capitulava sem a necessidade de batalha. A ação lusitana se baseou em dois argumentos: a conformação de suas possessões americanas a partir do pressuposto das “fronteiras naturais”, demarcando os seus limites do Rio Amazonas até o Rio da Prata. A ação também facilitaria o acesso aos rebanhos orientais pelos criadores rio-grandenses, auxiliando no monopólio do comércio de charque. A presença luso-americana impediria, simultaneamente, o avanço ainda mais ameaçador das ideias emancipacionistas vigentes no Rio da Prata e as fugas de escravos de posse de lusitanos em busca da alforria.

A proposta de pacificação era igualmente interessante, neste momento, para a classe dirigente de Montevideu, que

As transformações políticas no mundo lusitano possibilitaram a efetiva criação da província Cisplatina e, portanto, a oficialização da dominação de Portugal na região.

desde a fundação da cidade, mantinha sólidas ligações mercantis com o Rio de Janeiro, vínculos comerciais que remetiam ainda a Colônia do Sacramento – o enclave português em território espanhol, estrategicamente localizado na margem oposta de Buenos Aires, que oferecia para os lusitanos um canal direto aos metais preciosos que eram escoados pelo Rio da Prata – que desde o final do século XVII e estavam prejudicados em função das constantes batalhas travadas nas águas platinas. Portugal rapidamente tornou-se o principal intermediário no comércio atlântico estabelecido na província Oriental. Nos anos seguintes, buscou-se consolidar a dominação. Entre as principais medidas estava a nomeação de lideranças locais para cargos públicos, a distribuição de títulos nobiliárquicos, a partilha das terras e o casamento de oficiais lusitanos com mulheres de famílias proeminentes da sociedade montevidéana. A despeito de Lecor atender a esses, um desejo em especial não poderia ser satisfeito naquele momento: a incorporação definitiva da região aos domínios portugueses. Esta possibilidade era aventada pelos dirigentes orientais desde 1817 com as tratativas secretas para a entrada dos Voluntários Reais em Montevideu.

A Revolução do Porto (1820) altera esta situação. Com a convocação das Cortes de Lisboa para o retorno da Corte Bragantina a Europa, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, antes de regressar para Portugal em abril de 1821, orientou Carlos

Frederico Lecor a organizar um congresso soberano em que a população da Banda Oriental decidiria sobre o seu futuro. Ficaria a cargo dos representantes locais, livremente e sob a proteção das armas lusitanas, decidir por se ligar em definitivo ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, aderir a alguma das províncias vizinhas ou constituir-se como um Estado independente. O Congresso Cisplatino ocorreu entre os dias 15 de julho e 8 de agosto de 1821. Como principal resolução, definiu-se que a região passaria a ser oficialmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de Estado Cisplatino.

Ao longo dos debates foi decidido também que a incorporação teria algumas regras a serem respeitadas: o idioma espanhol, além de leis e costumes em prática, desde que compatíveis com a Constituição lusitana, seriam mantidos. Assim como a posse de boa parte dos cargos burocráticos permaneceria com os habitantes locais e os homens recrutados na província Cisplatina apenas poderiam prestar serviços militares na própria região. O segundo item votado, referia-se aos limites do novo território: o Rio Quaraí ao norte e a Lagoa Mirim e o Chuí ao sul.

As transformações políticas no mundo lusitano possibilitaram a efetiva criação da província Cisplatina e, portanto, a oficialização da dominação de Portugal na região. O resultado – a anexação oficial lusitana – não foi o esperado por Silvestre Pinheiro Ferreira, que desejava o afastamento de Portugal

das questões platinas e temia causar conflitos com a Espanha. No entanto, poderia ser mais palatável do que anteriormente, em 1817, quando solicitado por parcela da elite montevideana. Afinal, possuía respaldo jurídico e representava pretensamente a vontade da população oriental, não sendo completamente desinteressante aos projetos lusitanos – especialmente de seus representantes americanos, dentre eles os criadores de gado sul rio-grandenses e os comerciantes fluminenses na nova conjuntura oferecida pelo Vintismo.

Batalhas na terra e na água: a guerra pela independência do Brasil

Ao longo do ano de 1822, a possibilidade da independência do Brasil intensificava o debate político sobre o futuro da Cisplatina. A probabilidade de ruptura entre o Brasil e Portugal também trazia incertezas com respeito ao futuro da região.

A autoridade máxima da Cisplatina, oficialmente, reconheceu a independência do Brasil, proclamando e jurando fidelidade ao “Emperador constitucional del Brasil”. A última província brasileira a fazê-lo.

Afinal, o Congresso Cisplatino foi um pacto assinado entre a população oriental e o governo lusitano, parte ainda do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Assim, um intenso debate foi aberto com o intuito de projetar alternativas frente à possibilidade da quebra desses vínculos. Antes preocupados com a pacificação e aliados ao projeto lusitano, alguns membros da elite montevideana viram na oportunidade o momento para buscar a própria independência e passaram a trabalhar pela separação da região do Império do Brasil. Entre as alternativas estavam se aproximar de Buenos Aires, arregimentar o restante da população local e, através de órgãos políticos oficiais influir sobre as decisões do governo. Questionava-se, especialmente, a forma de condução e a validade do Congresso Cisplatino, o direito brasileiro de permanecer ocupando a província e os moldes dessa eventual aliança. O que possibilitou criar um espírito de contestação na cidade de Montevideu. No entanto, o projeto perdeu força com as negativas dos dirigentes de Buenos Aires em se indispor diplomaticamente com o Brasil.

Por outro lado, ao longo de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e até mesmo D. Pedro (1798-1834) buscavam, através de trocas de correspondências, construir uma aliança com Carlos Frederico Lecor e, deste modo, assegurar a presença da Cisplatina dentro do projeto político brasileiro. Negociações que ganhavam ainda mais força: no dia 27 de maio chegavam ao Rio de Janeiro os três representantes eleitos

pela Cisplatina para compor as Cortes e estavam a caminho de Lisboa. Por ordem de Lecor, Lucas José Obes permaneceu na cidade e em uma série de encontros privados com Bonifácio e com D. Pedro buscou garantir a ligação da Cisplatina com o Império do Brasil, ainda não declarado independente.

A notícia da permanência de Obes no Rio de Janeiro e, sobretudo, as motivações da estadia caíram como uma bomba em Montevideú. Um Conselho Militar emitiu uma proclamação afirmando que as ações na capital fluminense não passaram pela consulta das tropas em Montevideú e que desconheciam os reais interesses do representante da província ao abandonar a comitiva que iria até Lisboa. Os Voluntários Reais que já haviam realizado um motim na virada de dezembro de 1821 para janeiro de 1822 foram novamente às ruas. Como presidente do Conselho Militar, Carlos Frederico Lecor aparecia como principal signatário da proclamação, seguido do novo vice, Álvaro da Costa (1789-1835). No entanto, o clima era de discordância entre os dois e de afastamento cada vez mais claro entre os comandantes militares favoráveis a Portugal e Lecor, próximo do projeto brasileiro.

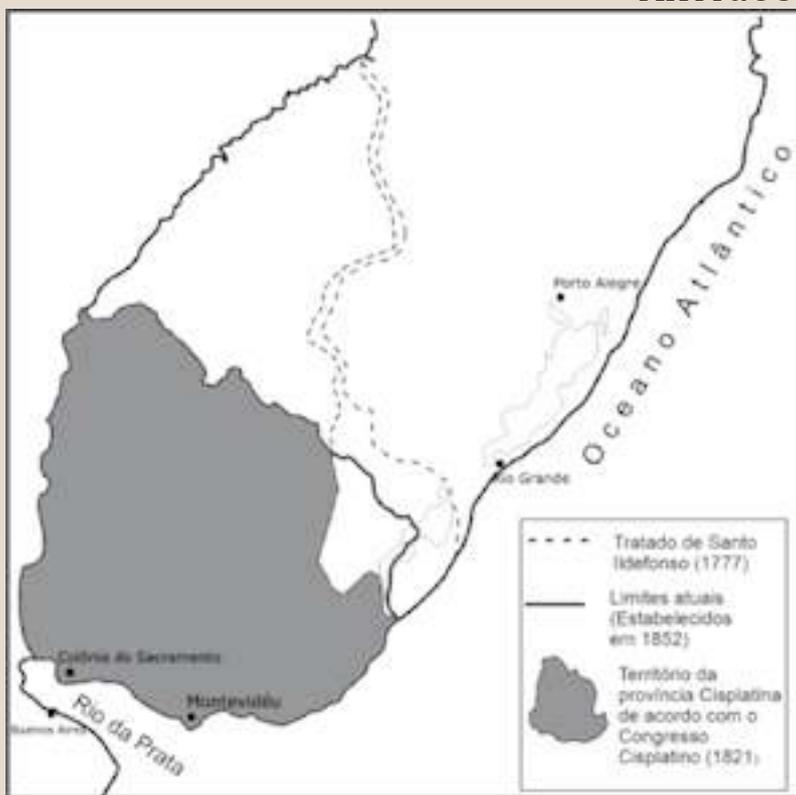
No dia 10 de setembro de 1822, Carlos Frederico Lecor declarava sua adesão a D. Pedro e abandonava Montevideú com direção a São José e, posteriormente, a Canelones onde foi organizado um acampamento que recebeu centenas de aliados que desertaram das fileiras portuguesas e políticos que

mantinham apoio ao Brasil. Já em Montevideú, conformava-se uma heterogênea aliança, composta por soldados portugueses, desejosos de retornar para a Europa, que recebiam o apoio de políticos montevidéanos divididos entre aqueles que almejavam uma independência por completo e os que buscavam uma aliança com Buenos Aires.

O ato marcava o início dos conflitos entre as tropas ligadas ao Brasil e os Voluntários Reais. O plano brasileiro era de cercar e sufocar os Voluntários Reais dentro das muralhas da cidade de Montevideú. Para tanto, no dia 23 de janeiro de 1823 empreendeu-se o sítio da cidade, por terra e água. Na cidade, as tropas lusitanas bem organizadas mantinham a resistência. Sem forças e sem o recebimento de mais efetivos solicitados para empreender um bloqueio sistemático

por água e terra, as tropas brasileiras buscavam sufocar financeiramente Montevideú. As tropas dentro da cidade, também não tinham força suficiente para investir contra o inimigo e dar fim ao conflito. Portanto, a guerra foi marcada pela ausência de confrontos diretos e pelas escaramuças entre os envolvidos que sempre deixavam mortos e feridos nas tropas inimigas. Outra ferramenta largamente utilizada, nesse caso pelos dois lados, foi o incentivo a deserções e mudanças de lealdade. Ambos os lados prometiam vantagens financeiras e promoções para convencer os militares a abandonar as fileiras inimigas.

A situação ganharia novos contornos no segundo semestre de 1823. Em 11 de outubro de 1823 as embarcações brasileiras conseguem o bloqueio total de Montevideú. Os Voluntários Reais vivenciavam um



“Mapa da Região Cisplatina”, Elaboração própria. Reprodução

Figura 1. Território da Província Cisplatina após Congresso Cisplatino (1821)



“O Juramento dos 33 Orientais”, de Juan Manuel Blanes. Reprodução

Figura 2. Por muito tempo a Cisplatina ficou de fora das narrativas hegemônicas sobre a independência do Brasil e sobre a nacionalidade uruguaia, mas a região é essencial para as análises do processo que tornaram o país independente e que deram origem ao Uruguai.

isolamento duplo. Primeiro por não conseguirem estabelecer contatos diretos ou frequentes com outros espaços fora das muralhas; e, em segundo lugar, pelo encerramento dos conflitos entre lusitanos e brasileiros em outras partes do Império fato que levou à ordem de retirada dos Voluntários Reais destes espaços por D. João. A mudança de regime em Portugal também estimulava o fim dos embates e o retorno para a Europa. Diante esta situação, Álvaro da Costa demonstrava o desgaste pelo conflito e acenava com a possibilidade de negociação. O fim das hostilidades é declarado em 30 de outubro. As negociações seguiram até o dia 18 de novembro.

Em 28 de fevereiro de 1824 as tropas portuguesas embarcaram rumo à Europa. No dia 2 de março, Carlos Frederico Lecor e os soldados do Império do Brasil entravam definitivamente em Montevideú.

Os povoados, cidades e vilas da Cisplatina em sequência enviavam suas proclamações e exaltações a D. Pedro. Em seguida, a autoridade máxima da Cisplatina, oficialmente, reconheceu a independência do Brasil, proclamando e jurando fidelidade ao “Emperador constitucional del Brasil” em 6 de maio de 1824. A última província brasileira a fazê-lo.⁵

A Guerra da Cisplatina

O reconhecimento da independência do Brasil em 1824, em grande parte por representar interesses de grupos específicos e que ainda perderiam parte de sua influência não construiu uma unidade de interesses na Cisplatina. Pelo contrário, estas questões ganhariam ainda mais peso e só seriam resolvidas em um conflito armado de proporções ainda maiores, a Guerra da Cisplatina (1825-

1828). De volta à capital e ao poder, Lecor ampliou a política de privilegiar os produtores sul-rio-grandenses e comerciantes brasileiros. Em especial, o general preocupou-se em retribuir os chefes militares que permaneceram ao seu lado, na mesma medida que perseguia os comerciantes que haviam financiado ou dado apoio aos movimentos de oposição ao Brasil durante a guerra de independência.

Aproveitando-se da efervescência dos movimentos contrários à dominação brasileira, Juan Antonio Lavalleja (1784-1853) junto de outros políticos e militares – os chamados “Cavalheiros Orientais” – no dia 19 de abril de 1825, desembarcou no rio Uruguai, como objetivo de tomar posse da província Cisplatina. Em 14 de julho de 1825, se iniciou na vila de Florida um congresso e, posteriormente, no dia 25 de agosto, foi declarada a independência da Província Oriental. No primeiro momento, os governantes das Províncias Unidas do Rio da Prata não apoiaram estes movimentos, o principal temor se dava em relação a um novo conflito na região que poderia prejudicar os interesses dos comerciantes de Buenos Aires. Porém, com as pressões dos estancieiros, principalmente os saladeiristas que sofriam com a competição dos produtores de charque do sul do Brasil, o governo buenairense acaba cedendo, declara apoio e recebe os delegados orientais no Congresso Nacional das Províncias Unidas. Com um exército de dois mil homens as tropas orientais avançaram sobre o território, ao final de 1825 apenas Colônia do

Sacramento, Maldonado e Montevideu permaneciam sob o controle brasileiro.

Como resposta, o Império do Brasil proclama guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata no dia 10 de dezembro de 1825. A declaração oficial respaldava-se nos mesmos argumentos da intervenção de 1817 e sinalizava a importância da província Cisplatina para a consolidação da grandeza do Império do Brasil, que tinha por suas fronteiras o rio Amazonas e o rio da Prata. Nos anos seguintes, os embates seguem em território oriental e nas águas do rio da Prata. Entre as principais batalhas estão a de Juncal, por água, no dia 9 de fevereiro de 1827 e a de Passo do Rosário ou Ituzaingó, por terra. Em ambas a vitória foi das Províncias Unidas do Rio da Prata, se sobrepondo às vantagens numéricas das tropas brasileiras.

Impossibilitados política e economicamente de manter as beligerâncias, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata sinalizam para o fim da guerra. Nas Províncias Unidas os conflitos internos entre os representantes do projeto unitário e do projeto federal minavam as forças e os cofres dos líderes políticos que poderiam estar envolvidos no conflito externo. No Brasil, a crise financeira intensificada pela guerra e a postura de D. Pedro faziam crescer o descontentamento em relação à política imperial e diminuir a sua popularidade. As negociações de paz receberam forte apoio dos políticos da Grã-Bretanha na América insatisfeitos com os efeitos da guerra na sua política comercial no Prata.

Em agosto de 1828,

os representantes da Grã-Bretanha, do Brasil e das Províncias Unidas se reuniram no Rio de Janeiro a fim de tratar dos últimos entraves para o fim oficial da Guerra da Cisplatina. No dia 27 de agosto, foi assinada a Convenção Preliminar de Paz. Pelo acordo, os líderes das Províncias Unidas do Rio da Prata e do Império do Brasil declaravam o seu interesse pela criação de um Estado independente onde se localizava a Província Cisplatina. Os dois envolvidos no conflito abandonariam a área que teria uma nova constituição e receberia todo o apoio necessário para a oficialização do novo Estado. Decidiu-se ainda que a navegação no rio da Prata e seus afluentes seria livre para todos os envolvidos na guerra por quinze anos e que a assinatura final do pacto seria no dia 4 de outubro do mesmo ano em Montevideu. Este novo Estado recebeu, em 1830, o nome de República Oriental do Uruguai.

Conclusão

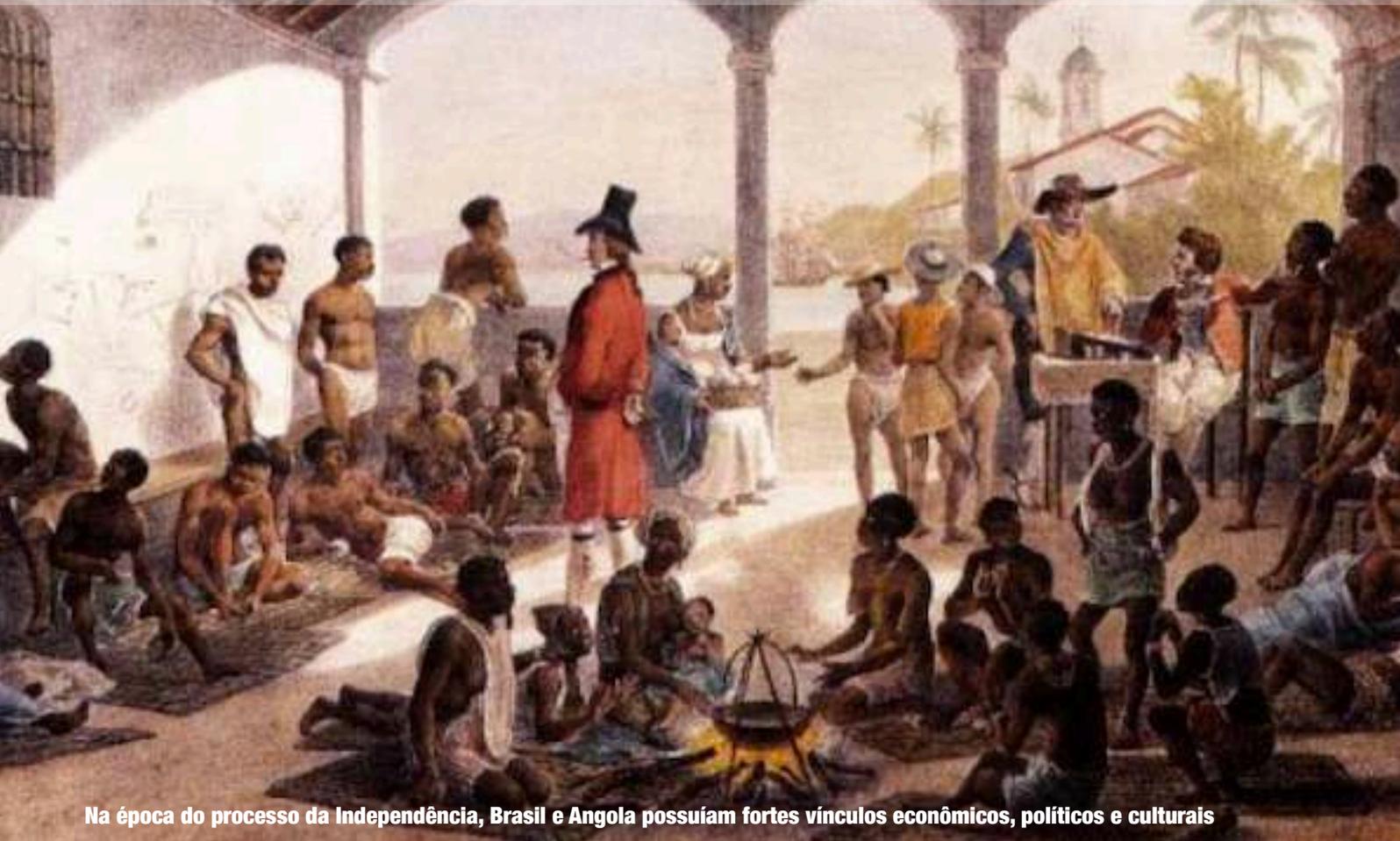
É importante frisar a importância da inserção da Cisplatina dentro das análises do processo de independência do Brasil. Durante muito tempo a Cisplatina não fez parte das narrativas hegemônicas sobre a independência do Brasil, especialmente por não constar nos atuais limites territoriais do país e sua dificuldade de inserção na narrativa tradicional de exceção pacífica brasileira frente à América espanhola. Este trabalho buscou contribuir com a crescente e importante produção sobre a província. Assim, a compreensão dos anos de 1821 até 1828 fornece

subsídios para construir uma narrativa sobre a formação do Brasil a partir dos eventos no Prata. Uma narrativa mais complexa tendo em conta a dinâmica destes espaços e os efeitos das transformações liberais de Portugal e da emancipação brasileira neste território, sobretudo, na transferência de sua posse, geralmente tomada como natural e das disputas e arranjos políticos que deram origem a um novo país.

Murillo Dias Winter é historiador, pesquisador de pós-doutorado da Universidade de São Paulo (USP), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

REFERÊNCIAS

1. Frega, A. Pueblos y soberanía em la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideu: Ediciones Banda Oriental La República, 2011.
2. Osório, H. A Revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e documentação Diplomática, Brasília, número especial. 2007.
3. Pimenta, J. P. Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808- 1828. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
4. Pivel Devoto, J. El Congreso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis. Montevideu: El siglo ilustrado, 1937.
5. Prado, F. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: Neumann, E. S. Grijó, L. A. O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
6. Thevenin de, M. G. La revolución oriental de 1822-1823. Su genesis. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978.



Na época do processo da Independência, Brasil e Angola possuíam fortes vínculos econômicos, políticos e culturais

“Mercado de escravos”, de Johann Moritz Rugendas. Reprodução

A desagregação do “Reino Unido de Brasil, Angola e Benguela” no processo de independência brasileiro (1822-1825)

Quando D. Pedro I concordou em não aceitar proposições de quaisquer colônias portuguesas para se unirem ao Império do Brasil

por Gilberto da Silva Guizelin

Resumo

Neste artigo abordo os vínculos entre Brasil e Angola durante o processo da emancipação política brasileira. Nesse sentido, enfatizo que, ao contrário de outras regiões da América portuguesa, à época da Proclamação da Independência do Brasil o chamado Reino de Angola e Benguela se encontrava econômica, política e culturalmente integrado ao Rio de Janeiro, a ponto de surgir daquele lado do Atlântico um forte movimento em defesa da sua separação de Portugal e adesão ao Império do Brasil. Ao fim apresento uma breve análise das razões que levaram ao negligenciamento do assunto por parte da historiografia brasileira quando das efemérides do Centenário e do Sesquicentenário da Independência, e avalio que o contexto em torno do Bicentenário é o momento propício para a correção desta defasagem da historiografia nacional.

Palavras-chave: Independência, Brasil, Angola, Historiografia.

Da unificação

Sérgio Buarque de Holanda, em seu instigante ensaio, hoje um clássico da nossa historiografia, “A herança colonial — sua desagregação”, afirma logo nas primeiras linhas que “no Brasil, as duas aspirações — a da independência e a da unidade — não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.” Para o historiador o estopim da independência, pode ser localizado na eclosão da Revolução Liberal do Porto de 1820. No que diz respeito à unidade, embora a sanha desta já estivesse nos cálculos do projeto político por detrás da transladação da aparelhagem burocrática-estatal joanina para o Rio de Janeiro em 1808, da qual resultou em 1815 na elevação do Estado do Brasil à categoria de Reino, unido ao de Portugal e Algarve, e, por conseguinte, na redefinição das antigas capitanias-gerais da América Portuguesa em províncias do novo Reino, a verdade é que:

(...) no tempo do rei velho [D. João VI] o país parecia organizado como uma “espécie de federação, embora a unidade nacional devesse, ao contrário, ser mais favorável aos progressos de toda ordem”. Essa unidade, que a vinda da Corte e a elevação do Brasil a Reino deixara de cimentar em bases mais sólidas, estará ao ponto de

esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se a passo lento, de sorte que só em meados do século [XIX] pode dizer-se consumada.

Se, no momento da ruptura do Império luso-brasileiro, o cenário da sua porção americana era o da clara e inequívoca ausência de unidade, tal qual sustentado por Sérgio Buarque, situação bem adversa se dava quando analisado o complexo imperial português no Atlântico Sul em que as suas margens americanas e africanas, em especial, mas não somente, a costa fluminense e a angolana encontravam-se unificadas há quase dois séculos.

A unificação entre o Brasil e Angola remonta a meados do século XVII, mais especificamente ao contexto das incursões holandesas sobre o complexo imperial português no Atlântico quando, imediatamente na sequência da ocupação de Pernambuco e da Zona da Mata açucareira em seu entorno pela Companhia das Índias Ocidentais da Holanda, na década de 1630, Joham Maurits van Nassau-Siegen (mais conhecido pelas bandas de cá por João Mauricio de Nassau) organizou desde o Recife recorrentes expedições com o objetivo de atacar e conquistar as possessões portuguesas ao longo da costa atlântica da África no intuito de assegurar o fluxo contínuo e irrestrito de

escravizados para os engenhos do “Brasil Holandês.”² Com efeito, já em 1637, Nassau enviou uma frota para capturar o Castelo de São Jorge da Mina, feitoria portuguesa no Golfo da Guiné (atual Gana), onde os holandeses permaneceram instalados até 1872.⁶ Apesar da tomada bem-sucedida de Elmina, como a feitoria passou a ser conhecida a partir de então, ela não era capaz de abastecer sozinha a alta demanda dos “moinhos de moer gente” — para usar a expressão consagrada por Darcy Ribeiro³ — dos engenhos pernambucanos, de modo que, em 1641 Nassau organizou uma segunda expedição com o objetivo de tomar o Reino de Angola e Benguela do controle português.

O que os portugueses denominavam por Reino de Angola e Benguela em meados do Seiscentos — e na realidade até meados do Oitocentos — nada mais era que duas cidades portuárias povoadas por europeus e por população mestiça localizadas ao sul da foz do rio Congo, na costa Centro-Oeste da África, a saber: São Paulo d’Assunção de Luanda e São Felipe de Benguela. Mesmo os presídios (vilas fortificadas) situados mais para dentro do interior não ultrapassavam mais que algumas centenas de quilômetros da costa e, como bem lembra Alberto da Costa e Silva, não passavam de “ilhas em territórios controlados por africanos e [que], sem o consentimento de seus reis e pagamento de impostos, nesses territórios não se comerciava, nem por eles passavam caravanas”.⁴

Fato é que, menos de

um século após a abertura do tráfico atlântico de escravizados a região já havia se convertido no maior mercado escoador de cativos para a América Portuguesa. Segundo as estimativas reunidas na base de dados “Slave Voyages”, entre 1601 e 1650 pouco mais de 356 mil escravizados foram embarcados para o Brasil desde algum ponto do Centro-Oeste da África, logo, na faixa litorânea compreendida pelo Reino de Angola e Benguela, contra pouco mais de 20 mil almas provenientes da Senegâmbia, das baías do Benin e Biafra e da Costa do Ouro, todas na África Ocidental.⁵ A imensa maioria de centro-africanos importados para a América Portuguesa na primeira metade do Seiscentos foi direcionada para o nordeste, então região mais rica e produtiva do Brasil: foram 127.330 cativos desembarcados na Bahia e 132.856 sujeitos despejados em Pernambuco. O Rio de Janeiro e adjacências, região periférica da cultura canavieira Seiscentista, recebeu uma parcela menor, mas nem por isso menos impressionante de 94.948 centro-africanos. Outros 1.864 escravizados do centro-oeste africano foram ainda distribuídos em pontos indeterminados da América Portuguesa.⁷ Estes números asseveram a máxima proferida à época pelo padre jesuíta luso-brasileiro Antonio Vieira de que “sem negros, não há Pernambuco, e sem Angola, não há negros”, melhor ainda, “sem Angola, não há Brasil”.⁸

Não surpreende assim que, com Portugal sem recursos militares e financeiros para fazer frente às forças holandesas,

o “socorro de Angola” — como aparece usualmente descrito na documentação da época⁹ — tenha todo ele sido organizado pelos negociantes do Rio de Janeiro, liderados por ninguém mais, ninguém menos que Salvador Correia de Sá e Benevides, então principal negociante de escravizados do Rio, cujos negócios se estendiam de Buenos Aires até o Potosí.¹⁰ Conforme descrito por Elias Alexandre da Silva Correia, na segunda parte de sua “História de Angola” publicada no final do Setecentos, “de 15 embarcações que compunham a nova Armada”, saída do Rio de Janeiro em maio de 1648 para reconquistar Angola, “quatro foram compradas à sua custa; e providas todas das lotações, e guarnições competentes” para atender os cerca quase dois mil homens recrutados para a missão, tendo 900 deles sido custeados, ainda segundo Silva Correia, pelo próprio Sá e Benevides.¹¹

Como sublinha Alencastro, a reconquista de Angola por forças e capitais

O Reino de Angola e Benguela já se encontrava há muito unificado ao Brasil quando a corte dos Bragança se instalou no Rio de Janeiro, no início do século XIX, fazendo desta o novo centro de poder de todo o Império português.

do Brasil alterou o “esquadro do sistema colonial no Império [Português] do Ocidente”, abrindo “espaço para a cogestão lusitana e brasílica no Atlântico Sul”.¹² Com efeito, de 1648 a 1825, ou seja, da reconquista de Angola até o reconhecimento por Portugal da independência do Brasil, ao menos 15 dos 42 governadores de Angola nesse período passaram, antes ou após ocuparem o cargo, por um posto administrativo na América Portuguesa. Sá e Benevides foi um deles: governador do Rio de Janeiro (1637-1642), governador de Angola (1648-1652) e governador e capitão-general da Repartição do Sul — englobando as capitanias meridionais do Estado do Brasil — (1659-1662). Outros governadores de Angola foram ainda selecionados entre a dita “nobreza da terra” do Brasil, casos de: Luiz Fernandes de Souza Chichorro (1654-1658), André Vidal de Negreiros (1661-1666), Antonio de Almeida Soares Portugal (1749-1753), José de Oliveira Barbosa (1810-1816) e Luiz Motta Feio Torres (1816-1819). Trocando em miúdos, era quase como se o posto de governador de Angola estivesse hierarquicamente vinculado aos quadros administrativos do governo-general do Brasil.

A dependência do governo de Angola ao do Estado do Brasil era tamanha que era usual a correspondência entre os administradores de Angola e os do Rio de Janeiro e, já no Setecentos, após a criação do Vice-Reinado do Brasil, com os vice-reis também instalados na cidade carioca.

Os assuntos tratados nestas correspondências, hoje sob a guarda do Arquivo Nacional, 13 possuíam natureza diversa. Eram pedidos para que fossem remetidos degredados por crimes comuns para Angola no intuito de colonizar e “branquear” a população do Reino. Solicitações para que se enviassem cavalos frente a escassez destes animais naquela parte da África. Mesmo a defesa do Reino após a reconquista, diante de novas incursões estrangeiras e, principalmente, frente aos recorrentes ataques promovidos pelos chefes locais contrários à presença portuguesa na região eram deixados a cargo direto dos administradores do Brasil responsáveis pelo envio de tropas, madeira, armamentos, guarnições e medicamentos. Não por acaso, Lisboa autorizou o Tesouro do Rio de Janeiro a resgatar fundos diretamente do Tesouro de Luanda.¹⁴

Assuntos de ordem religiosa também entravam na pauta, visto que, como descreveu Silva Correia, “os clérigos nacionais [eram] poucos [e] os missionários não [sobre]vivem”, a solução era recorrer ao envio de clérigos do Brasil, o chamado clero branco. A maioria, porém, satiriza o cronista de final do Setecentos, era de “clérigos ambulantes, comissários do seu próprio cabedal (...) [com] gosto no comércio”.¹⁵ A magistratura não escapava à regra, de modo que, como observa Nuno Camarinhas, “diversos magistrados da Relação da Bahia foram enviados à África para promover devassas ou outro tipo de comissão especial”.¹⁶



“A baía na cidade de Loanda de São Paulo”, Mapa de Gerard van Keulen, Leiden University Libraries. Reprodução

Figura 1. Representação da baía na cidade de Luanda de São Paulo, localizado em frente à cidade de Luanda, capital de Angola.

E, para não dizer que não falamos da vitalidade do comércio pós-reconquista, segundo a estimativa da “exportação da escravatura” desenvolvida por Silva Correia em 1786, a média anual de escravizados exportados pelo porto de Luanda e Benguela no final do Setecentos girava em torno de 16 mil almas, que segundo ele, satisfaziam “a maior parte do Brasil”.¹⁷ As estimativas mais atualizadas da base “Slave Voyages” corroboram a projeção para a década de 1780 desenvolvida por Silva Correia, indicando que a média anual do volume de exportação de escravizados da região Congo-Angola para o Brasil no período variou entre 17 e 20 mil almas no período. Os dados disponíveis ainda atestam a inversão do quadro apresentado na primeira metade do século anterior com relação às zonas de desembarque, ao passo que, dos pouco mais de 185 mil escravizados centro-africanos chegados ao Brasil entre 1781 e 1790: 119.080 foram remetidos para o Rio de

Janeiro; 33.075 para a Bahia; 28.565 para Pernambuco; e outros 4.494 para o Grão-Pará.¹⁸ Era, justamente, esta pujança do comércio negreiro que alimentava uma mobilidade sui generis entre os negociantes de Luanda e Benguela com seus sócios do Brasil, em especial com a comunidade de traficantes do Rio de Janeiro, com os quais estavam ligados não só por laços empresariais, como familiares.¹⁹

O Reino de Angola e Benguela já se encontrava há muito unificado ao Brasil quando a corte dos Bragança se instalou no Rio de Janeiro, no início do século XIX, fazendo desta o novo centro de poder de todo o Império português. De modo que a presença do governo Joanino no Brasil (1808-1821) apenas reforçou laços antigos, já bem costurados, ao retirar do caminho alguns óbices, a exemplo da proibição ao ensino superior. Entre as melhorias implementadas por D. João VI na urbe carioca imediatamente à sua chegada está a criação

da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro que, ao lado da Escola semelhante criada no mesmo ano na Bahia, respondia pelas primeiras instituições voltadas ao ensino superior do país. Em 1811, para tentar sanar a falta de profissionais qualificados da saúde em Angola, o governo Joanino criou uma linha de fomento a estudantes naturais daquele Reino que comprovassem ter os primeiros estudos concluídos e que mostrassem alguma aptidão para a dita “arte cirúrgica”. Estes estudantes, recebidos pela Escola de Medicina do Rio, tiveram seus gastos com passagens, hospedagem, alimentação e vestuários pagos pelo Tesouro Público do Brasil ao longo dos cinco anos do curso. Ao fim do qual, regressaram a Angola para exercer o ofício para o qual haviam recebido formação.²⁰

Assim, ao tempo do regresso da corte Joanina para Lisboa, ao contrário do que se verificava na relação distante e, por vezes, conflituosa do Rio de Janeiro com as demais províncias do Brasil, a relação daquela com o Reino de Angola e Benguela era próxima e comungante. Tanto isso é certo, que houve quem almejasse e trabalhasse abertamente pela sua adesão à causa emancipacionista emanada e liderada desde o Rio de Janeiro.

Da desagregação

Durante a sessão de 17 de junho de 1822 das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, reunidas em Lisboa, quando ainda se buscava costurar a

viabilidade política do Império luso-brasileiro, a comissão dos deputados brasileiros, liderada pelo deputado o Sr. Andrada Machado (irmão de José Bonifácio, o poderoso ministro do primeiro gabinete de D. Pedro I), propôs a criação de dois Congressos distintos e independentes, sendo um no Reino do Brasil, outro no de Portugal e Algarve. Pela proposta, os Congressos funcionariam como uma espécie de câmara baixa, nos quais os deputados legislariam sobre questões internas de seus respectivos Reinos, ficando suas decisões condicionadas à posteriori aprovação das Cortes Gerais — a câmara alta do Império luso-brasileiro — e, por fim, à sanção do rei no caso do Reino lusitano, e do regente no caso do Reino brasileiro. Ainda de acordo com a proposta apresentada pela comissão brasileira, “as províncias da Ásia, e África Portuguesa” seriam instadas a declarar a qual Reino desejavam se unir “para terem parte na respectiva representação”.²¹

Àquela altura, os três deputados eleitos por Angola para as Cortes ainda não haviam chegado em Lisboa, encontrando-se todos eles no Rio de Janeiro. Curiosamente, a resposta dos deputados angolenses ocorre quase que simultaneamente à apresentação da proposta pela comissão brasileira nas Cortes em Lisboa, tendo a manifestação de dois deles sido publicadas na edição de 20 de junho de 1822 do “Correio do Rio de Janeiro”.²² Em vista disso, é razoável presumir que a proposta de consultar os deputados das províncias

ultramarinhas portuguesas sobre qual Reino desejariam estar diretamente vinculados tenha sido um estratagema pensado pelo “gabinete dos irmãos Andrada” para atrair as províncias africanas, nominalmente a de Angola, para o Reino do Brasil; não sendo improvável que o próprio José Bonifácio tenha tratado deste assunto com os deputados angolenses reunidos no Rio de Janeiro.

Os deputados Euzébio de Queirós Coutinho da Silva (pai de Euzébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, que viria a ser Ministro da Justiça no Segundo Reinado) e Fernando Martins do Amaral Gurgel e Silva manifestaram-se prontamente pela incorporação de Angola “como o forem as outras províncias marítimas do Brasil”.²³ Ao passo que o deputado Manuel Patrício Correia de Castro se manifestou contrário à adesão, tendo sido o único a seguir viagem para Lisboa e tomar posse nas Cortes.

Em suas manifestações dirigidas aos seus concidadãos de Angola, tanto Euzébio de Queirós, como Amaral Gurgel procuraram justificar sua posição em vista da volumosa relação comercial e da proximidade geográfica de Angola ao Brasil, em oposição ao exíguo comércio e da assombrosa distância daquela com Portugal. Todavia, temos razões para acreditar que eles tivessem interesses particulares na questão. Senão vejamos, embora eleito como primeiro representante de Angola, tendo obtido a maioria dos votos,²⁴ Euzébio já residia no Brasil desde 1816. Aqui deu prosseguimento à sua carreira

na magistratura iniciada ainda na África. Em fevereiro de 1818 foi nomeado Ouvidor da comarca de Serro Frio (atual Serro), na província de Minas Gerais; onde também ocupou o posto de Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes. Dali seguiu para o concorridíssimo posto de Desembargador da Relação da Bahia, o mais antigo tribunal de justiça do Brasil. Quando da sua eleição para deputado nas Cortes de Lisboa por Angola, Euzébio ocupava o posto de Desembargador da recém-criada Relação de Pernambuco, onde acumulava ainda o cargo de Procurador da Coroa e Real Fazenda.²⁵ Não sem razão, José Honório Rodrigues é categórico ao afirmar: “Euzébio de Queirós preferia servir na Relação [de Pernambuco], como procurador da Coroa [do Brasil], por nomeação de José Bonifácio, do que nas Cortes”.²⁶ Com efeito, seu apoio à causa brasileira foi muitíssimo bem recompensado, pois, em 1825 tomou assento na Casa de Suplicação do Rio de Janeiro como Desembargador dos Agravos. Em 1827 voltou para a Relação da Bahia, desta vez no cargo de Chanceler. No mesmo ano foi graduado Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço. E, em 1828, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça,²⁷ instituição máxima do judiciário brasileiro ao tempo do Império.

Por sua vez, Fernando Martins do Amaral Gurgel e Silva vinha de uma família poderosa e influente com ramificações tanto do lado de cá, como do lado de lá do Atlântico Sul. Roquinaldo Ferreira recorda, por exemplo,



“Escravos de Benguela, Angola, Congo e Monjolo”, de Johann Moritz Rugendas. Reprodução

Figura 2. Angola teve uma intensa atividade política em prol da união com o Brasil entre 1822 e 1825, mas que foi minimizada pela historiografia oficial

que, em 1726, um ancestral homônimo do deputado angolense, natural do Rio de Janeiro, foi sentenciado ao degredo para Angola pelo crime de assassinato. Já na África, o Amaral Gurgel degredado ingressou no serviço militar, sendo enviado para os sertões de Angola, mais precisamente para a feira de Cassange, no centro-norte de Angola, o maior mercado de escravos da hinterlândia de Luanda. Segundo Ferreira, eventualmente aquele Amaral Gurgel se tornou a maior autoridade portuguesa no Cassange e “sua posição era tão importante que o chefe dos Cassange ‘frequentemente lhe concedia o poder de prender’

africanos para escravizá-los para os portugueses”.²⁸ O episódio em torno deste ancestral do deputado angolense é ilustrativo, pois a família Amaral Gurgel se encontra indistintamente ligada à história do tráfico atlântico de escravizados de Angola para o Brasil. Isso explique, talvez, porque o deputado preferisse tomar assento na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, do que nas Cortes Gerais em Lisboa. Ele até solicitou dos “ilustres angolenses” da Junta Provisória de Governo de Angola que lhe enviassem “instruções em uma maneira clara, e decisiva”²⁹ com relação a qual das duas casas

integrar.

É certo que Eusébio de Queirós e Amaral Gurgel esperavam que a Junta Provisória referendasse a união de Angola com o Brasil. Até porque, a ideia contava com o apoio da maioria dos membros da Junta, “um clube de negociantes de escravos”, segundo as palavras do governador-geral Cristóvão Avelino Dias, que “governava (...) em seu benefício”.³⁰ A exceção era seu presidente, o português D. Frei João Damasceno da Silva Póvoas, bispo da diocese de Angola e Congo. Contando com o apoio do contingente militar português local, Frei João Damasceno conseguiu impedir que a Junta Provisória se manifestasse oficialmente a favor da causa brasileira: o que lhe rendeu grande impopularidade em Luanda e no Rio de Janeiro, onde foi alvo de incontáveis “insultos impressos” — para usar a expressão de Isabel Lustosa³¹ — tendo, inclusive, o seu retrato queimado e suas cinzas jogadas ao mar,³² cena digna do costume da malhação de Judas.

Se em Luanda o potencial de sublevação dos partidários à união com o Brasil encontrava obstrução na presença de forças militares leais a Portugal, em Benguela a situação era outra. Lá, a Junta Provisória não só era quase que exclusivamente composta por membros simpáticos ao Brasil, como o seu presidente, Domingos Pereira Diniz, “homem preto e ambicioso de governar”, nas palavras do governador local deposto, era o grande patrocinador do ideário de união senão de

toda Angola, ao menos de Benguela ao Brasil.³³ Com efeito, sob a sua presidência, a Junta Provisória local fez chegar ao Rio de Janeiro uma série de documentos em louvação, apoio e adesão à autoridade D. Pedro I — quando este ainda respondia na qualidade de príncipe-regente — propositalmente publicados na “Gazeta do Rio”, o jornal oficial do governo brasileiro, em outubro de 1822.³⁴ Não obstante, após a chegada em Benguela das notícias da proclamação formal de Independência do Brasil, Domingos Pereira Diniz ordenou o hasteamento da “bandeira do café e tabaco”, isto é do pavilhão imperial brasileiro, “na fortaleza de S. Filipe”.³⁵

Para conter o movimento secessionista de Benguela e evitar que este impulsione distúrbios semelhantes em Luanda, no final de 1822 as Cortes Gerais nomearam novos administradores coloniais em substituição das Juntas Provisórias e autorizaram o envio de um Batalhão Expedicionário com 435 soldados para Angola. Pouco depois de tomar posse, o novo governador-geral, Cristóvão Avelino Dias, informou ao governo português existir em todo o Reino de Angola “um numeroso partido a fazer causa comum com o Brasil, pondo-se de baixo da sua proteção”. Tal partido, prosseguia Avelino Dias, “é principalmente dirigido por alguns homens ricos, cujos interesses estão intimamente ligados com o comércio da escravatura para os portos do Rio de Janeiro e Pernambuco”.³⁶ O novo governador de Benguela, João

Antônio Pussich, descreveu impressão parecida após destituir a Junta local e pôr fim ao plano de secessão patrocinado por Domingos Pereira Diniz: “posso afirmar (...) que nesta província reina um grande Partido Brasileiro, e mui pequeno o Europeu; e que pela Junta Governativa sempre foi oprimido o Partido Europeu, e triunfante o Partido Brasileiro”.³⁷ E foi além, ao acusar “o governo do Rio de Janeiro [de] legisla[r] para esta província da mesma maneira que o podem fazer as Cortes de Portugal”.³⁸

As autoridades interventoras das Cortes Gerais em Angola instauraram uma verdadeira devassa no intuito de dismantelar o famigerado “Partido Brasileiro”. Por força de decreto de 5 de maio de 1823, Pussich ordenou o sequestro das propriedades urbanas, embarcações, bens e mercadorias dos simpatizantes bem como dos “súditos do rebelde governo brasileiro” em Benguela;³⁹ ato estendido a toda Angola pelo decreto de 2 de junho baixado por Avelino Dias.⁴⁰ A medida levou os comerciantes brasileiros e seus sócios de Benguela a tramarem uma sublevação, em que pretendiam aprisionar o governador local, romper relações com o governo de Luanda para dispor de tempo e embarcar os bens e escravos dos sublevados para o Rio de Janeiro, onde ainda almejavam pedir socorro diretamente ao imperador D. Pedro I para depor o governo de Avelino Dias e concretizar a união de Angola ao Brasil. No final das contas, a sublevação só não ocorreu porque foi delatada a tempo, o que permitiu às autoridades

portuguesas prender e punir os “sediciosos e perturbadores da tranquilidade pública”.⁴¹

Os sediciosos mais ricos e poderosos sofreram penas brandas, a exemplo de Domingos Pereira Diniz banido para Luanda, enquanto os mais pobres tiveram penas mais severas, caso de Joaquim Lopes dos Santos, homem negro, alferes do Batalhão dos Henriques de Benguela, deportado para Luanda e mais tarde para o Rio, onde, em 1824, publicou um panfleto crítico aos atos tomados por João Antônio Pussich, publicado pela Imprensa Nacional, órgão subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.⁴²

Fato é que, embora o governo de D. Pedro I tenha dado vivas provas de apoio moral aos planos de seus partidários em Angola, como

comprovam a publicação das manifestações dos deputados angolenses eleitos para as Cortes Gerais, dos ofícios recebidos da Junta Provisória de Governo de Benguela e do ácido panfleto de Santos contra Pussich, todos, cumpre frisar uma vez mais, vindos à público por órgãos de imprensa simpatizantes ou do próprio governo brasileiro, nenhuma medida de apoio político-militar concreta foi esboçada pelas autoridades do Rio de Janeiro.

Fatores de ordem interna e externa explicam a ambiguidade do governo brasileiro em relação à questão angolana. Ocupado até meados de 1824 com a subjugação das províncias rebeladas do Norte e do Sul, o regime de D. Pedro I não podia se dar ao luxo de expandir o teatro das operações militares

para a costa atlântica da África. Ademais, seria difícil supor que a Grã-Bretanha, principal potência econômica e militar do período, envolvida ativamente na campanha em prol da abolição do tráfico atlântico de escravizados, permitiria a anexação de Angola pelo Brasil, se isso significasse — como, aliás esperavam os partidários angolenses da causa brasileira — a manutenção do comércio negreiro. Tanto o é que, foi a Grã-Bretanha, mediadora da celebração do Tratado de Amizade e Aliança de 1825 entre Brasil e Portugal, que incluiu a cláusula em que “Sua Majestade Imperial [D. Pedro I] promete não aceitar proposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”,⁴³ pá de cal no projeto de constituição do Reino Unido do Brasil, Angola e Benguela.

Do esquecimento

Apesar da intensa atividade política verificada em Angola, entre 1822 e 1825, em prol da união com o Brasil, acompanhada de perto — e em alguns momentos até respaldada — pelo governo brasileiro, é interessante observar como a questão angolana foi — e, ainda é — minimizada pela historiografia nacional sobre a independência. Ao ponto de ser esquecida, ou, quando muito, tratada como um acontecimento menor ocorrido à margem de outros eventos “mais importantes” que marcam o processo brasileiro de emancipação.

Esta tendência em

apequenar o papel de Angola na história da independência do Brasil tem origem naquilo que Evaldo Cabral de Mello chama de “tradição saquarema” na historiografia brasileira da Independência, isto é, a historiografia da corte fluminense e dos seus epígonos da República, para quem a história da nossa emancipação política reduz-se à da construção de um Estado unitário.⁴⁴ Em outras palavras, de uma história apologética do mito de uma suposta unidade territorial pré-nacional preservada pela Monarquia, que diferia o caso brasileiro do processo de emancipação das Repúblicas sul-americanas

vizinhas, marcadas pela divisão política e pela fragmentação territorial. Neste sentido, visto que o ideário de unificação de Angola ao Brasil não pôde ser concretizado em razão das limitações políticas internas e externas impostas ao regime de D. Pedro I, que, em última análise impediram o seu governo de envolver-se de forma mais clara e assertiva na questão, não surpreende que o episódio tenha sido talhado pelos idealizadores da história oficial vinculados ao regime monárquico.

Isto é o que verificamos na “História da fundação do Império brasileiro”, do historiador, biógrafo,

escritor e político do Partido Conservador — logo um Saquarema — João Manuel Pereira da Silva, publicada em sete volumes, entre 1864 e 1865. Considerada a obra de maior fôlego — com mais de 2.658 páginas — dedicada à emancipação política do Brasil produzida pela historiografia saquarema, no que tange a participação de Angola limita-se a indicar que os deputados angolenses eleitos para as Cortes Gerais arribaram no Rio de Janeiro, sem nem se quer citar seus nomes, nem entrar no mérito de suas manifestações pró e contrárias à adesão com o Império do Brasil.⁴⁵

Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, autor de “História Geral do Brasil” (1854) e principal historiador do regime monárquico, em sua obra póstuma “História da Independência do Brasil” (1916), “construída”, como lembra Wilma Peres da Costa, “a partir da máquina do Estado [Imperial] e de seus canais letrados”,⁴⁶ segue a narrativa de silenciamento⁴⁷ apregoada pela historiografia saquarema quanto aos malfadados eventos anexionistas e pró-brasileiros tido lugar em Angola nos anos de 1820, limitando-se a dizer o seguinte sobre aqueles acontecimentos:

*Chegou a notícia
de haver Benguela
aclamado o
imperador, não
havendo Luanda
seguido igual
exemplo, por se
haver oposto o
bispo [Frei João
Damasceno]. Talvez
por esta circunstância,
ordenou o governo
[de D. Pedro I]*

*que Angola fosse
compreendida nas
providências dadas
contra Portugal, e
proibiu ao banco
[do Brasil] a efetuar
à cidade de Luanda
um empréstimo de
100:000\$000 em
metal (...)*

Lançada por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), às vésperas das comemorações do Centenário da Independência, a obra póstuma de Varnhagen exerceu grande influência sobre os investigadores do período, dentro e fora do Instituto. Tanto que, como analisa Eduardo Luiz Flash Käfer, “outra importante obra acerca do assunto e reconhecida pela historiografia nacional, publicada também durante as efemérides do centenário, “O movimento da Independência”, de Oliveira Lima, igualmente recorria e dialogava com o trabalho de Varnhagen”,⁴⁹ e igualmente peca pela exclusão de Angola

**Esta tendência
em apequenar o
papel de Angola
na história da
independência do
Brasil tem origem
na historiografia
brasileira da
Independência, para
quem a história da
nossa emancipação
política reduz-se à
da construção de
um Estado unitário.**

no quadro histórico da emancipação política brasileira.

Porém, a ausência de Angola na historiografia devotada ao escrutínio do processo de desagregação do Império luso-brasileiro não pode ser explicada unicamente por conta da força da tradição historiográfica saquarema, ela também é resultado do racismo e da visão de mundo eurocêntrica da nossa elite intelectual, política e diplomática ao tempo de um regime econômico liberal e politicamente excludente como o da Velha República. Prova disto é que, entre 1922 e 1925, o Ministério das Relações Exteriores publicou uma coletânea denominada “Arquivo Diplomático da Independência”, em que tornou pública uma série de documentos relativos ao relacionamento internacional do Brasil quando da conquista da sua autonomia.⁵⁰ Dividido em seis volumes, o Arquivo trata das relações do Brasil com a Grã-Bretanha (volumes 1 e 2); com a França, Santa Sé e Espanha (volume 3); com a Áustria e os Estados alemães (volume 4); e, com Portugal, a antiga metrópole (volume 6). O único volume que quebra com o predomínio europeu é o quinto, que versa sobre o relacionamento com os Estados Unidos e os Estados do Prata — leia-se: Uruguai, Paraguai e Argentina — evidenciando o completo desconhecimento/negligenciamento das comunicações com os Estados americanos do Pacífico.⁵¹ Não há, portanto, nenhum volume no Arquivo que trate das relações do Brasil com a África atlântica. Que, aliás, eram muitas e duradouras como foi

demonstrado com brilhantismo por Pierre Verger.⁵² Recorde-se, afinal, que o Obá (rei) Ajan, de Onim (atual Lagos, capital da Nigéria) enviou seu embaixador ao encontro de D. Pedro I a fim não só de reconhecer a independência do Império, mas também no intuito de oferecer ao Brasil o monopólio sobre o porto do seu Reino, então principal escoadouro dos escravizados na costa da África Ocidental.⁵³ E mesmo no último volume, no qual poderia ser abordada as relações especiais não só com Angola, como com toda a África portuguesa que igualmente respondeu ao movimento de independência do Brasil,⁵⁴ impera absoluto silêncio a respeito.

Foi José Honório Rodrigues, em seu livro “Brasil e África” (1961), o primeiro a dar visibilidade ao papel desempenhado por Angola, e por outras regiões da costa atlântica e oriental da África, na história da constituição e da independência do Brasil. Como o autor explicou no prefácio à segunda edição da obra — saída já em 1964 — sua pretensão era apresentar de que maneira, do Seiscentos até meados do Oitocentos, o Brasil estabeleceu “maiores laços e mais contato com Angola, Daomé e trechos da Costa da Mina e da Guiné do que com o próprio Portugal”; a ponto de, tanto a dita África portuguesa, como diversas outras partes do continente africano fora da jurisdição lusitana, chegarem a ser “dominadas” pelo Brasil, servindo-lhe ora como centros de monopólios comerciais, ora como centros de dependência.⁵⁵ Assim, alicerçado em uma vasta e, até



“Coroação de D. Pedro I”, de Jean Baptiste Debret. Reprodução

Figura 3. Coroação de D. Pedro I pelo Bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, em 1 de dezembro de 1822, na capela do Paço Imperial.

então, inédita documentação, Rodrigues sustenta que mais do que aportuguesado ou ocidentalizado, o Brasil foi africanizado, ao passo que boa parte da área costeira da África fora abrazeirada. Sendo, portanto, de se esperar que essa “África abrazeirada” almejasse participar do processo de emancipação política do seu centro, ou seja, o Brasil.

A despeito da boa recepção de “Brasil e África” no princípio dos anos 1960, e da imensidão de títulos publicados concernentes à Independência quando das comemorações dos 150 anos da emancipação,⁵⁶ em 1972, não foi desta vez que a adesão de Angola à causa brasileira ganhou destaque na historiografia especializada sobre o assunto. Como argumenta Wilma Peres da Costa, “os últimos anos da década de 1960 e toda a década de 1970 foram tempos marcados pela polissemia da Revolução”.⁵⁷ De modo que, conforme prossegue a autora, enquanto “a efeméride do Sesquicentenário (...) foi

comemorada com grande alarde pelo regime [militar], no plano dos discursos, das festividades públicas e das grandes expressões simbólicas”,⁵⁸ os intelectuais enfileirados na oposição ao regime buscavam denunciar a ausência ou a inconclusão de elementos verdadeiramente revolucionários no percurso histórico nacional, tomando por base a análise do processo de independência. Ainda assim, embora seguisse marginalizada, a questão angolana foi objeto de dois trabalhos vindos a lume no período, a saber: “Angola e a independência do Brasil”, artigo publicado em 1972 pelo historiador gaúcho Walter Spalding na “Revista do IHGB”,⁵⁹ e, “União Brasil-Angola: uma hipótese na Independência”, dissertação apresentada em 1979 por Nilcea Lopo Lima Santos à Universidade de Brasília.⁶⁰

Referindo-se a produção historiográfica nacional nas duas últimas décadas do século XX, Selma Alves Pantoja, em um texto seu publicado em 2007,

argumenta que “do que foi produzido até agora sobre as relações entre Brasil e Angola, continua a ser precária a pouca produção historiográfica sobre o tema”. Com o agravante, diz ela, de ser uma bibliografia majoritariamente caracterizada “por uma ausência de pesquisa nos arquivos portugueses e angolanos”.⁶¹ Felizmente, os últimos trabalhos vindos a público de Mariana P. Candido e Roquinaldo Ferreira — internacionalmente reconhecidos como referências de primeira ordem quando o assunto é a história do passado colonial de Angola — atestam o salto qualitativo da produção brasileira, com amplo domínio dos arquivos portugueses e angolanos.⁶² Inclusive, Ferreira publicou mais recentemente um capítulo de livro em que analisa o projeto de união de Angola ao Brasil a partir da trajetória de Francisco Ferreira Gomes, um homem preto, nascido no Rio de Janeiro, preso em 1824 em Benguela sob a acusação de conspirar para tornar aquela capitania em uma província ultramarina do Império brasileiro.⁶³ O único senão é que, este trabalho, como a maior parte de sua bibliografia e também da de Candido, encontra-se publicado na língua inglesa, o que dificulta a recepção pela nova geração de historiadores em formação nas nossas universidades. É urgente o “repatriamento” dos trabalhos destes dois grandes historiadores brasileiros.

Pode-se esperar sorte diferente para o tema no bicentenário? Certamente que sim! Desde os anos 2000 temos assistido ao crescimento do interesse e da produção histórica sobre a África no Brasil.

Em boa medida, este fenômeno é resultado do impacto da lei 10.639, promulgada em 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira na rede básica nacional de ensino. Para atender a demanda aberta pela lei as universidades brasileiras, em especial as públicas, incluíram de vez a disciplina de História da África em seus currículos. Na mesma toada, os centros e núcleos de pesquisa devotados aos estudos africanos, por muito tempo limitado a três instituições⁶⁴ em todo o país, se popularizaram no cenário universitário em âmbito nacional. Não obstante, passadas quase duas décadas da sua promulgação, um corpo de investigadores nacionais especialistas em História da África já se encontra plenamente constituído e organizado na Associação Brasileira de Estudos Africanos (Abe-África) e em um Grupo de Trabalho na Associação Nacional de História (Anpuh). Diante deste quadro promissor temos razões para acreditar que a participação de Angola e, por certo, da África no processo de emancipação política brasileiro possa, enfim, concatenar a atenção de nossa historiografia, e venha a integrar o rol de questões enfrentadas pela leva de novas produções aguardada em face do Bicentenário.

Gilberto da Silva Guizelin é historiador, professor no curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná (Lecampo/UFPR), membro da Associação Brasileira de Estudos Africanos (Abe-África) e da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO). Possui diversos trabalhos centrados na história das relações entre o Brasil e África na era do tráfico atlântico de escravizados.

REFERÊNCIAS

1. Holanda, S. B., op cit. p. 16. 1970.
2. Rodrigues, J. H. Brasil e África: outro horizonte. V. 1: Relações e contribuições mútuas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964, pp. 16-23; Pantoja, S. A. Angola até as vésperas da independência do Brasil”. In: Campos, A. P.; Silva, G. V. (orgs.). Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra. Vitória: Flor&cultura. 2007, p. 77.
3. Alencastro, L. F. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 212-213.
4. Ribeiro, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
5. Silva, A. C. África. In Vainfas, R.; Neves, L. B. P. (Orgs). Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 36.
6. Slave Voyages (Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico). EUA. Emory University. <http://www.slavevoyages.org/estimates/w6qCnUZk>. Acessado em 22/11/2021.
7. Slave Voyages (Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico). EUA. Emory University. <http://www.slavevoyages.org/estimates/Y7NBtNmS>. Acessado em 22/11/2021.
8. Rodrigues, J. H., op cit. p. 17. 1964.
9. Tomamos por base os papéis do Governo-Geral da Capitania do Rio de Janeiro, organizados por Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757), remetidos ao Conselho Ultramarino em Lisboa, reunidos na plataforma digital do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, da Biblioteca Nacional.

- Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>. Acessado em 22/11/2021.
10. Boxer, C. R. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
 11. Silva Correia, E. A. História de Angola. In: Pereira, M. R. M.; Cruz, A. L. R. B. Elias Alexandre da Silva Correia: um militar brasileiro em Angola. Curitiba: Editora UFPR. 2014, p. 457.
 12. Alencastro, L. F., op cit. p. 223. 2000.
 13. Para a correspondência recebida pelos governadores do Rio de Janeiro dos governadores de Angola consultar os papéis do Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830) e Rio de Janeiro Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757) do Projeto Resgate, op cit. Já para a correspondência dos governadores de Angola com os vice-reis ver o Fundo Vice-Reinado BR RJANRIO D.9.CAI.0.502 do Arquivo Nacional. Esta documentação engloba papéis entre 1790 e 1807.
 14. Pantoja, S. A., op cit. pp. 81-82. 2007.
 15. Silva Correia, E. A., op cit. pp. 342-343.
 16. Camarinhas, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). In: Almanack Braziliense. São Paulo, n. 9, p. 90. 2009.
 17. Silva Correia, E. A., op cit. p. 318.
 18. Slave Voyages (Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico). EUA. Emory University. <http://www.slavevoyages.org/estimates/tjkSeOR4>. Acessado em 22/11/2021.
 19. Florentino, M. Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp. 2014; Fragoso, J. L. R. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992; Ferreira, R. Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX. In: Tempo. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, pp. 23-49. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000100003>.
 20. Rebelo, M. A. S. Relações entre Angola e Brasil. 1808-1830. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. 1970, pp. 114-121.
 21. Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 34, pp. 465-467. 1822. Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/>. Acessado em 24/11/2021.
 22. Trata-se da manifestação de Manuel Patrício Correia de Castro, intitulada "Compatriotas Angolenses" e de Fernando Martins do Amaral Gurgel e Silva, "Dulcis Amor Patriae". Ver Correio do Rio de Janeiro, 57, 20 de junho de 1822. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 24/11/2021.
 23. Queiroz, E. Manifesto. In Lemos, A. Nótulas históricas. Luanda: Fundo do Turismo e Publicidade. Pp. 209-213. 1969.
 24. Segundo somos informados na manifestação apresentada por Manuel Patrício Correia de Castro. Ver Correio do Rio de Janeiro, op cit., p. 234, 1822.
 25. Lago, L. Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Dados Biográficos (1828-2001). Brasília: Supremo Tribunal Federal, p. 46, 2001.
 26. Rodrigues, J. H., op cit. p. 133. 1964.
 27. Lago, L., op cit., p. 47. 2001.
 28. Ferreira, R. Cross-cultural Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade. Nova York: Cambridge University Press. pp. 188-202. 2012. Tradução minha.
 29. Correio do Rio de Janeiro, op cit., pp. 235-236, 1822.
 30. Rebelo, M. A. S., op cit., p. 229. 1970.
 31. Lustosa, I. Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
 32. Rebelo, M. A. S., op cit., p. 226. 1970.
 33. Ofício do ex-Governador de Benguela de 30/04/1822. AHU, Angola, cx. 141, doc. 60.
 34. Gazeta do Rio, n. 119, 03/10/1822 e n. 120, 05/10/1822. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm. Acessado em 26/11/2021.
 35. Ribeiro, M. C. P. Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c.-1910 c.): convergência e autonomia. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Lisboa. 2012.
 36. Ofício do Governador-Geral de Angola de 19/06/1823. AHU, Angola, cx. 142, doc. 57.
 37. Ofício do Governador de Benguela de 08/05/1823. AHU, Angola, cx. 142, doc. 36.
 38. Ofício do Governador de Benguela de 13/05/1823. AHU, Angola, cx. 142, doc. 40.
 39. Ofício do Governador-Geral de Angola de 07/05/1823. AHU, Angola, cx. 142, doc. 33.
 40. Ofício do Governador-Geral de Angola de 20/06/1823. AHU, Angola, cx. 142, doc. 58.
 41. Ofício do Governador-Geral de Angola de 21/11/1823. AHU, Angola, cx. 143, doc. 39. Para maiores informações a respeito do plano de sublevação tramado pelo Partido Brasileiro em Benguela ver Guizelin, G. S. "Província (de) um grande Partido Brasileiro, e mui pequeno o Europeu': a repercussão da Independência do Brasil em Angola (1822-1825)". Afro-

- Ásia, 51, pp. 81-106, 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.9771/aa.v0i52.21880>.
42. Santos, J. L. Memória da violência praticada pelo Governador de Benguela João Antonio Pusich, contra o Alferes Joaquim Lopes dos Santos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824.
43. Tratado de Amizade e Aliança entre El-Rei o Senhor D. João VI e D. Pedro I, Imperador do Brasil, feito por mediação de Sua Majestade Britânica, assinado no Rio de Janeiro a 29 de Agosto de 1825, e ratificado por parte de Portugal em 15 de Novembro e pela do Brasil em 30 de Agosto do dito ano. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11>. Acessado em 29/11/2021.
44. Mello, E. C. "Frei Caneca ou a outra independência". In Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. São Paulo: Editora 34, p. 16, 2005.
45. Silva, J. M. P. História da fundação do Império Brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor. 1864-1865, 7t.
46. Costa, W. P. A independência na historiografia brasileira. In: Jancsó, I. (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, p. 60, 2005.
47. Curioso observar que, no mesmo momento em que a historiografia saquarema apagava a participação de Angola no processo de independência do Brasil, em Angola, os chamados "filhos do país", isto é, a elite colonial letrada e urbana revisitava a questão nos jornais republicanos e opositores ao regime colonial português surgidos nas duas décadas finais do século XIX, como forma de despertar/forjar uma consciência nacional angolana. Ver: Ribeiro, M. C. P., op cit., pp. 103-118. 2012.
48. Varnhagen, F. A. História da independência do Brasil. Brasília: Senado Federal, p. 217. 2010.
49. Käfer, E. L. F. Entre memória e história: a historiografia da independência nos cem anos da emancipação. Dissertação de História. Porto Alegre: PUCRS, p. 82. 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6978>.
50. Originalmente lançado entre 1922 e 1925, o Arquivo Diplomático da Independência foi relançado em edição fac-similada em 1972, quando das comemorações pelo Sesquicentenário, e, novamente em 2018, pela Fundação Alexandre de Gusmão, dentro dos preparativos para a comemoração do Bicentenário da Independência de 2022. A terceira edição dos 6 volumes estão disponíveis em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/29-29-arquivo_diplomatico_da_independencia_colecao.
51. Tão intensas quanto com os Estados Unidos ou as Repúblicas da Bacia Platina, como demonstrado por Santos, L. C. V. G. O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Equador e Colômbia – 1822/1889. Curitiba: Editora da UFPR. 2002.
52. Verger, P. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio. 1987.
53. Falamos das relações do Brasil com Onim ao tempo da independência em trabalho anterior, ver Guizelin, G. S. A última embaixada de um monarca africano no Brasil: Manoel Alves Lima, um embaixador do Reino de Onim na corte de D. Pedro I. In Anos 90. Porto Alegre, v. 22, n. 42, pp. 325-351, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.54813>.
54. A exemplo de Moçambique, que tal como em Angola, viu o surgimento de ideias de união ao Brasil. Ver a respeito em Guizelin, G. S. "Uma luz sobre as relações Brasil-Moçambique no Oitocentos: a missão consular de João Luiz Airoza (1827-1828)". In Revista de História. São Paulo, n. 178, pp. 1-30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.144021>. Capela, J. "Mozambique-Brazil: cultural and political influences caused by the slave trade". In Curto, J. C., La France, R. S. Africa and Americas: interconnections during the slave trade. Trenton: Africa World Press, Inc., pp. 243-257. 2005.
55. Rodrigues, J. H., op cit., p. XIX. 1964.
56. Segundo Jurandir Malerba, o período de 1964 a aproximadamente 1980 é o período de maior produção acerca da Independência, respondendo por 300 títulos publicados no período. Ver Malerba, J. "Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2000)" In A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV, pp. 21-22. 2006.
57. Costa, W. P., op cit., p. 85. 2005.
58. Costa, W. P., op cit., p. 86. 2005
59. Spaldin, W. "Angola e a independência do Brasil" In Revista do IHGB. Rio de Janeiro, v. 296, pp. 31-37. Jul.-dez. 1972.
60. Santos, N. L. L. União Brasil-Angola: uma hipótese na Independência. Dissertação de Mestrado. Brasília: Unb. 1979.
61. Pantoja, S. A. op cit., p. 70. 2007.
62. Ferreira, R. op. cit., 2012; Candido, M. P. South Atlantic Exchange: the role of Brazilian-born agents in Benguela, 1650-1850. In: Luso-Brazilian Review, v. 50, n. 10, pp. 53-82. 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43905253>.
63. Ferreira, R. Echoes of the Atlantic: Benguela (Angola) and Brazilian Independence. In: Lindsay, L. A., Sweet, J. W. Biography and the black Atlantic. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 225-247. 2014.
64. Refiro-me aqui ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, criado em 1959; ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, instituído em 1969; e, ao Centro de Estudos Afro-Asiático da Universidade Cândido Mendes, fundado em 1973.

Os confins à vista nos mapas Brasil

Desde os primeiros séculos da colonização, a imagem cartográfica do Brasil configurou-se como uma vasto continente, mais foi somente com a interrupção do tráfico negreiro transatlântico que a representação das fronteiras internas ganharam corpo.

“Guia de Caminhantes”. Anastasio de Sant’Anna. Reprodução

Em 1822, o Reino do Brasil dividia-se em 14 capitanias gerais

por Iris Kantor

Resumo

A imagem do Brasil como uma ilha foi objeto de perenes controvérsias científicas, diplomáticas e historiográficas. Mesmo após a Proclamação da independência, o desafio do Brasil emancipado não foi gerir as fronteiras externas, mas disciplinar a expansão interna. Por isso o assunto ainda mereça questionamentos.

Palavras-chave: Soberania territorial, cartografia, fronteiras internas e externas, territorialidade, mapeamento

*A gente veio do futuro
conhecer nosso passado...
Com quantos Brasis Se faz um
Brasil?
(Sob o mesmo Céu, Lenine, 2004)*

A imagem do Brasil como uma ilha foi objeto de perenes controvérsias científicas, diplomáticas e historiográficas – e, por isso, talvez mereça questionamentos. Desde o século XVI, a presença da linha imaginária de Tordesilhas na cartografia portuguesa e castelhana demarca a percepção de um vasto continente insular, geograficamente coeso, conectado por uma fronteira líquida entre as bacias do Prata e do Amazonas.

A construção do império constitucional brasileiro se beneficiou da existência de imagens cartográficas produzidas nos séculos anteriores à Independência. Tais representações foram mobilizadas nas negociações diplomáticas com os Estados vizinhos, mas também ancoraram vínculos de pertencimento e horizontes de expectativas dos diferentes estamentos e classes sociais que se tornaram súditos-cidadãos de um estado dinástico emancipado.

Ainda hoje, é corrente afirmar que o Tratado de Tordesilhas, acordado entre as monarquias ibéricas e intermediado pelo papado em 1494, constituiu uma prefiguração espacial do que veio a ser o território brasileiro. Todavia, trata-se obviamente um anacronismo, na medida em que a linha de

partição do mundo não era demarcável no início o século XVI. Em primeiro lugar, porque nunca houve consenso sobre a localização de qual das ilhas do arquipélago de Cabo Verde (a partir da contagem das 370 léguas) deveria ser feita.

Além disso, a demarcação de Tordesilhas (e os tratados posteriores, especialmente depois da viagem de Magalhães e Elcano) visou sobretudo transferir privilégios e delegar as tarefas de evangelização dos povos não europeus aos reis de Portugal e de Castela. Ao intermediar o tratado, a Santa Sé também concedeu aos monarcas ibéricos indulgências espirituais às atividades de comércio e de resgate dos cativos em toda a orla do Mar-Oceano (Atlântico) e ao longo das rotas interoceânicas recém descobertas (Figura 1).

As informações recolhidas nas travessias marítimas foram sendo acumuladas em instituições próprias como os Casa da Índia e da Guine (Lisboa) e a Casa de Contratação (Sevilha), criadas no mesmo ano em 1503; e, onde cosmógrafos e pilotos-mores convertiam conjuntos muito variados de dados náuticos e astronômicos em estimativas uniformes de latitude e longitude.

As coordenadas podiam ser representadas no papel usando, por exemplo, a projeção de Mercator (1569) – que usou as distâncias náuticas para determinar o contorno dos continentes. Ainda hoje a projeção de Mercator é aplicada na conversão das imagens captadas pelos

satélites. Embora tecnicamente indeterminável, os sucessivos exercícios de projetar a linha de Tordesilhas propiciaram a visualização do que na época era um espaço incomensurável. No dizer do jesuíta padre Simão de Vasconcelos: a linha de Tordesilhas é uma meada que não se desembaraça...

Em direção aos sertões: mão-de-obra e metais preciosos

Ao longo dos primeiros dois séculos de colonização, a coroa portuguesa enviou sucessivas expedições de reconhecimento geográfico da costa atlântica e das embocaduras dos rios da Prata e do Amazonas. As informações geográficas transmitidas principalmente por intérpretes ameríndios (conhecidos por línguas), pelos pilotos e/ou práticos de navegação, jesuítas, mercenários e mercadores, localizados nas feitorias e praças marítimas, subsidiaram as primeiras representações do espaço que hoje denominamos de Brasil. Processo lento, uma vez que a penetração em direção ao interior do continente no primeiro século de colonização fez-se à revelia da coroa portuguesa, sempre mais preocupada com a defesa militar dos portos e das zonas costeiras.

No século XVII, eram muitos brasis, sertanistas, senhores de engenho e missionários enviavam suas descrições e roteiros geográficos para a Corte com

a expectativa de receberem benemerências, tais como a concessão de sesmarias, isenções tributárias ou ofícios públicos. Os Áustrias inauguraram uma política permanente de descrição geográfica do Novo Mundo fundamental para criar um novo corpo legal para o controle dos domínios das Índias de Castela.

Durante o período filipino (1581-1640), tais levantamentos de informação consolidaram uma cultura geográfica peculiar, que contou com colaboração ativa dos jesuítas, franciscanos e carmelitas instalados em suas missões nos confins do continente americano, com a autorização e o estímulo dos reis. Os religiosos também eram alvo dos constantes ataques dos sertanistas e paulistas em busca da mão de obra indígena aldeada pelos padres em áreas que teoricamente estavam sob a jurisdição da Província jesuítica o Paraguai. Naquele momento, nem jesuítas, nem os sertanistas paulistas tinham intenção de fixar as fronteiras dos impérios ibéricos na América.

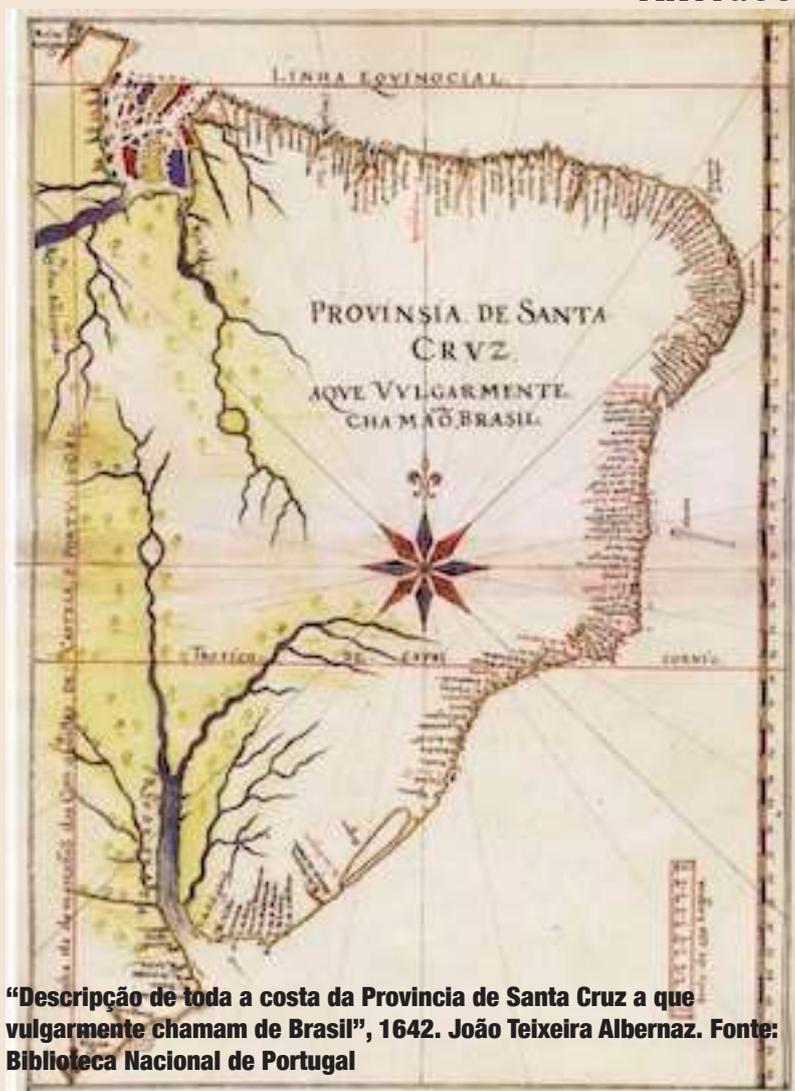
Do ponto de vista espacial, a colonização foi marcada pela descontiguidade, instabilidade e fluidez da ocupação euro-descendente.[1] A descoberta das jazidas auríferas e a extração dos diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso nos anos 1700, propiciaram, pela primeira vez, uma articulação regular entre as diferentes cidades, vilas e povoados na América portuguesa. A exploração mineral reconfigurou a matriz

espacial brasileira, na medida em que interiorizou os fluxos mercantis e demográficos, até então orientados predominantemente para economia de exportação localizada na costa atlântica. A interiorização da colonização foi também sustentada pelo tráfico negreiro e pela desterritorialização constante das populações ameríndias.

Mapeando as partes dos brasis

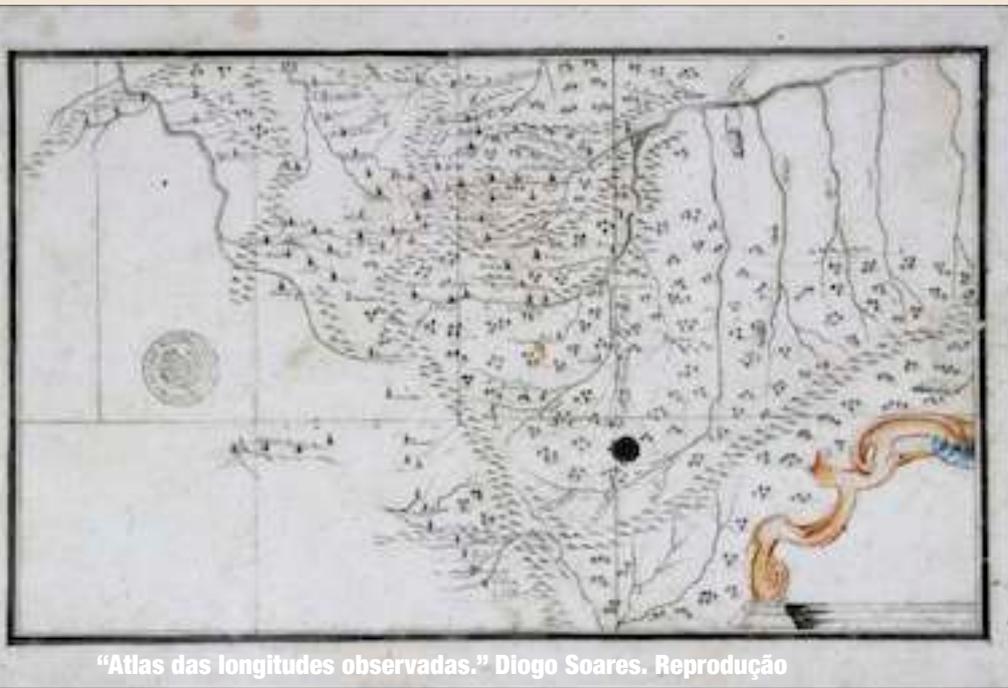
Na década de 1730, D. João V, preocupado com a defesa do seu patrimônio territorial na América e com a

preservação dos rendimentos da exploração mineral no interior do continente, deu início ao mapeamento em escala continental da América portuguesa. Cartógrafos e astrônomos jesuítas foram contratados e enviados para o Brasil para realizar o Atlas das Longitudes Observadas, e engenheiros militares foram designados para construir fortalezas em pontos estratégicos da costa litorânea. O empreendimento legou um mapeamento minucioso da região centro-sul, e envolveu a colaboração ativa dos geógrafos populares (práticos, como eram chamados), assim como o testemunho dos que



“Descrição de toda a costa da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam de Brasil”, 1642. João Teixeira Albernaz. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 1. Entre a costa litorânea e a linha de Tordesilhas



“Atlas das longitudes observadas.” Diogo Soares. Reprodução

Figura 2. Mapeamento da região centro-sul do Brasil

se viam como “primeiros” conquistadores (Figura 2).

Preocupado com a confecção de uma mapa geral o Brasil, o secretário do Rei, Alexandre de Gusmão, solicitou aos governadores de capitânias e magistrados que tinham ocupado postos na América para que dessem sua “lembrança daqueles caminhos palmo por palmo”, e sugeria a organização de um congresso para “segundo o que cada um lembrar”, deduzir-se um plano de partes precisas e nomeadas por onde se deviam repartir os bispados e prelaças[1]. Curiosamente, ainda na década de 1740, as bulas papais de criação dos bispados de Mariana e de São Paulo e das prelaças de Goiás e Mato Grosso continuavam dando parâmetros para definição da territorialidade na América portuguesa.

A ideia de Brasil como um corpo territorial coeso materializou-se no Tratado de Madrid assinado pelas coroas

ibéricas, em janeiro 1750. Nesse momento, as coroas revogam oficialmente a linha de Tordesilhas.[2] O tratado foi acompanhado por um mapa especialmente confeccionado para esse fim (Mapa de los confines del Brazil con las tierras de la corona de Espanha en la América Meridional – 1749, também denominado de Mapa das Cortes) (Figura 4). A carta geográfica tornou-se alvo de controvérsias por apresentar distorções de longitude que beneficiavam Portugal. Contudo, vale notar dois aspectos: primeiro,

Os jesuítas e os indígenas os principais obstáculos a fixação dos limites de demarcação entre as duas coroas ibéricas na América.

naquela época não era comum que os tratados internacionais fossem acompanhados de mapas. Em segundo lugar, o Tratado de Madri menciona explicitamente que o mapa precisava ser corrigido e retificado in loco pelos geógrafos demarcadores portugueses e castelhanos em comum acordo (Figura 3).

Um dos negociadores português do Tratado observa em sua correspondência: “A Sé Apostólica tem concedido a sua Majestade regular a seu arbítrio os confins dos bispados do Brasil, em que até o presente ha grande confusão”. E, mais adiante, na mesma carta, lamenta o falecimento dos jesuítas contratados para fazer o Atlas das longitudes, e pede ao destinatário que contrate geógrafos, astrônomos e arquitetos militares capazes de observar as alturas e longitudes; insistindo que não convinha arregimentar súbditos de França, Espanha, Inglaterra ou Holanda para evitar conflitos de interesse geopolítico.

Expansão e limites

Até a descoberta das minas auríferas de Cuiabá e Mato Grosso, na década de 1730, a presença efetiva do governo português naquela região era rarefeita. A fundação da Vila Real do Senhor do Bom Jesus de Cuiabá, em 1727, teve justamente o objetivo de barrar a expansão dos espanhóis de Asunción e dos jesuítas castelhanos da Província do Paraguai e das missões indígenas de Chiquitos

e Moxos (atual Bolívia). Estes últimos, por sua vez, tinham estabelecido uma rede de aldeamentos e atuavam com razoável grau de autonomia.

Não por acaso, foram os jesuítas e os indígenas os principais obstáculos a fixação dos limites de demarcação entre as duas coroas ibéricas na América. A contínua sabotagem às expedições demarcadoras e a guerra guaraníca levaram à expulsão dos jesuítas em todos domínios portugueses em 1759. No império espanhol, eles foram expulsos somente em 1767. Iniciava-se um longo período de detração da Ordem fundada por Santo Inácio em 1540, em cujos colégios, foram formados importantes quadros da matemática, astronomia e cartografia do século XVII e XVIII. A missão evangelizadora dos inicianos transformou-se no grande tema os salões e das academias científicas na Europa das Luzes. Voltaire os acusou de explorarem e escravizarem a população indígena, como se pode ler em *Candido* ou *O Otimismo*, seu conto satírico publicado 1759.

C o n f o r m e correspondência de um alto conselheiro ao governador da capitania do Mato Grosso, em 1758, “os religiosos nos fizeram sempre, e continuam ainda, uma duríssima guerra nas fronteiras desses sertões, para nos desviarem delas; de sorte que nem penetremos nos segredos das suas colônias nem embarcemos os progressos das suas conquistas”. Escrevia que o rei deveria dar um basta geral nessas violências ou, em dez anos, “não haveria mais



Figura 3. O Tratado de Madrid foi assinado pelas coroas ibéricas em 1750

Brasil” (Figura 4).

A extinção da Companhia de Jesus na América portuguesa fez parte da estratégia de assimilação cultural e de arregimentação da mão de obra indígena, visando estabelecer ocupação permanente das fronteiras interimperiais no Alto Paraguai, na Amazônia Equatorial e Guianas. O mapa que acompanhava o Tratado de Madri documenta com clareza as dificuldades de conhecer o território, mas também demonstra como a razão geopolítica e comercial se impôs nas linhas retas sobre o papel. A partir do Tratado de Madri, iniciava-se o processo reordenamento territorial da América portuguesa. Traduzindo em miúdos, uma série de iniciativas remodelaram a matriz espacial brasileira

naquele momento. Populações ameríndias foram deslocadas para zonas litigiosas, os aldeamentos missionários foram transformados vilas indígenas, verdadeiros reservatórios de mão de obra. [3]

Entre 1750 e 1808, foi criada uma rede de 95 vilas e numerosas fortalezas, casas-fortes e presídios, tais iniciativas conjugaram-se com uma política de elevação do status civil dos indígenas, tornando-os vassallos úteis, fosse para o trabalho na construção de fortalezas ou para o serviço nas tropas regulares que guarneciam as expedições fluviais. O Diretório dos índios instruiu que toda vila indígena adotasse nomes de cidades portuguesas, a atribuição dessas denominações ficou ao encargo dos governadores de



Mapas manuscritos das missões religiosas estabelecidas na Amazônia realizados pelo engenheiro Joao Andre Schwebel. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil. Reprodução

Figura 4. Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldeia de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camarâ, Bararuâ, Dari; situadas no mesmo rio.

cada capitania.

O Diretório proibiu também o uso da língua geral e obrigou os indígenas a falarem português e a adotarem nomes e sobrenomes lusitanos. A política de doação de terras (sesmarias) às novas vilas indígenas suscitou tensões e conflitos fundiários com os grandes fazendeiros e posseiros, que viram seus “privilégios” de ocupação imemorial das terras ameaçados.

A demarcação deflagrou um processo de militarização das fronteiras externas por meio da construção de uma linha de fortalezas no interior do continente, com recursos financeiros oriundos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estabelecida em 1755. Fosse pelo comércio regular ou pelos destacamentos militares nas feitorias-fortalezas, a coroa portuguesa materializou, ao

menos no papel, sua soberania territorial perante os demais impérios. A fuga de escravos nas áreas fronteiriças para os domínios hispano-americanos tornou-se um marcador espacial não negligenciável, a troca de fugitivos, a intermediação das autoridades locais, de um lado e de outro, especialmente após a Independência das repúblicas hispano-americanas (1810-1835), foi usada como argumento em tratados internacionais.

O reordenamento territorial implicou liberação de certas vias de comunicação interna (como foi o caso do rio Guaporé) e a proibição de caminhos antigos, frequentados por sertanistas e comerciantes locais. Temia-se o contrabando de mercadorias e metais preciosos, e por isso inibia-se a exploração econômica de rotas no interior do continente, como a via fluvial entre os rios Arinos e Tapajós.

O processo de definição das fronteiras externas teve impacto também no modo como diferentes regiões coloniais se articulavam.

As fronteiras continentais e marítimas

As sucessivas invasões espanholas da capitania do Rio Grande do Sul, a tomada da Colônia do Sacramento e a ocupação de Santa Catarina, no período entre 1763 e 1777, obrigaram a Coroa a reforçar também a defesa dos seus interesses no Atlântico Sul, zona importante do comércio negreiro. O Tratado de Santo Idelfonso, assinado em 1777, punha fim a beligerância, e Portugal cedia aos espanhóis a Colônia do Sacramento, e as feitorias negreiras na África (as ilhas de Ano Bom e Bioko no Golfo da Guiné Equatorial; e no Gabão). Por outro lado, a navegação no rio Amazonas tornou-se privativa de Portugal da embocadura do rio Japurá à foz, no oceano Atlântico. A partir do forte de Tabatinga, águas acima, seria exclusiva da coroa espanhola. As moedas de troca nessas paragens eram sal, ferro, ferramentas e escravizados.

Pelo rio Jauru, os negociantes espanhóis e indígenas comercializavam manadas de boi e muaras, além de alguma prata. Desde 1770, a coroa portuguesa passou a conceder privilégios aos comerciantes da Companhia do Comércio do Grão-Pará na venda de mercadorias em



“Nova Lusitânia”. Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra. Reprodução

Figura 6. Carta do Brasil ou Nova Lusitânia, 1797

magnífica carta, por hora, apenas quatro foram localizadas. Sua circulação não foi ampla, serviu provavelmente para ser exibida em circuitos diplomáticos. A circulação das cartas manuscritas e impressas com alto valor estratégico sempre foram objeto de sigilo, conforme se pode ler nesta orientação:

“Sua Majestade manda remeter à Sociedade Real Marítima a Carta adjunta por ser de hum objeto interessante, e pouco conhecido da Costa do Brazil, e recomenda à Sociedade, que prescreva as mais estritas, e severas Ordens para que se ponha o maior cuidado em a guardar; e em

não deixar sair do seu Arquivo sem determinação da mesma Sociedade qualquer das Cartas, que no mesmo Arquivo se acham depositadas: o que Vossa mercê fará presente à mesma Sociedade”.

A percepção da unidade geopolítica da América portuguesa que se projeta na cartografia dessa época resulta, assim, de um processo de acumulação de experiências adquiridas durante as expedições demarcadoras em regiões onde a soberania portuguesa ou castelhana não era uma realidade efetiva localmente. Ao delinear um território razoavelmente uniforme e homogêneo, como uma malha de povoamento densa e articulada, a cartografia

desse período visou construir uma narrativa visual que se cristalizou como um cartofacto.

Depois da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, a porção sul-americana do império tornou-se definitivamente o centro de uma rede de comércio e de fluxo demográfico em escala mundial. A acordos de aliança, amizade e comércio com a Inglaterra em 1810, esvaziaram o papel de Lisboa como plataforma de reexportação das mercadorias oriundas do Brasil; e, levaram à cessão do território de Cabinda e Molemo, assim como à restrição da atuação dos negreiros portugueses na Costa da Mina (Bissau e Cacheu). Refazia-se assim as rotas de navegação no Atlântico Sul ao mesmo tempo que a presença portuguesa no continente americano se enraizava.

De capitania à província

A elevação do Brasil à Reino Unido de Portugal e Algarve, alterou o estatuto político territorial do Brasil. Suprimia-se formalmente a designação capitania, substituída pela denominação província. E os termos domínio, colônia ou possessão passaram a ser evitados ao menos na documentação oficial.

No extraordinário Atlas manuscrito do negro liberto Anastácio de Sant’Anna, intitulado Guia dos Caminhantes realizado

entre os anos e 1816 e 1817, a designação província e capitania aparecem indistintamente. Elaborado por um cartógrafo de origem popular, residente em Salvador (BA), ele compôs o primeiro atlas do Brasil feito em território nacional; e mais o que isso, na perspectiva de um ex-escravizado, que vivia de fazer lunários perpétuos e de pintar mapas. Dedicou a obra à um potentado local, e não às autoridades governamentais como era costume. O “pintor” de mapas Anastásio de Sant’Anna, se auto referia como “o pardo velho” produziu dezenas de mapas. O seu Guia de Caminhantes tem objetivos patrióticos, dirige-se aos jovens, pretende informar comerciantes, fazendeiros e feitores, sobre os melhores percursos e caminhos a se fazer pelo continente, mas também nos informa sobre as rotas em direção ao continente africano.

Os mapas de Anastásio de Sant’Anna registram a trama das estradas reais, registros fiscais, rede de vilas, freguesias, presídios, fortes, destacamentos feiras, santuários, cemitérios e pousos que, curiosamente, não vinham identificados nas cartas dos engenheiros militares, mais preocupadas com os dados ambientais e com a hidrografia. Suas cartas geográficas das capitanias nos fornecem, ainda, informações sobre a presença das populações quilombolas e indígenas, como é o caso do Reino dos Muros. Indica também as zonas de contrabando, e o território da Cisplatina recém ocupado



“Guia de Caminhantes: Carta 1”. Anastasio de Sant’Anna, 1816. fonte: Biblioteca Nacional. Reprodução

Figura 7. Planisfério realizado pelo cartógrafo, homem liberto que vivia de fazer mapas e lunários.

pela coroa portuguesa. Mas o mais interessante é o modo como ele expõe suas expectativas, na medida em que nos oferece dados sobre o papel dos “conquistadores e descobridores” de origem mestiça do interior do continente.

Em 1822, o Reino do Brasil dividia-se em 18 províncias, dos quais 13 centros urbanos com condição jurídica de cidade, seis localizavam-se na Bahia e Rio de Janeiro. O crescente interesse em conhecer a geografia brasileira se refletia até mesmo nas páginas dos jornais da época que mantinham seções especiais para a edição de roteiros de viagens e memórias estatísticas, escritos por engenheiros militares, cartógrafos, naturalistas, mineralogistas e magistrados (Figura 7). Contudo, raramente os relatos vinham acompanhados de representações cartográficas, mas a divulgação desses textos, muitos deles inéditos,

pode ter sido um estímulo para a formação da consciência territorial entre o público leitor. Descrever espaço físico, as riquezas naturais e a população passaram a ser tarefa prioritária para essa geração de cientistas e administradores públicos.

Os patriarcas da emancipação política acalentaram o sonho de deslocar a capital do Império para o interior do Brasil. A ideia chegou a proposta por José Bonifácio de Andrada e Silva durante os debates da constituição abortada em 1823. O jornalista José Hipólito a Costa já havia anteriormente sugerido a conveniência da transferência da capital para região de Goiás. A transferência da capital para o Planalto Central voltou a baila no contexto das revoltas provinciais que sucederam a renúncia do rei Dom Pedro I, em 7 abril 1831.

Em 1849, o diplomata e historiador Adolfo Varnhagen insistiu nesse projeto em seu

Memorial Orgânico.[4] Para tanto, argumentava com a teoria climática de Alexander von Humboldt (regiões temperadas são propícias ao desenvolvimento da civilização) e refletia também sobre as vantagens militares da interiorização da capital do império. As fronteiras externas não o preocupavam, em sua perspectiva estavam razoavelmente consolidadas. O famoso naturalista Saint Hilaire que percorreu cerca de 12 mil quilômetros entre 1816-1822, concordava com essa hipótese, e na década de 1840, preocupado com a possibilidade de fragmentação política deflagrada pelas revoltas regenciais, chegou a escrever que o Brasil era um círculo imenso, cujos raios iam convergir bem longe do centro da circunferência.

Com efeito, a proposta de deslocar a capital do litoral para o sertão só pode ser concebida a partir de uma mudança estrutural da economia brasileira, ocorria com o fim do tráfico negreiro transatlântico, conforme aponta Luiz Felipe de Alencastro.[5] Iniciava-se a era do endocolonialismo, em outras palavras o movimento de “expansão para dentro”, a partilha das fronteiras interprovinciais e a desapropriação das terras indígenas em favor das elites regionais, conforme sugeriram Ilmar Rohloff de Mattos e Antonio Carlos Robert de Moraes entre outros.[6] Ao fim e ao cabo, a independência aprofundou a herança da colonização. Na década de 1850, a decretação da Lei de Terras, a política de fomento à

imigração europeia e o fim do tráfico transatlântico levaram à introversão da matriz espacial brasileira.[7]

Embora a imagem o Brasil estivesse configurada na cartografia desde os primeiros séculos da colonização, foi somente com a interrupção do tráfico negreiro transatlântico que o continente africano deixou de ser um espaço geoeconômico integrado aos fluxos econômicos e demográficos luso americanos. Ainda após a Independência, as duas margens do Atlântico estiveram mais conectadas do que as costas litorâneas com o extremo oeste. Quando comparada às demais republicas hispano Americanas e aos Estados Unidos, onde a matriz espacial dos vice-reinos ou da colonização britânica foi bastante modificada ao longo do século XIX; a configuração territorial brasileira manteve-se mais ou menos estável, sem alterações significativas com exceção à incorporação do Acre, e dos territórios de Roraima e do Amapá). O desafio do Brasil emancipado não foi gerir as fronteiras externas, mas disciplinar a expansão interna. A percepção de uma nação continental delineada na cartografia segue alimentando os milagres da economia extrativista.

Iris Kantor é professora do Departamento de História na Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do Laboratório de Estudos de Cartografia História da Cátedra Jaime Cortesão, membro do Conselho editorial do E_Journal of Portuguese History da Universidade de Brown, pesquisadora associada do LAB_IEB (USP) e ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- [1] Jaime Cortesão, História do Brasil nos velhos mapas. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965; Júnia F. Furtado, Oráculos da geografia iluminista. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012; Junia F. Furtado, O mapa que inventou o Brasil. São Paulo: Versal, 2013.
- [2] Nadia Farage, As muralhas do sertão. São Paulo: Paz e Terra, 1991; Roberta Marx Delson, Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-CIORD, 1997.
- [3] Fernando A. Novais. “Condições e privacidade na Colônia”, Aproximações: estudos de história e historiografia, Editora CosacNai-fy, 2005.
- [4] Alexandre de Gusmão. Aparentamentos políticos, históricos e cronológicos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Mss. 3,1,17 -n.13, p.53, 60 e 62.
- [5] Arno Wehling, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Raquel Glezer, Varnhagen no caleidoscópio, Rio de Janeiro : Fundação Miguel de Cervantes, 2013; Leandro Macedo Janke. Leandro Macedo Janke. Duarte da Ponte Ribeiro. Território e territorialidade no Império do Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- [6] Luiz Felipe de Alencastro, “La Traite Négrière et l’unité Nationale Brésilienne”. Revue Française d’Histoire d’Autre-Mer. Paris, n. 244/ 245, 1979.
- [7] Ilmar Rohloff de Mattos. “Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado Imperial brasileiro”, in Héctor Mendoza Vargas (orgs.) La Integración del territorio em uma idea de Estado, México y Brasil, Cidade do México, UNAM, 2007. pp. 589-608; Antonio Carlos Robert Moraes. Introduction à l’affirmation de la territorialité de l’Etat au Brésil. Société de Géographie, v. 1521, p. 7-17, 2006.
- [vi] Luiz Felipe de Alencastro, As três eras do Atlântico Sul. Revista USP, (123), 13-28, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i123p13-28>



“Sessão do Conselho de Estado”, Georgina de Albuquerque. Reprodução

Maria Leopoldina da Áustria, atuando como regente em nome de seu marido, o príncipe D. Pedro, durante a reunião de 2 de setembro de 1822, decidindo apoiar a independência do Brasil

As mulheres, a imprensa e a Independência do Brasil

A participação política do “belo sexo” e seus impasses

por Andréa Slemian e
Danielly de Jesus Teles

Resumo

Pretendemos discutir a participação feminina na cena pública no contexto da Independência, em meio à intensa politização então vivida. Ao mesmo tempo, evidenciar alguns impasses e paradoxos que estiveram presentes a partir da mesma, tendo em vista o ambiente de ampliação de seus direitos.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Espaço Público; Imprensa; Mulheres, participação política; Gênero

Em agosto de 1823, um ano após a independência do Brasil, o combativo Cipriano Barata, conhecido político publicista baiano que fazia uma feroz oposição ao governo de Pedro I, publica em seu emblemático jornal “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Alerta!” uma carta assinada por quase cem mulheres, moradoras da Vila Real do Brejo da Areia, na província da Paraíba, que se autodenominam “Atenciosas e amantes Patrícias”. Na correspondência, elas exaltam o serviço prestado pelo redator em nome da defesa dos valores liberais e contra o “despotismo”, já que o mesmo conclamava os povos a estarem atentos aos direcionamentos da política realizados a partir do Rio de Janeiro.

As atenciosas senhoras escrevem que tanto os “famigerados Varões” como as “Ilustres Matronas” tinham “os mais ardentes desejos de reassumir os seus direitos, há tanto usurpado, e de quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos”. Para o leitor de hoje a frase pode parecer banal, mas nas primeiras décadas do século XIX tais palavras, publicadas no jornal de maior oposição ao imperador e proferidas por mulheres, são sinais de um novo tempo.

É importante dizer que, nos idos de 1823, a liberdade de imprensa era muito recente no Brasil. A livre circulação de opiniões nas folhas impressas havia sido iniciada apenas dois anos antes, como decorrência dos desdobramentos da Revolução do Porto em 1820, a qual obrigou D. João, instalado no Rio de Janeiro, a voltar a

Portugal. Além da liberdade de imprensa, o movimento constitucional do Porto trouxe à tona a discussão de que os monarcas deveriam se submeter a uma constituição liberal. Havia, portanto, uma conclamação contra o passado “absolutista, despótico”, fruto dos movimentos revolucionários similares que tomaram a Europa e a América desde finais do século XVIII.

A independência do Brasil se deu em meio a esse clima revolucionário, marcado por um discurso em nome dos direitos universais, da separação dos poderes políticos (Legislativo, Executivo e Judiciário) e contra o tradicional funcionamento da política nas esferas cortesãs vinculadas ao rei. O exemplo da França, talvez o mais conhecido, evidencia o quanto se abriram possibilidades amplas de participação das mulheres nos espaços de

Na América espanhola as mulheres desempenharam um papel importantíssimo nas Independências, seja no apoio público, no financiamento das lutas ou como soldados nas intensas guerras que se travaram em muitos lugares.

debate público, nos conflitos e nas guerras. O mesmo ocorreu no mundo ibérico e em toda a América espanhola, onde as mulheres desempenharam um papel importantíssimo nas Independências, seja no apoio público, no financiamento das lutas ou como soldados nas intensas guerras que se travaram em muitos lugares.

No Brasil não foi diferente. Como podemos ler na carta das Patrícias paraibanas, as mulheres estão inseridas no debate público com posturas ativas e mesmo críticas à política de D. Pedro. É fundamental frisar que estar ao lado de Cipriano Barata significava, na época, estar do lado “exaltado” do debate público, ou seja, à esquerda do imperador. Para além dos casos mais conhecidos e emblemáticos, como o de Maria Quitéria, baiana que lutou nas tropas a favor da separação do Brasil, vale descortinar como se deu a aparição e a ação feminina na imprensa que, como dissemos, proliferou imensamente nesses anos posteriores à Independência. Mesmo que o momento não tenha significado uma alteração drástica na condição social e jurídica do ser mulher, o tema nos permite discutir os limites e as ambiguidades do engajamento feminino na cena pública.

Na carta das paraibanas, a expressão “reassumir seus direitos”, por elas utilizada, pode ser lida ao menos de duas maneiras. Por um lado, demonstra que elas falam contra os despotismos dos regimes absolutistas — no que se alinhavam muito à postura crítica de Cipriano Barata em relação ao novo Imperador.

Por outro, podemos dizer que tocar em direitos significa também afirmá-los e, nesse sentido, serem detentoras dos mesmos. Segundo análise pioneira que a historiadora Maria de Lourdes Vianna Lyra fez deste manifesto, essas mulheres colocavam, à sua maneira, o dedo na ferida na descomunal desigualdade no tratamento dado ao gênero feminino na sociedade onde elas estavam inseridas.

É enorme a quantidade de vezes que as mulheres brasileiras, nos jornais da época, foram adjetivadas com a expressão “belo sexo”. Nesse sentido, é importante mencionar que, mais à frente na carta, as paraibanas afirmam estarem unidas aos seus “Esposos, Pais, Filhos, e Irmãos” para lançarem “mãos de armas”, ou mesmo fazerem “a mais cruenta guerra” aos despotismos. Nessas expressões é nítido que elas falem também de um lugar ainda muito estreitamente relacionado aos seus papéis dentro da família. No entanto, é visível as expectativas que elas tinham em relação aos seus direitos.

Sentimento patriótico e participação política

Neste momento, todos os papéis sociais apontados acima (mãe, esposa, filha e irmã) aparecem em uma chave fortemente ligada ao patriotismo e evocavam projetos políticos. É digna de nota a publicação de um poema de Maria Clemência da Silveira Sampaio, considerada a primeira poetisa do Rio

Grande do Sul, nascida no emblemático ano de 1789. A vida de Maria Clemência é ainda pouco conhecida, mas sabemos que o famoso viajante francês Auguste de Saint Hilaire afirmou ser ela “uma espécie de fenômeno”: dominava o francês e seu inventário trazia a informação de que possuía cinquenta livros, o que não era pouco se considerarmos não só a época, mas seu gênero e a província que habitava.

A primeira obra de Maria Clemência, intitulada “Versos heroicos”, foi publicada em 1823 na forma de um opúsculo de oito páginas. O mote dos versos era a Aclamação do “Primeiro Imperador Constitucional do Brasil”. Segundo Maria Eunice Moreira, ensaísta e estudiosa da obra de Clemência, o poema foi recitado pela poetisa na noite na qual os comerciantes do Rio Grande celebraram o fato e homenagearam D. Pedro. Da mais extrema província brasileira, Maria Clemência, uma mulher que não teve filhos, nem foi casada, escreve felicitando o Imperador e agradecendo aos céus o fato de o Brasil não ter ficado órfão e “sem representação”. Não menos importante nos parece ser o fato da mesma felicitar “Carolina”, forma pela qual se refere à Imperatriz Leopoldina.

Segundo os versos de Maria Clemência, Leopoldina teria tido um papel fundamental para que no Brasil fossem derrotados “a intriga e o despotismo”. Ao se referir à Imperatriz com um dos seus nomes próprios, a poetisa procura demonstrar um clima de proximidade e de cumplicidade com Leopoldina, afinal as duas



“Monumento à Maria Quitéria”, Luiz Humberto de Carvalho. Divulgação

Figura 1. Como Maria Quitéria, várias mulheres se envolveram na luta pela Independência do Brasil

eram mulheres. Nos versos, Maria Clemência opina sobre o que seria necessário para que se prosperasse um império: “Comércio, agricultura e belas artes”. Uma das suas fontes de riqueza seriam as mulheres que, como ela, nutrem-se de amor e patriotismo.

Os versos dedicados a Leopoldina possuem dois sentidos fundamentais. O primeiro, que destacamos abaixo, é o de apontar sua importância no processo de Independência do Brasil:

*E aos olhos do alto
esposo mostrar,
quanto
Cá deste continente
os habitantes
Se penetram de
júbilo, e de alvoroço,
Vendo seus*

*imperantes desejados
Reger em paz o
brasileiro império.*

Fazer a Imperatriz ser alvo dos agradecimentos significa também reconhecer o papel fundamental de Leopoldina não só na Independência, mas nos rumos políticos do novo Império. Há ainda outro sentido nos versos escritos por Maria Clemência: o de pedir que a Imperatriz interceda junto a seu marido, o imperador D. Pedro, pela província de Rio Grande:

*Eis, ó grande
Princesa, os
sentimentos,
Que vos tributa uma
Província inteira
A quem o Rio Grande
dá seu nome,
Que é fértil em
terreno, doce em
clima,
Abundante de matas,
rios, montes,
De searas, e vinhas, e
de gados.*

Ao listar em versos as qualidades da província por onde passam “os rios, que o País dividem”, Maria Clemência tocava em um dos temas sensíveis da necessidade de infraestrutura para o bom desenvolvimento do comércio. O pedido pode parecer, à primeira vista, modesto, ou mesmo inocente, mas não o é. Chama à atenção do leitor a forma como nestes “Versos heroicos”, uma mulher se coloca como porta-voz dos interesses de uma “província inteira” ao felicitar o novo imperador e sua esposa.

Quase uma década após a proclamação da Independência, o jornal

Tribuna do Povo traz impressa a transcrição de uma carta de uma esposa cujo marido esteve engajado na guerra da Cisplatina. O ano é o de 1831 e o nome da “fluminense de 26 anos, mas de grande instrução” é omitido, segundo redator, por pedido da própria autora. Os termos e motivos arregimentados são significativos:

*Se essa guerra é útil
à minha pátria: e
se o seu bem exige
que tu morras, eu
me conformo com a
minha sorte, não te
lembres mais de mim,
e prefere a honra da
pátria, aos interesses
de tua esposa e a
existência do teu
filhinho.*

A pátria é tratada como um bem maior. E essa mulher, por sacrificar sua felicidade em nome da honra da pátria, merece ter sua carta publicada no jornal com o provável

**A participação das
mulheres na cena
política, vinda à
tona no desenrolar
dos movimentos
revolucionários, fez
com que a própria
ideia de direitos
universais do
“homem” fosse em
alguns momentos
tensionada e
questionada.**

propósito de servir de exemplo para outras leitoras.

Os paradoxos do engajamento feminino

No início da mesma década de 1830, o jornal “Nova Luz Brasileira” destaca como a ação das “valorosas mulheres portenhas” nas guerras e conflitos na Argentina deveria servir de exemplo às “Ilustres brasileiras” para que se interessem “calorosamente pela Independência e [pela] Constituição Brasileira”. Advertia ainda que, se assim não agissem, restaria “nenhuma representação na sociedade” às mulheres. O redator do jornal, o crítico Ezequiel Correa dos Santos, figura que teve importante papel na radicalização do debate político da época, afirma que a ação das mulheres é fruto do novo século, o “de luzes americanas!”, e as conclama vivamente à participação política:

*Eia ó deidades da
espécie humana,
avançai; o triunfo
será todo vosso. Sem
pátria constitucional e
independente serão
escravas sem mérito
as encantadoras
damas brasileiras.*

Apesar de seu vivo discurso em nome do engajamento das mulheres e o apelo ao sentimento patriótico do “belo sexo”, o redator do “Nova Luz Brasileira” não deixa de marcar o lugar social da mulher em uma chave estritamente ligada à família: as mulheres seriam as primeiras a

combater o “infame governo absoluto, excitando maridos, pais e irmãos, causando inveja aos presentes e admiração aos vindouros”.

Marcadores de circunscrição do papel social das mulheres aparecem na imprensa em muitos outros momentos. Um exemplo está no periódico “Astrea”, editado no Rio de Janeiro por Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, de 28 de março de 1827, em que se circunscreve um papel inferiorizado à mulher. A resposta a uma leitora que afirma estar interessada em adquirir copropriedade no jornal traz à tona o discurso acerca dos limites sociais do gênero feminino. Os redatores, homens, afirmam que, mesmo com dinheiro e em uma sociedade que goza da liberdade de imprensa, uma mulher não pode ser coproprietária de um jornal, uma vez que ela é considerada pela lei “um menor”.

Com certa naturalidade, a fala dos redatores descortina um ambiente onde a politização tinha que lidar e, não poucas vezes, conviver com uma estrutura de sociedade marcada fortemente pelo patriarcado. Não há como negar a existência de uma concepção de ordem natural profundamente católica, em que à mulher era delegado um papel subalterno e vinculado à família. Pertencer ao “belo sexo” no contexto de que tratamos poderia não ser tão belo assim. As mulheres continuaram cotidianamente a sofrer com falta de direitos efetivos sendo, muitas vezes, vítimas das mais diversas violências.

Hoje se sabe como eram numerosas as mulheres – conhecidas e desconhecidas, brancas, pardas, negras e indígenas – que cuidavam de suas famílias, propriedades e negócios, algumas constituindo-se verdadeiras matronas. As estratégias das mulheres, que tantas vezes engajaram-se na tentativa de obter ou ampliar direitos civis, são extremamente importantes, mesmo quando se davam dentro dos limites que lhes eram demarcados.

Assim, devemos ter em mente que a participação das mulheres na cena política, vinda à tona no desenrolar dos movimentos revolucionários, era fruto direto do surgimento da ideia de direitos naturais e universais. Por um lado, essa ideia tencionou e questionou a própria ideia de que o sujeito universal de direitos seria apenas masculino, como os exemplos nos mostram. E, por outro, a adoção de uma ideia de “igualdade” baseada em princípios naturais criaria seus próprios paradoxos na luta das mulheres desde então, como já enunciou Joan Scott há décadas. É fundamental que tenhamos esse quadro em mente para entendermos as tensões sociais que eram espelhadas na imprensa.

Belo sexo

Histórias que destoam da imagem de sexo frágil, ou mesmo da mulher submissa, também estavam ali. Um exemplo muito significativo dessa ação pode ser encontrado na edição de 2 de março de 1824 do jornal baiano “Grito da Razão”, editado por Vicente Ribeiro Moreira.



“Monumento ao Dois de Julho”, Carlo Nicoli y Manfredi. Divulgação

Figura 2. A cabocla representa as mulheres e a identidade do povo brasileiro que lutou pela Independência no Monumento ao Dois de Julho em Salvador

Trata-se de uma matéria que traz ao conhecimento do público o escandaloso caso do espancamento de uma mulher que, pelo que se pode deduzir, é uma mãe, solteira e branca, e que se encontra “sangrada” — ou seja, menstruada. Ana Maria das Virgens havia sido, nessas condições, agredida com chicotadas por José Joaquim Vilela, comandante do destacamento do distrito de Pilar, na província da Bahia.

A história começa porque um homem, escravo de uma mulher chamada Antonia, teria agredido o filho de seis anos de Ana Maria que, enfurecida, foi à casa onde morava o agressor de seu filho.

Segundo a petição, transcrita no Grito da Razão, o irmão de Antonia, Ignacio José da Silva, a expulsou violentamente da casa. Ana, pedindo por ajuda, foi acudida pela patrulha do destacamento do Hospício do Pilar, e conseguiu, assim, retornar à sua casa. No entanto, no final da tarde, alguns homens entraram em sua casa e a levaram presa.

Ana Maria das Virgens, então, relata que na cadeia havia sofrido uma série de agressões, uma delas feita com cipó. Segundo afirma, mais de um homem a teria espancado, colocando-a em um “estado miserável”. O comandante do destacamento militar do distrito de Pilar, acusado da agressão, decide, dias após a denúncia ser tornada pública, escrever ao periódico afirmando que a mulher teria tentado lhe estocar, bem como a Antonia e a seu irmão, com uma “faquinha”. Vale destacar a resposta do editor, Vicente Ribeiro Moreira que afirma, mesmo diante das justificativas do agressor, que pouco importa se Ana teria atacado ou não o comandante, mas sim o fato de se tratar de uma atitude despótica, inaceitável nos novos tempos. Os termos usados por ele nos interessam muito:

Nada disso pode servir de defesa, pois jamais Cidadão algum pode dar pancadas e chicotear a outrem.

Ainda que a brutalidade de tal episódio salte aos olhos e nos faça querer enxergar somente a existência de maus tratos e agressões contra uma mulher, há que salientar que o

caso foi publicado com vários documentos: o da denúncia, o da transcrição da petição de Ana Maria e o da resposta do agressor. A mulher agredida é, como vimos, defendida no periódico com o importante argumento de que ela é, antes de tudo, uma cidadã e que, justamente por sê-la, não pode sofrer pancadas ou ser chicoteada por outro cidadão.

É importante frisarmos que, naquele momento, estava na ordem do dia a crítica às prisões nas quais não houvesse culpa formada. Do mesmo modo, criticava-se publicamente qualquer tipo de violência direcionada aos cidadãos considerada desnecessária ou injusta. Essas foram bandeiras que ganharam protagonismo nesses tempos constitucionais nos quais também as mulheres aparecem como vítimas da infração desses direitos fundamentais.

Dessa forma, mesmo que não se possa encontrar um abalo profundo nos padrões da sociedade patriarcal e na força que a ideia da família teve no período, a imprensa teve papel fundamental em servir como porta-voz e suporte para questões relacionadas ao gênero feminino e aos seus direitos. A ampliação da participação das mulheres na cena pública foi uma novidade que pode ser observada nas folhas e impressos que circulavam no, ainda nascente, Império do Brasil. No entanto, o engajamento político das mulheres teria, a partir de então, de se defrontar com a construção social de um indivíduo construído sob a base de uma “natural” separação entre gêneros, o que projetou uma ideia de igualdade que,

nestes termos, passaria a ser muito mais inalcançável. Em função disso, a participação política das mulheres se deu em meio a avanços e retrocessos, idas e vindas, durante todo o século XIX e, ainda hoje, nos vemos às voltas com essa luta.

Andrea Slemian é professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), especialista em História do Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, e editora da Revista Brasileira de História (RBH).

Danielly de Jesus Teles é mestrandia em História social na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

REFERÊNCIAS

1. Carvalho, José Murilo De; Bastos, Lúcia; Basile, Marcello (orgs.). Guerra literária. Panfletos da Independência (1820-1823). Volume 1. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
2. Lyra, Maria de Lourdes Viana, A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial, Almanack Braziliense, 3, maio 2006.
3. Moreira, Maria Eunice. “Os versos (quase) desconhecidos de Maria Clemência da Silveira Sampaio”. In: Letras de Hoje, 2006; 41 (4).
4. Morel, Marco (org.). Cipriano Barata, Sentinella da Liberdade e outros escritos (1821-1835). São Paulo, Edusp, 2008.
5. Sampaio, Maria Clemência da Silveira. Versos Heroicos. Edição fac-símile publicada em: Moreira, Maria Eunice (org.). Uma voz ao Sul. Os versos de Maria Clemência da Silveira Sampaio. Santa Catarina: Mulheres, 2003.
6. Scott, Joan W. Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944. Buenos Aires: Siglo veintiuno Editores, 2012.



“Vista do Ipiranga, lugar onde foi proclamada a Independência do Brasil”, de Miguel Dutra [1847]. Reprodução

A Vila do Ipiranga, que ficou conhecida como sendo o local da Proclamação da Independência

Sete de Setembro: 200 Anos de Comemorações da Independência

Festas cívicas celebrando a Independência do Brasil tiveram diferentes significados ao longo do tempo

por Hendrik Kraay

Resumo

Há dois séculos, os brasileiros comemoram a Independência no dia 7 de setembro. As formas das comemorações, bem como o significado atribuído ao dia, não permaneceram inalterados durante esses anos. Sempre foi difícil enquadrar o povo no 7 de setembro, pois o dia comemora o ato de um monarca e sua comemoração foi dominada por interpretações conservadoras.

Palavras-chave: Sete de Setembro, Independência, Festas Cívicas

Para a maioria dos brasileiros, os dias nacionais são atualmente feriados, dedicados ao lazer e não ao civismo. As interpretações conservadoras da Independência, outorgadas pelo monarca, aceitas por um povo patriota, são cada vez mais contestadas por

historiadores empenhados no esforço de resgatar os projetos populares derrotados durante a construção do Império, um processo nada pacífico nem consensual. Mas ainda não se inventou uma forma popular de comemorar o dia da Independência.

Desde a década de 1820, festejar o 7 de Setembro foi um ato político, através da qual se debatia a natureza do Estado e da nação. O que significa o Grito do Ipiranga e o regime imperial estabelecido em 1822-24? Desde então, a tendência dominante na comemoração

do 7 de Setembro reforça interpretações conservadoras da Independência ao festejar a atuação do primeiro imperador, o que implica marginalizar a participação popular. Tentativas de dar uma interpretação popular a esse ato fundador do Brasil ou de promover festejos e interpretações populares da Independência enfrentaram resistência e tiveram relativamente pouco sucesso.

As primeiras comemorações: Décadas de 1820 e 1830

Para a maioria dos brasileiros, os dias nacionais são atualmente feriados, dedicados ao lazer e não ao civismo. As interpretações conservadoras da Independência, outorgadas pelo monarca, aceitas por um povo patriota, são cada vez mais contestadas por historiadores empenhados no esforço de resgatar os projetos populares derrotados durante a construção do Império, um processo nada pacífico nem consensual. Mas ainda não se inventou uma forma popular de comemorar o dia da Independência.

Desde a década de 1820, festejar o 7 de Setembro foi um ato político, através da qual se debatia a natureza do Estado e da nação. O que significa o Grito do Ipiranga e o regime imperial estabelecido em 1822-24? Desde então, a tendência dominante na comemoração do 7 de Setembro reforça interpretações conservadoras da Independência ao festejar a atuação do primeiro imperador, o que implica

marginalizar a participação popular. Tentativas de dar uma interpretação popular a esse ato fundador do Brasil ou de promover festejos e interpretações populares da Independência enfrentaram resistência e tiveram relativamente pouco sucesso.¹

Já em 1823, todavia, a Assembleia Constituinte resolveu que o dia 7 de setembro fosse designado feriado nacional. O dia foi festejado com salvas de artilharia, parada militar, missa na capela imperial, cortejo no palácio (com a antiga cerimônia do beija-mão), e espetáculo de gala no teatro. Essa festa cívica surpreendeu o embaixador dos Estados Unidos, que ainda considerava a Aclamação como a "verdadeira" data da Independência. Nesse mesmo ano, D. Pedro designou o 7 de setembro e o 12 de outubro dias equivalentes de festividade nacional e, em 1826, o parlamento consagrou o 7 de setembro como dia de festividade nacional em comemoração da Independência.

Até a abdicação do primeiro imperador e sua volta a Portugal em 1831, as duas datas foram festejadas de maneira semelhante na Corte e nas capitais provinciais. Todavia, concentram interpretações diferentes da origem do Império. O dia 12 de outubro destacava uma

Ainda não se inventou uma forma popular de comemorar o dia da Independência.

visão conservadora em que o monarca pairava acima da nação à qual concedera a Independência e a constituição. Outros interpretavam o dia 7 de setembro como uma conquista popular. Evaristo Ferreira da Veiga explicou em 1830 que Pedro havia voluntariamente abraçado a causa brasileira, tornando-se "digno de reinar sobre os brasileiros por unânime escolha da nossa recente associação política". Nessa mesma época, um exaltado (liberal radical) chegou a declarar que a Independência era uma conquista "verdadeiramente do povo". Exaltados pernambucanos foram às ruas do Recife em 1829 para festejar o dia com uma alegoria à constituição e um hino em que juraram sua intenção de defender os seus direitos.²

Essas tentativas de dar uma interpretação liberal radical e mesmo popular ao 7 de Setembro revelam os grandes debates sobre o significado da própria Independência que ecoam na história brasileira. Todavia, nas décadas de 1820 e 1830, consolidou-se um padrão de comemoração caracteristicamente imperial em que havia pouco espaço para essas manifestações populares. Através do que se qualificava de festas oficiais, governos procuravam se legitimar na Corte e, em escala menor, nas províncias. O dia começava com salvas de artilharia à aurora. De manhã, cantava-se um te-déum na capela imperial ou na matriz da capital provincial. Na Corte, o imperador dava beija-mão e, nas províncias, cortejava-se o retrato imperial. As tropas faziam descargas, e à noite

havia um espetáculo de gala no teatro (com vivas ao dia, à monarquia e às instituições imperiais), enquanto se iluminavam as fachadas dos edifícios públicos, bem como as das casas particulares. Às vezes, construía-se monumentos alegóricos efêmeros nas praças e montavam-se espetáculos de fogos de artifício, ao som de música, tudo para entreter e edificar o povo.

Os jornais publicavam longos artigos de fundo em que analisavam o significado do dia e relacionavam-no à conjuntura política. Em 1838, o *Correio Mercantil*, de Salvador, saudou a atuação do “imortal D. Pedro”, cujo “grito da Independência do Brasil (...) ecoou entusiasticamente em todos os corações brasileiros, desde o soberbo Amazonas até o rico Prata”. Fustigou os “fascinados pela quimérica liberdade” republicana e sustentou que a verdadeira liberdade requeria a união e a obediência ao monarca, uma condenação da recém-derrotada revolta liberal, a Sabinada. Essa interpretação conservadora da Independência, atribuída à atuação do futuro imperador, que teria dado a liberdade ao seu povo e assegurado a unidade nacional, seria recorrente no discurso imperial e receberia o selo do historiador Francisco Adolfo Varnhagen na década de 1850.³ Em 1850, outro periódico baiano, de linha liberal (e então opositorista), *O Século*, lamentou “o desprezo (...) pelas instituições [e] as violações das leis da constituição”. Sem rejeitar o Império, entendia-o como um projeto ainda inacabado.

Depois do dia, os



“Ao glorioso dia da Independência do Brasil”, charge da *Semana Ilustrada* de 8 de setembro de 1867. Reprodução

Figura 1. Diante do símbolo do indígena que representa o Brasil, D. Pedro I cumprimenta seu filho, D. Pedro II, por preservar a Independência, nessa alegoria de 1867.

periódicos avaliavam os festejos realizados. Para os órgãos oficiais, as festas oficiais eram sempre muito concorridas e os vivas correspondidos entusiasticamente pelo povo, que afluía em massa à praça, e pelo público mais seletivo que enchia o teatro. Para os periódicos opositoristas, tudo corria pelo contrário – pouca concorrência, vivas mal correspondidos e povo indiferente. Apesar das avaliações diversas das festas realizadas, todo concordavam que o dia devia ser comemorado.

Segundo Reinado: Festejando a monarquia

Através dessas comemorações, as elites imperiais se aproximavam do poderoso símbolo da monarquia e representavam publicamente sua posição na hierarquia social. Os artigos sobre esses rituais realizados simultaneamente em todo o espaço imperial convidavam os leitores dos jornais a se imaginarem parte de uma comunidade maior, a nação brasileira, bem como a participarem das discussões políticas ventiladas nas páginas

dos jornais. Após presenciar o 7 de setembro de 1858 no Rio de Janeiro e de ler os relatos sobre a comemoração do dia nas províncias, um jornalista francês concluiu que, “em todos os lugares, festejou-se o 7 de setembro com o mesmo entusiasmo, a mesma unanimidade que no Rio de Janeiro”. Outras nações teriam inveja do patriotismo brasileiro, acrescentou.

Apesar dessas avaliações, a prática e a retórica do civismo imperial excluía muitos. Tanto os periódicos oposicionistas como os governamentais concordaram que uma festa cívica digna de si era um evento ordeiro, dominado pelas “honradas famílias e sociedade”. A iluminação noturna das ruas e praças possibilitava o trânsito de “famílias” nos espaços urbanos transformados para a festa. Cabia à polícia afastar elementos indesejáveis; em 1858, as quitadeiras africanas foram retiradas de uma praça da Corte para a construção de um arco triunfal. Com frequência, os jornais reclamaram da presença de capoeiras nas ruas durante os festejos.

As festas “populares” (isto é, não organizadas pelo governo) da segunda metade da década de 1850 na Corte, promovidas pela Sociedade Ipiranga e outras associações patrióticas, também obedeciam a esse padrão. Em 1857 o Rio de Janeiro desfrutou de “três noites de iluminação, salvas, girândolas e foguetes a mais não poder, músicas em coretos e pelas ruas, jantares e reuniões patrióticas”. “Milhares de cidadãos de todas as classes e posições” se levantaram

cedo em 1859 “para saudarem o alvorecer do primeiro dia nacional”. A categoria de cidadão, embora ampla pelos padrões oitocentistas de cidadania, todavia excluía muitos brasileiros, não obstante o uso de símbolos indígenas para representar a nação (Figura 1) e as tentativas das sociedades patrióticas da década de 1850 de libertar escravos em homenagem ao dia.

A presença – ou ausência – do povo, bem como a sua atuação, fazia parte importante das descrições dos festejos oficiais do 7 de setembro, mas quando ele saiu do seu lugar, era condenado. Em 1848, quando exaltados foram para as ruas em 7 de setembro para disputar as eleições municipais no Rio de Janeiro, os jornais conservadores denunciavam os “gritos sinistros de vivas e morras que soltava um magote de poviléu aluminado por archotes”; periódicos liberais relataram que o povo apenas deu vivas “aos objetos de nossos cultos” e condenaram a polícia que dispersou “os que festejavam com vivas e música o dia 7 de setembro”.

A visão conservadora do

Em reação à grande conquista popular da abolição e à popularidade da monarquia, reforçavam-se interpretações conservadoras da Independência e do 7 de setembro.

7 de setembro foi imortalizada no bronze da estátua equestre de D. Pedro, inaugurado em 1862 na Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes) no Rio de Janeiro (Figura 2). Ao representar o primeiro imperador no ato de proclamar a Independência e de outorgar a Constituição (episódios separados por 18 meses), o monumento fundido na França destaca a íntima conexão entre a Independência, a monarquia e o regime constitucional no civismo oitocentista. As figuras indígenas, associadas à natureza, que simbolizavam os grandes rios brasileiros, foram duramente criticados: “Que parte tiveram estes índios e aqueles jacarés na Independência”, se perguntou um escritor? A estátua foi também criticada por uma nova geração de liberais. A Independência de um povo não deve ser personificada por um príncipe oportunista que concedeu a constituição após dissolver a Assembleia Constituinte, argumentou Teófilo Otoni. Sua história da Independência começou com a Inconfidência Mineira e a revolução republicana de 1817 em Pernambuco, mas a atuação do futuro imperador desviou esse processo do seu curso natural.

O declínio das sociedades patrióticas cariocas no início da década de 1860, bem como as longas agruras da Guerra do Paraguai (1864-1870) que, segundo Alexandre José de Melo Moraes Filho, “liquidou” o patriotismo imperial, abriram o espaço para a Sociedade Comemorativa da Independência do Império.⁴ Fundada em 1869 por operários e homens da classe

média baixa da Corte, procurou restaurar o civismo da década de 1850 ao organizar festas populares em torno da estátua equestre. Construiu coretos na Praça da Constituição e convidou o povo a saudar a aurora do grande dia. No final da década de 1870, uma “formidável massa humana”, se aglomerava anualmente na praça para esse ato. O monumento, inaugurado com tanta pompa em 1862, não se tornou o foco de comemorações oficiais e fora tomado pelo povo carioca que, ao que parece, havia apreendido as lições do civismo implícitas na comemoração do 7 de setembro da década de 1850. A sociedade foi inicialmente louvada pela imprensa da Corte, mas a partir do final da década, foi criticada por celebrar a Independência “caricatamente”; sua atuação era “cada vez mais grotesca”, segundo outro periódico, e O Mequetrefe retratou com desprezo a diversidade racial e a origem social baixa dos que festejavam na praça em 1885 (Figura 3). Um escritor republicano condenou o “miserável povo” que não percebia que a estátua era “uma prova do poder e da tirania imperial”.

Depois do falecimento do seu presidente em 1886, a Sociedade Comemorativa foi reorganizada sob a chefia de um senador e outros “cidadãos de elevada posição social” que pretendiam “fazer revigorar – se não nascer – o amor à pátria”. Eles não aceitavam o patriotismo popular representado pelos milhares de populares que costumavam festejar a Independência em torno da estátua equestre.



“Estátua equestre de D. Pedro I”, de Louis Rochet. Foto de Hendrik Kraay

Figura 2. A estátua equestre de D. Pedro I, inaugurada em 1862 na atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro

Organizaram desfiles escolares para tornar os “futuros cidadãos (...) mais aptos para a vida social” e ensiná-los que “em todos os atos da vida, mister se faz a ordem”.

Na mesma época, em Florença (Itália), o pintor Pedro Américo apresentou seu grande quadro ao Imperador que viajava então pela Europa. Além dos erros históricos admitidos pelo artista, o quadro inclui apenas uma figura popular, o tropeiro que olha a cena, aparentemente sem compreendê-la. Nos últimos anos da monarquia, em reação à grande conquista popular da Abolição e à popularidade da monarquia, reforçavam-se

interpretações conservadoras da Independência e do 7 de setembro.

República, ditadura... o que comemorar?

Apesar de se considerar um novo regime, a República proclamada em 1889 não pode acabar com todos os símbolos brasileiros consagrados pelo Império.⁵ Como o hino nacional do Império, que não foi substituído pela República, o 7 de setembro sobreviveu os ataques dos críticos que o julgavam incompatível com o novo regime. Em 1893, Rodrigo

Otávio deixou claro a sua simpatia pelo 21 de abril, data da execução de Tiradentes em 1792. O alferes mineiro era um “exemplo proveitoso” dos que trabalhavam pela “independência e liberdade da pátria”. Uma república teria sido o resultado da Independência, não fosse a “ingênua generosidade deste povo” para com D. Pedro. O 7 de setembro de 1822, enfim, não passava de mera separação de Portugal e os anos de 1822 a 1889 foram um “lapso anacrônico na história do Brasil”.⁶ Nesses primeiros anos da República, jacobinos exigiam a remoção da estátua equestre, a “mentira de bronze”, que para eles, maculava a praça, cujo nome foi mudado para Praça Tiradentes em homenagem ao inconfidente.

Nos primeiros anos da República, festejava-se muito pouco o 7 de setembro. O dia era demais identificado com o Império, e o novo regime preferia investir na comemoração da sua fundação em 15 de novembro. Jornalistas saudosos do Império lamentavam a ausência de festas populares e oficiais no 7 de setembro e, em 1895, Olavo Bilac julgou D. Pedro inteiramente “desmoralizado”.

Nesse ano, todavia, foi registrado pela primeira vez um desfile militar no 7 de setembro no Rio de Janeiro, indício de que o novo regime, agora uma república civil, pretendia tomar o dia para si. No início do século XX, o 7 de setembro reconquistou seu lugar central no civismo brasileiro, mas tomou formas autoritárias ou conservadoras. À medida que o Império passava para

a história, era mais fácil tratar o 7 de setembro como a data da fundação da nação, ver a monarquia como parte legítima da história nacional e descartar as interpretações radicais implícitas na comemoração de Tiradentes. Na Bahia, a Liga de Educação Cívica, fundada em 1903, distribuiu bandeiras nacionais e panfletos explicativos dos feriados nacionais para escolas estaduais, no intuito de criar “cidadãos honestos, fortes e patriotas”. Promoveu desfiles escolares no 7 de setembro, que se enquadravam bem nas formas mais militarizadas e regimentadas de comemorar o dia (Figura 4). A cultura patriótica militarizada também floresceu em escolas paulistas nas décadas de 1910 e 1920, em que evoluções militares e desfiles em dias de festividade nacional faziam parte da educação física.⁷ Em 1921, nada menos de 13.000 soldados fizeram manobras no Rio de Janeiro em homenagem ao dia.

O centenário da Independência, comemorada com a Exposição Internacional, aberta ao público na capital da

O centenário da Independência apresentou um Brasil moderno, “civilizado”, europeu, pronto a tomar seu lugar entre as grandes nações. Não havia espaço para o povo.

República em 7 de setembro de 1922, apresentou um Brasil moderno, “civilizado”, europeu, pronto a tomar seu lugar entre as grandes nações. Não havia espaço para o povo, a não ser visitar a exposição para ser instruído no que tinha de mais moderno no mundo.⁸

O Estado Novo – a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) – criou a Semana da Pátria, do Dia do Soldado (25 de agosto, o aniversário do Duque de Caxias) ao 7 de setembro, e militarizou ainda mais a comemoração da Independência. Influenciado pelos espetáculos dos regimes fascistas europeus, o governo Vargas organizou grandes paradas de alunos das escolas públicas durante a Semana da Pátria e encheu estádios de futebol com coros de jovens para entoar hinos patrióticos, o canto orfeônico sob a batuta de Heitor Villa-Lobos. Assim, deu-se continuidade à incorporação do povo em um projeto nacional capitaneado pelo governo. Através do rádio e do cinema, esses espetáculos foram divulgados pelo país.⁹ Em Santa Catarina, o canto orfeônico assumiu formas coercitivas quando o governo estadual usou o como meio de assimilar os filhos de imigrantes.¹⁰ Um futuro presidente do Brasil que, quando menino, participou de um espetáculo da Semana da Pátria estado-novista, se lembrou da “parada gigantesca em apoio ao governo”.¹¹

O regime militar (1964-1985) procurou se legitimar ao revigorar a comemoração das datas já consagradas, como o 7 de setembro. Durante os seus anos mais repressivos, houve o que uma historiadora



Charge de O Mequetrefe de 10 de setembro de 1885. Reprodução

Figura 3. Uma crítica às festas populares da Independência no Rio de Janeiro: “Nas festas do dia 7 de Setembro quantos tipos salientes pelas ruas!”

qualificou de “febre comemorativa” que culminou em 1972, o sesquicentenário da Independência.¹² Nesse ano, o Brasil convenceu o governo português a trasladar o corpo de D. Pedro ao Brasil. Os restos mortais do primeiro imperador chegaram em 21 de abril e foram levados para todos os capitais estaduais até serem internados no Ipiranga em 7 de setembro.¹³ A essa altura, os desfiles militares do 7 de setembro eram tão comuns que o antropólogo Roberto DaMatta os identificou em 1976 como um “dos três modos básicos por meio dos quais se pode ritualizar no mundo brasileiro”, ao lado do carnaval e da procissão religiosa.¹⁴

Com o fim do regime militar, o patriotismo

militarizado perdeu seu significado para muitos, embora permanecesse vivo nos meios militares e conservadores. Como em outros países, os dias nacionais são atualmente feriados; nesses dias, os brasileiros preferem frequentar sua praia predileta a assistir a uma solenidade cívica. Atualmente, é difícil imaginar uma forma popular de comemorar a Independência, pois o 7 de Setembro é tão identificado com interpretações conservadoras da Independência. Aos historiadores empenhados no projeto de repensar a Independência e de resgatar os projetos populares marginalizados ou derrotados cabe fundir uma nova compreensão do 7 de Setembro que possa ser

comemorado de uma maneira popular.

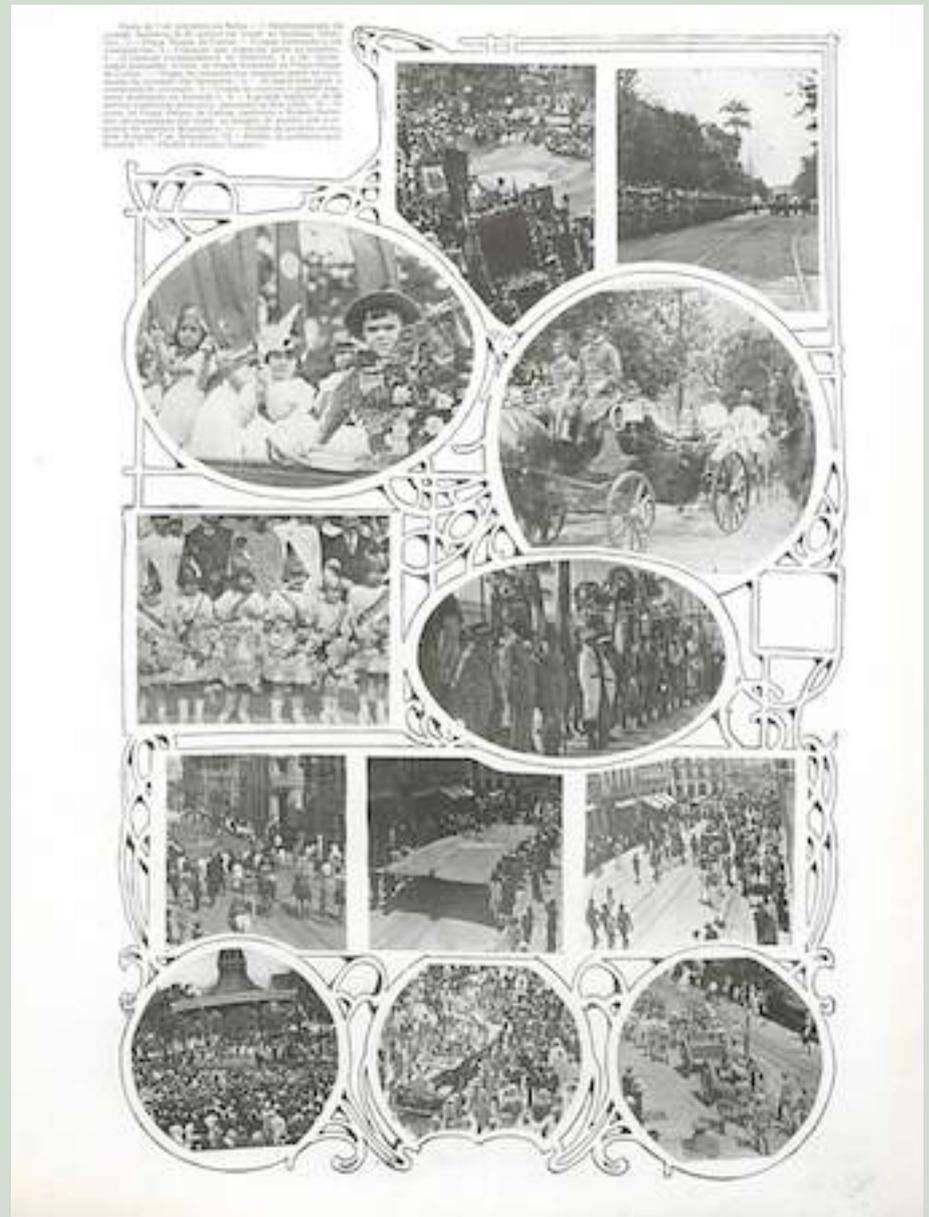
Hendrik Kraay é professor de história na Universidade de Calgary (Canadá). Possui doutorado pela Universidade de Texas em 1995 e pós-doutorado na Universidade de British Columbia, tendo sido professor visitante estrangeiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2004. Seu livro “Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889 ganhou o Warren Dean Prize, conferido pela Conference on Latin American History.

2 de julho: Na Bahia, a Independência do Brasil é celebrada no dia 2 de julho *

Diferentemente do que aconteceu do Sul, a Proclamação da Independência não produziu efeitos imediatos na Bahia. Ao contrário, a opressão dos militares portugueses aumentou sendo preciso lutar para expulsá los do país. Do mesmo modo, o 7 de setembro não possui o mesmo significado para os baianos, que veem o 2 de julho como a verdadeira data de sua independência.

A data permanece na memória patriótica dos baianos que, desde então, estabeleceram a tradição de comemorá-la anualmente, em uma festividade repleta de simbolismo. O primeiro deles é rito do fogo simbólico, que representa a união dos povos que lutaram pela independência. O fogo é aceso no dia 30 de junho na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Cachoeira, no recôncavo baiano. Então, uma tocha percorre diversas cidades, sendo passada de mão em mão por atletas amadores, oficiais do exército, atletas profissionais, artistas e líderes políticos com destino à cidade de Salvador, no bairro de Pirajá, onde se acende uma pira no dia 1 de julho.

O auge da comemoração é um grande desfile popular que percorre várias ruas históricas até o largo do Campo Grande ou praça Dois de Julho. Como a festividade



Bahia Illustrada de setembro de 1918. Reprodução

Figura 4. Festa de 7 de setembro na Bahia com elementos militarizados, 1918

tem uma grande conexão com as causas populares, ela não poderia deixar de celebrar seus heróis, quase todos originários das camadas mais pobres da população. Eles são celebrados nas figuras simbólicas do Caboclo e da Cabocla, que representam o exército que lutou na guerra formado por soldados regulares e voluntários, brancos pobres, tupinambás, negros libertos e pessoas escravizadas enviadas pelos seus senhores. Por

todo o caminho, essas duas figuras simbólicas recebem dos passantes flores, frutas e bilhetes com pedidos.

No dia 2 de julho, o cortejo refaz a passagem do exército pelas ruas. O festejo sai do Largo da Lapinha, onde acontece queima de fogos, execução do Hino Nacional e hasteamento da bandeira. Depois, segue até o Palácio Rio Branco, parando por vários pontos da cidade e realizando várias homenagens. O retorno

acontece por volta das 14h, quando há uma Cerimônia Cívica no 2.º Distrito Naval, no Comércio. Depois, o cortejo segue até o Campo Grande, onde há o hasteamento das bandeiras, execução do Hino Nacional pelas bandas de música da Marinha, Exército e Aeronáutica, colocação de Coroas de Flores no Monumento ao 2 de Julho, acendimento da pira do Fogo Simbólico e execução do Hino ao 2 de Julho. O dia termina com o Encontro de Filarmônicas vindas de diversas cidades baianas.

Os carros com as figuras do Caboclo e da Cabocla ficam três dias em exposição na praça do Campo Grande, para contemplação e devoção popular. O retorno das imagens ocorre dia 5 do mesmo mês com outra grande fanfarra, geralmente à noite e regido por grandes orquestras, estudantes, músicos, instituições, charanga e batucadas.

O Cortejo do 2 de Julho foi tombado como bem cultural pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) em 2006. Desde 2013, o 2 de julho integra o calendário das efemérides nacionais, graças a um projeto assinado pela então presidenta Dilma Rousseff. O intuito da festa é ser do povo para o povo, lembrando um dos episódios mais importantes da história da Bahia — e do Brasil.

REFERÊNCIAS

1. A maior parte deste artigo é um resumo do argumento apresentado em Kraay, H. *Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brazil, 1823-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2013. Alguns trechos desse livro foram publicados em português: Kraay, H. Ritual cívico e política na reação monárquica: Rio de Janeiro e Salvador, 1837-1841. In *Almanack (Guarulhos)* 20, pp. 66-84. dezembro de 2018; Kraay, H. Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889. In *Revista Brasileira de História (São Paulo)* 30, no. 61, pp. 15-39. 2011; Kraay, H. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. In *Almanack Braziliense (São Paulo)* 11, pp. 52-61. maio de 2010; Kraay, H. Nação, estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In *Nacionalismo nas Américas*, Pamplona, M.A.; Doyle, D. (orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 329-354; Kraay, H. "Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade": comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. In *Topoi (Rio de Janeiro)* 14, pp. 9-36. janeiro-junho de 2007.
2. Santos, L.N.R. *Luminárias, músicas e "sentimentos patrióticos": festas e política no Recife (1817-1848)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2018, pp. 123-126.
3. Varnhagen, F.A. *Historia geral do Brazil*. 2 vols. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1854-1857.
4. Mello Moraes Filho, A.J. *Festas e tradições populares do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1946 [1895], p. 152
5. Carvalho, J.M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
6. Octavio, R. *Festas nacionais: com uma introdução de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1893.
7. Bittencourt, C.M.F. As "tradições nacionais" e o ritual das festas cívicas. In *O ensino da história e a criação do fato*. Jaime Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 1988, pp. 43-72.
8. Motta, M.S. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1992.
9. Parada, M. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003.
10. Unglaub, T.R.R. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses. In *Revista Linhas* 10, no. 1, pp. 105-127. janeiro a junho de 2009.
11. Cardoso, F.H. com Winter, B. *The Accidental President of Brazil: A Memoir*. New York: Public Affairs, 2006, p. 39.
12. Chirio, M. *Fêtes nationales et régime dictatorial au Brésil*. In: *Vingtième Siècle*, 90, p. 97. abril de 2006.
13. Almeida, T.S.A. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
14. DaMatta, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 [1976], p. 45.

* Redação Ciência & Cultura



“D. Pedro e Dona Leopoldina”, de Armand Pallière. Reprodução

D. Pedro e Maria Leopoldina são duas grandes personalidades na Independência do Brasil. Mas, para além da elite, processo de separação de Portugal também contou com participação popular

José Bonifácio, ministro e conselheiro, preparou o documento que iniciou oficialmente o processo de separação com Portugal em 6 de agosto de 1822. Maria Leopoldina, na condição de princesa regente do Brasil, presidiu uma decisiva sessão do Conselho de Estado no dia 2 de setembro de 1822, solidificando o caminho para a separação entre o Brasil e Portugal. E D. Pedro, príncipe regente, declarou o território brasileiro definitivamente separado da metrópole portuguesa, no dia 7 de setembro de 1822.

D. Pedro, Maria Leopoldina e José Bonifácio são algumas das mais ilustres personalidades da Independência do Brasil, lembradas e celebradas na História. Mas não foram as únicas figuras importantes nesse processo. A luta pela separação de Portugal foi travada por inúmeros personagens: populares, escravizados e indígenas, que desempenharam papéis essenciais para tornar o Brasil independente.

“Os personagens importantes foram incontáveis, e seria bastante ilusório elencar meia dúzia de homens brancos

Os protagonistas da independência do Brasil

Para além das grandes personagens conhecidas pela historiografia, participação de populares, escravizados e indígenas foi fundamental para tornar o país independente

por Chris Bueno

que viviam ao redor de D. Pedro”, aponta João Paulo Peixoto Costa, professor de História do Instituto Federal do Piauí (IFP). “Não se trata de ignorar a atuação dessas pessoas, que estiveram inclusive em Lisboa, se indispuseram com as medidas das Cortes portuguesas que queriam rever os privilégios do Brasil e articularam o projeto de separação. Mas a própria ideia de independência não teria tido a mínima reverberação sem a atuação desses populares”.

Um cenário em ebulição

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808 — fugindo das tropas francesas que invadiram Portugal — fez com que as relações entre as duas partes do império luso-brasileiro mudasse significativamente. O estabelecimento da família real no Brasil ocasionou uma série de mudanças, como a abertura dos portos e outras medidas adotadas por D. João, que contribuíram para o desenvolvimento comercial e econômico na colônia. No Brasil, o estabelecimento da família real implicou no aumento dos impostos e na interferência direta na administração da capitania. Enquanto em Portugal a invasão francesa deixou como legado uma forte crise, tanto política quanto econômica.

Pressionado pelas Cortes portuguesas, D. João retorna a Portugal em 1821, mas deixa seu filho, D. Pedro, como príncipe regente do Brasil. Com isso, ocorre a reivindicação da transferência das principais instituições criadas durante o Período Joanino para Portugal, o envio de mais tropas para o Rio de Janeiro, e outras medidas tomadas pelos portugueses serviram para aumentar o descontentamento.

Nesse cenário, cresce a pressão dos portugueses para que o príncipe retorne a Portugal, ao mesmo tempo em que, no Brasil, um grupo se organiza pela permanência do regente. Esse grupo, intitulado “Clube da Resistência”, em janeiro de 1822, elabora um documento apontando as razões para a permanência do príncipe no Brasil, além de coletar oito mil assinaturas em um abaixo-assinado defendendo sua continuação no país. Motivado pelo apoio recebido, D. Pedro

declara que permaneceria no país, no que ficou popularmente conhecido como o “Dia do Fico”. Reforçando sua posição, o regente decreta o “Cumpra-se” — uma ordem estabelecendo que nenhuma lei ou determinação vinda de Portugal seria válida no Brasil sem sua autorização. A reação portuguesa foi inexorável: Portugal considerou a Assembleia Constituinte brasileira ilegítima, anulou os poderes políticos do príncipe e declarou seu mandato ilegal, e ainda ameaçou invadir o Brasil se D. Pedro se recusasse a retornar.

Maria Leopoldina e José Bonifácio tiveram papel fundamental nos acontecimentos de então. Quando as Cortes portuguesas passaram a exigir o retorno de D. Pedro a Portugal, José Bonifácio defendeu a autonomia brasileira e convenceu os deputados brasileiros a apoiar a permanência do príncipe no Brasil. Ele contou com o apoio de Maria Leopoldina que, na ausência de D. Pedro, permaneceu como princesa regente. Foi ela quem recebeu as notícias de que Portugal

A luta pela separação de Portugal foi travada por inúmeros personagens — populares, escravizados e indígenas que desempenharam papéis essenciais para tornar o Brasil independente.



“José Bonifácio de Andrada e Silva”, de Benedito Calixto. Reprodução setembro de 1885. Reprodução

Figura 1. José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado um dos pais fundadores da Independência do Brasil

estava preparando uma ação contra o Brasil. A D. Pedro coube declarar a separação definitiva, no dia 7 de setembro.

Nesse processo, também são figuras essenciais o político e jornalista Joaquim Gonçalves Ledo e o religioso Januário da Cunha Barbosa. Considerado um dos articuladores da Independência do Brasil, Joaquim Gonçalves foi um dos responsáveis pelo Dia do Fico e pela convocação da Assembleia Constituinte de 1822. Fundador do Revérbero Constitucional Fluminense, periódico com intuito de defender a causa da independência brasileira, Januário Barbosa organizou o documento com mais de oito mil assinaturas que pedia a permanência de D. Pedro no país.

“O projeto da independência do Brasil foi um projeto das elites”, explica Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “Foram as elites políticas e intelectuais os condutores do movimento. Mas isso não significa que se pode esquecer que também houve uma grande participação de indígenas e escravizados, especialmente nas guerras de independência, mesmo porque lutar pela independência do Brasil poderia significar lutar por sua própria liberdade”, diz.

Participação popular

Segundo Costa, embora o projeto da separação de Portugal tenha sido articulado especialmente pela elite, é equivocado pensar que a população estava alheia aos acontecimentos. “O povo esteve atento a tudo que se passava, desde quando estourou a Revolução Liberal do Porto no final de 1820 e tiveram início em 1821 as Cortes de Lisboa — uma instituição que passou comandar o império e pretendia elaborar uma Constituição sob a qual o rei estaria submetido. O povo não era indiferente a tudo isso”. O pesquisador explica que a adesão ao projeto da independência brasileira não nascia de um “nacionalismo”, mas sim de uma oposição a Portugal. “Grande parte dos grupos populares viam no rei uma entidade protetora contra os abusos das elites políticas e econômicas, que eram violentos e gananciosos no usufruto de sua mão de obra e de suas terras. Portanto, o retorno do

monarca e a proposta de uma Constituição eram bastante ameaçadoras para muitos, que passaram a ver nas Cortes — e, gradativamente, em Portugal — um inimigo”.

Apesar de frequentemente lembradas, essas grandes personalidades não foram as únicas a desempenharem papéis importantes no processo na independência. “A História ensinada em sala de aula muitas vezes foca nos grandes nomes, nas grandes figuras. Mas ensinar História não é apenas ensinar nomes e datas, é ensinar a refletir, a pensar criticamente”, enfatiza Neves. “A independência da época era a não sujeição de um povo a um processo, a uma lei — no caso, Portugal. E desse rompimento com Portugal participaram vários personagens desconhecidos: uma gama populares sem rosto e sem nome que também foram protagonistas da Independência”.

Negros e indígenas

O processo de independência não foi um processo homogêneo ou pacífico. Muitas províncias se declararam contra a separação de Portugal e vários conflitos

Embora o projeto da independência tenha sido articulado especialmente pela elite, é equivocado pensar que a população estava alheia aos acontecimentos.

eclodiram pelo país. Na Bahia, um violento combate se desenrolou entre 7 de setembro de 1822 e 2 de julho de 1823. Na região do Grão-Pará, a resistência contra o domínio imperial acabou deixando cerca de 1300 mortos, parte deles por asfixia no porão de navios capturados pelas forças de D. Pedro. Os conflitos se estenderam até meados de 1825.

Nessas batalhas, a participação de negros e indígenas foi fundamental. “Escravos baianos fugiam para voluntariar-se nas tropas, num misto de civismo e de busca pela liberdade pessoal”, explica Adriano Comissoli, professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). “No caso de indígenas, temos registro de participações, mas também de negativa em lutar e de manifestações favoráveis a D. João. Algumas dessas manifestações estiveram atravessadas por conflitos locais, como a defesa das terras indígenas frente à tentativa de invasão por grandes proprietários. Ou seja, a independência mesclava também antigas animosidades. No extremo sul do Brasil, os charruas apoiaram o projeto de José Gervásio Artigas (líder político, general militar e estadista da região do Río de la Plata, que lutou nas guerras de independência da América Latina contra os Impérios Espanhol Português) de criar uma Confederação dos Povos Livres e, por isso, se opuseram às forças portuguesas até 1820, quando foram vencidos”, continua.

Entre os indígenas, destaca-se a figura do guarani

Andrés Guacurary e Artigas, mais conhecido como Andresito. Filho adotivo José Gervásio Artigas, Andresito nasceu em São Borja (atualmente Estado do Rio Grande do Sul, Brasil) e cresceu na vizinha São Tomé (hoje Província de Corrientes, Argentina). Foi Comandante General das Missões, e destacou-se na tentativa de criar uma Confederação dos Povos Livres na região do extremo sul, que incluía não apenas indígenas, mas também escravos libertos (muitos libertados por ele) e população empobrecida. Combateu as tropas portuguesas em várias ocasiões, até ser finalmente capturado em 1819.

Revolução feminina

“Pela maior parte da história, o anônimo foi uma mulher”, escreveu a escritora inglesa Virginia Woolf. Na independência do Brasil não foi diferente. Muitas mulheres participaram ativamente, tomando parte até mesmo das batalhas. Contudo, a maioria permanece desconhecida até os dias de hoje.

Uma das poucas mulheres que conseguiu alçar seu nome aos livros de História foi Maria Quitéria de Jesus, ou simplesmente Maria Quitéria. Primeira mulher a fazer parte do Exército Brasileiro, a baiana teve que fingir ser homem e usar o nome do cunhado para conseguir entrar em uma batalhão. Denunciada pelo próprio pai, Maria Quitéria foi impedida de deixar as tropas pelo major Silva e Castro, que a considerava importante na luta contra os portugueses por sua facilidade com o manejo de armas e sua disciplina em batalha. Assim, a jovem passou

a usar seu nome verdadeiro, trocou o uniforme masculino por saias e adereços, e juntou-se oficialmente às tropas que lutavam contra os portugueses em 1822. Sua coragem em ingressar em um meio exclusivamente masculino inspirou outras mulheres, que se uniram às tropas e formaram um grupo comandado por Quitéria. Nesse batalhão, ela se destacou em vários combates, recebendo de D. Pedro a medalha de “Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro”.

Mas Quitéria não foi a única mulher na frente de batalha. A pescadora negra Maria Felipa de Oliveira liderou o povo liberto da região da Bahia para atacar e neutralizar as tropas portuguesas que teimavam em não deixar o Brasil após a independência. Maria Felipa se engajou na luta pela separação de Portugal e, com suas companheiras, utilizava de seus conhecimentos de pesca para patrulhar e sabotar os barcos portugueses que se aproximavam das praias. Sua principal arma era a astúcia. Muitas vezes, ela e as mulheres de seus grupos seduziam os soldados portugueses, apenas para conduzi-los até a praia, embebedá-los, despi-los, e então aplicar-lhes bofetadas de cansaço (planta que provoca sensação de queimadura na pele). Felipa exerceu uma forte liderança sobre a população pobre da Ilha de Itaparica, incluindo índios tupinambás e tapuias em seu grupo.

“É central perceber que a emancipação brasileira foi um contexto de oportunidades de lutar por liberdade e autonomia, seja para ampliá-la, garanti-la ou conquista-la”, aponta Costa. “Pensar na história da independência a partir das ações



“Maria Quitéria”, de Domenico Failutti. Reprodução

Figura 2. Maria Quitéria foi uma das muitas mulheres na frente da batalha durante a luta pela independência

coletivas também é oportuno para a atualidade, quando vemos direitos constitucionais sendo fragilizados. A cidadania foi reivindicada pela população que coletivamente se manifestou e protagonizou a independência, pensada em torno dos próprios conceitos e expectativas de liberdade, e que foi excluída por elites fundamentalmente escravistas”, finaliza.

Chris Bueno é jornalista, escritora, divulgadora de ciências, editora-executiva da revista Ciência & Cultura, e mãe apaixonada por escrever (especialmente sobre ciência)



“Ex-libris de Oliveira Lima”. Reprodução

Panfletos retratam um tempo de agitação política e batalhas no Brasil.

A informação circulava com velocidade, de mão em mão, de boca em boca e em vários formatos. Ora com linguagem erudita, ora em formato mais popular, em verso, em prosa, curtos ou longos, ora adotando um tom laudatório, ora difamatório, com textos assinados ou anônimos. Assim eram os panfletos e pasquins que circularam intensamente no Brasil oitocentista, se constituindo em um gênero de literatura política. Estudos recentes sobre este material

ajudam a explicar que a independência do Brasil foi um processo bem mais longo e complexo que envolveu atores mais variados do que alguns homens ao largo de um riacho em São Paulo pode supor. Homens letrados e iletrados, negros e mulheres que buscaram participar deste processo por meio de um punhado de folhetos distribuídos entre o século XVIII e o século XIX escreveram uma história ainda pouco conhecida pelos brasileiros.

Os “papelinhos”,

A voz das ruas no processo de independência

Em panfletos e pasquins que circularam no Brasil oitocentista homens letrados e iletrados, negros e mulheres escreveram uma história da separação de Portugal ainda pouco conhecida pelos brasileiros

por Patrícia Mariuzzo

“folhas volantes” ou “papeis incendiários”, como eram chamados, eram folhas soltas colocadas nas paredes e postes de locais públicos. Também eram lidos ou memorizados e declamados nos espaços das cidades. “Eles tiravam a política do estreito espaço de poder onde se movimentavam as autoridades régias, fazendo dela um assunto público”, explicam a historiadora Heloisa Starling e o senador Randolfe Rodrigues, no prefácio do livro “Vozes do Brasil: a linguagem política na independência”,

lançado no fim do ano passado pela editora do Senado e que reúne 21 panfletos políticos, publicados no Brasil e em Portugal entre 1821 e 1824.

Os textos abrangem eventos que animaram o debate público antes e depois da Independência, em lugares como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Grão-Pará. Segundo a historiadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marcela Telles Elian de Lima, os panfletos expõem os projetos em disputa no “calor da hora”. Por exemplo, na petição redigida por Joaquim Gonçalves Ledo dirigida a D. Pedro em junho de 1822. “Ao insistir na urgência em se convocar uma assembleia geral de representantes das províncias do Brasil, o texto dá conta de um projeto centralizado no Rio de Janeiro, em torno do Príncipe Regente ainda que considerasse a participação de deputados eleitos pelas províncias na elaboração de um conjunto de leis que contemplasse seus interesses”, aponta Lima, que também é uma das organizadoras do livro *Vozes do Brasil*.

Outro exemplo é o panfleto de autoria do negociante português João Rodrigues de Miranda, publicado no Maranhão, em 1822, no qual ele defende a manutenção da união entre Brasil e Portugal: “Fujamos das pérfidas sugestões da corrompida Côrte do Rio de Janeiro; mas reconheçamos outra Authority do que, a do Soberano no Congresso das Côrtes, e d’ElRei o Senhor D. João VI. Constitucional; respeitemos os seus sábios

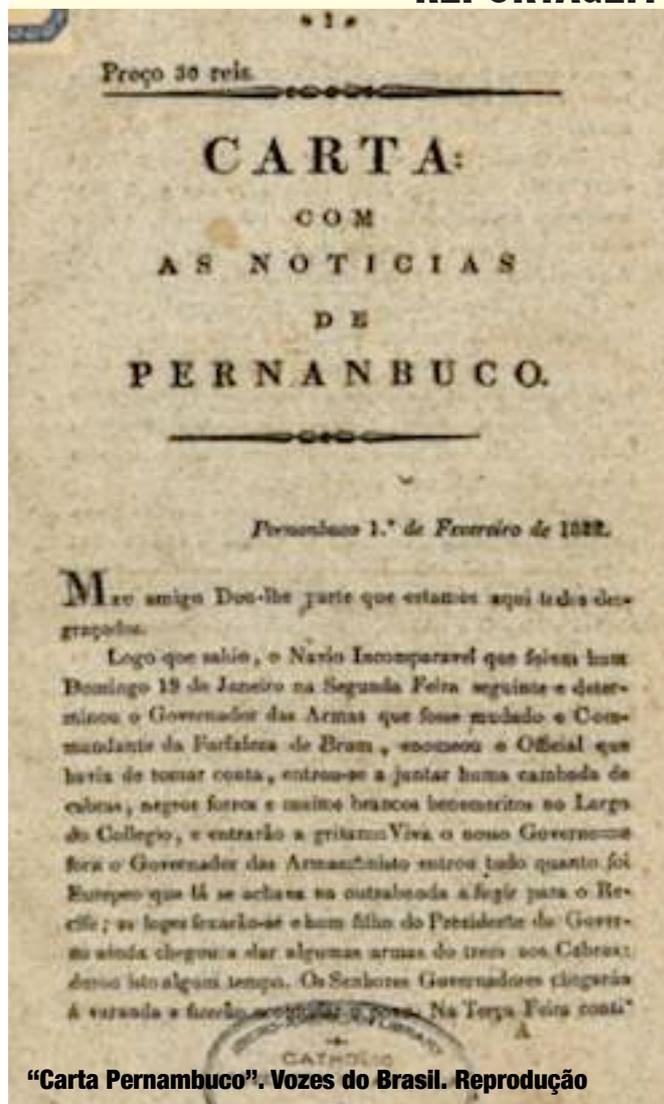
Decretos; juremos-lhe de novo a mais firme adesão”.

A profusão dos panfletos mostra ao mesmo tempo que as pessoas dos mais variados estratos sociais ansiavam por informação e também que queriam participar de alguma forma das discussões e das decisões sobre os rumos do país naquele momento. Eles eram um tipo de comunicação direta, simples e barata. “Com um panfleto na mão, qualquer pessoa, mesmo ainda mal iniciada na participação política,

ingressava rapidamente em um novo espaço de debate que transbordava dos círculos letrados para o ambiente das ruas, e se envolvia em longas discussões sobre os rumos de um Brasil ainda em formação”, afirmaram Rodrigues e Starling.

“Os panfletos oferecem informações acerca da conjuntura histórica e da sociedade da época – seus temas e preocupações mais imediatos”, explica Lima. “Quando são estruturados no formato abaixo-assinado ou manifesto, por exemplo,

o objetivo principal é a mobilização, ou seja, reunir diferentes setores da população em torno de uma demanda comum. Com o Manifesto do Epaminondas Americano, ao Soberano, e Independente Congresso Nacional em Cortes Gerais, o advogado português, Manuel Paixão dos Santos Zacheo – sob pseudônimo – expôs sua posição contrária a extinção do Convento de Nossa Senhora das Mercês, como determinado pela Junta Provincial. Mas, por trás desse fato, estava o combate ferrenho



“Carta Pernambuco”. *Vozes do Brasil*. Reprodução

Figura 1. Trecho da Carta com as notícias de Pernambuco endereçada aos leitores em Lisboa, de autor anônimo. Escrita em 1º de fevereiro de 1822, a correspondência apresenta o cenário desolador causado pelos violentos acontecimentos diários ocorridos na cidade após o dia 20 de janeiro, no contexto das lutas pela emancipação do Brasil.

ao governador do Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1818-1822) e seu sucessor e aliado o bispo dom Frei Joaquim de Nossa Senhora do Nazaré, responsável pela decisão, considerada arbitrária”, descreve.

É importante lembrar que se trata aqui de um país onde uma parcela muito pequena da população era alfabetizada. “A comunicação se efetivou por meio da oralidade. Era muito comum a leitura desses panfletos ser feita nas ruas e nas praças. A escrita dos panfletos era muito voltada para o oral”, conta Lucia Bastos Pereira das Neves, historiadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Esses matérias adquiriam formatos diversos: diálogos, discursos, catecismos ou até fazendo paródias de orações da Igreja Católica. “Assim era mais fácil chegar ao povo iletrado que repetia algumas informações com uma compreensão própria. Outra característica dos panfletos era seu caráter didático, com uma linguagem mais simples. Pode-se afirmar que havia uma pedagogia cívica nos panfletos”, afirma.

Múltiplas independências

Esta pedagogia buscava discutir e convencer as pessoas sobre diferentes projetos de emancipação do Brasil e mesmo sobre a manutenção da ligação com Portugal. Manifestações autonomistas brotavam por todo lado, em todas as províncias, e os panfletos retrataram isso. Eles ajudam a contar a história da separação de Portugal a partir de outros pontos de

vista que não o do Rio de Janeiro, revelando múltiplas independências. À época, o Brasil não era uma unidade homogênea de Norte a Sul, pelo contrário. Havia disputas entre as províncias. Muitas questionavam a autoridade de Portugal, mas também a centralização do poder no Rio. Daí que antes e depois da Proclamação da Independência por D. Pedro, em São Paulo, houve diversas lutas e guerras de independência.

“Em verdade, não havia Brasil, mas Brasís. A independência, inicialmente, era do centro-sul contra Portugal. Os próprios deputados portugueses assim comentavam. O Pará, Maranhão, Piauí e Bahia mantiveram-se unidos às ideias das Cortes de Lisboa de 1821 a 1822. Acreditavam que o Rio de Janeiro se transformara em uma nova metrópole. E que D. Pedro, ao desobedecer a algumas medidas das Cortes agia de forma autoritária, em confronto com a proposta liberal e constitucional das Cortes de Lisboa”, conta Neves. “Essas regiões só foram integradas ao Império do Brasil ao longo de 1823, depois de muitas guerras civis. Há ainda o caso de Pernambuco que

por algum tempo procurou se manter autônomo, sem se ligar a Portugal ou ao Brasil. E ainda há a questão da Cisplatina, em que encontramos uma corrente favorável à Independência do Brasil, outra ligada às Cortes de Lisboa e outra que queria a autonomia da Província”, complementa.

Com fortes relações comerciais com Portugal, a Bahia – Salvador em especial – tinha posição estratégica tanto para Lisboa quanto para o Rio de Janeiro. A disputa entre ambos pela província produziu um capítulo à parte no processo de Independência do Brasil, conforme descrevem Lima e Valquíria Ferreira da Silva em um dos capítulos do livro “Vozes do Brasil”. “Militares, magistrados, mas principalmente os comerciantes portugueses viam na relação com as Cortes a oportunidade em retomar a importância da capitania no interior do Império, após Salvador ter sido preterida pelo Rio de Janeiro como sede da Corte”, afirmaram as pesquisadoras. E estas disputas eram tema constante dos panfletos afixados nos lugares de grande circulação na capital baiana e também no Rio de Janeiro e em Lisboa. Elas se desenrolavam em manifestações feitas em formatos diversos, em réplicas e trélicas que ocupavam redatores, jornais e que agitavam a vida dessas cidades.

Não houve, portanto, um processo de emancipação amplo e unificado, por meio de um acordo amigável entre colônia e metrópole. Os vários projetos de separação que competiam entre si

Não houve, portanto, um processo de emancipação amplo e unificado, por meio de um acordo amigável entre colônia e metrópole.

adiaram a constituição do novo Império do Brasil. “A Independência do Brasil não se resume ao 7 de setembro, mas envolve um processo iniciado com o movimento constitucional de 1820, que pode ser considerado, em parte, finalizado em 1825 com o Tratado de Reconhecimento por parte de Portugal do novo Império”, escreveu a historiadora em artigo em que propõe uma outra abordagem da história da Independência do Brasil, para além das grandes personagens conhecidas pela historiografia, que possibilite trazer à tona os indivíduos muitas vezes esquecidos desse processo.

Múltiplos atores

Um exemplo de atores geralmente esquecidos quando se fala na independência do Brasil são os pretos e pardos. Animados pelos panfletos e pasquins que defendiam a separação do Brasil de Portugal, e acreditando que isso significaria também a sua liberdade, eles se organizaram em grupos para reivindicar a independência. “Para além do que já foi estudado pelo historiador João José Reis, o papel atribuído a um ‘partido negro’ no movimento da Independência, conforme relato de um informante francês, escrito provavelmente depois de 1823, era que este ‘partido dos negros e das pessoas de cor’ constituía-se como o mais perigoso, ‘pois trata[va]-se do mais forte numericamente falando’. Sem dúvida, em províncias com forte presença de escravos, seu comportamento frente à situação de conflito era contrário aos portugueses,



Acervo Biblioteca Nacional. Reprodução

Figura 2. Foto publicada no jornal Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, n.206, 7 set. 1922, p. 3. Nas comemorações do centenário da independência ainda prevaleceu uma narrativa baseada em grandes heróis.

que monopolizavam a venda de produtos básicos de subsistência, manipulando seus preços de acordo com seus interesses. Claro que muitos também se opunham à elite branca nascida no Brasil”, explica Lucia Neves.

Ainda segundo ela, nos folhetos não há muitas menções a escravos, mas notícias em jornais, cartas e documentos oficiais mostram que eles tentaram obter um

papel político mais claro na vitória dos favoráveis à “causa brasileira”, como na Bahia. Maria Bárbara Garcez Pinto, importante dama baiana, dona de engenhos na Bahia, casada com Luís Paulino d’Oliveira Pinto da França, deputado pela província da Bahia nas Cortes de Lisboa, ao lhe escrever, informava que: “a crioula da Cachoeira fez requerimentos para serem livres”, acreditando que de forma ordeira, podiam

ter uma intervenção maior na cena pública.

De outro lado, ao longo das guerras de independência, especialmente na Bahia, diversos escravos fugiram para se engajar nas forças brasileiras. “Acreditavam que, ao lutar pela liberdade do Brasil, podiam lutar também por sua própria liberdade. Vislumbravam um novo ‘horizonte de expectativa’. Inclusive, mais tarde, o governo imperial procurou recompensar esses homens, recomendando que seus senhores dessem sua alforria por meio de um pagamento justo com recursos da Junta Provincial da Fazenda”, complementa. Para ela, há muito ainda por descobrir por detrás desses rostos anônimos, embora alguns avanços foram realizados por estudos, como o já citado de João José Reis. Professor na Universidade Federal da Bahia, Reis é considerado uma referência mundial para o estudo da história e da escravidão no século XIX.

Os mesmos panfletos que animaram os escravos a se engajar nas lutas pela emancipação brasileira expressaram uma linguagem figurada que associava escravidão e a independência. Conforme explica Neves, o Brasil era visto como escravo de Portugal. “Nesse caso, a ideia fomentada inúmeras vezes por adeptos da causa portuguesa era a da possibilidade de uma revolução no Brasil nos moldes do Haiti, caso se configurasse a sua separação da antiga metrópole”, conta. Em 1804, uma revolta de escravizados conseguiu expulsar os franceses de uma de suas possessões mais rentáveis, decretar a Independência do

Haiti e proclamar o liberto Jean-Jacques Dessalines “imperador”.

Anônimos da independência

Nos debates e discussões que os 200 anos da independência do Brasil suscitam, os panfletos, pasquins e seus redatores, anônimos ou não, revelam atores e processos originais no processo de separação de Portugal. Eles ajudam a contestar as narrativas que têm como foco grandes heróis como José Bonifácio, Diogo Feijó, a Imperatriz Leopoldina e, sem dúvida, D. Pedro.

Conforme explica Lucia Neves, essa narrativa vem do contexto da historiografia do século XIX, em que a figura do herói assume um papel fundamental nos relatos históricos. “Era o tempo das biografias em que o papel do indivíduo se sobressaía em proveito de abstrações ou de coletividades anônimas, em relatos, muitas vezes, minuciosos, mas lineares”, aponta. A historiadora destaca alguns trabalhos dentro desta

Registradas nos panfletos, a voz das ruas mostra que o processo de independência do Brasil foi mais complexo e longo do que o grito de independência às margens do Riacho Ipiranga pode fazer supor.

linha interpretativa, o de Pereira da Silva, História da fundação do império brasileiro, o de Francisco Adolfo Varnhagen, História da Independência, publicado após sua morte, em 1916 e outros livros que continuam com essa visão no século XX: A vida de Pedro I, de Octávio Tarquínio de Sousa (1952), ou A vida de D. Pedro I: o rei cavaleiro, de Pedro Calmon (1943). “Apesar de consagrados na historiografia, apresentam perspectivas mais lineares e de exaltação ao herói nacional. Talvez, o primeiro trabalho que começou a modificar um pouco essa abordagem foi o de Manuel de Oliveira Lima, O movimento da independência (1922). A ruptura acontece com os novos trabalhos oriundos da pós-graduação dos anos 90 do século XX”, esclarece.

Registradas nos panfletos, a voz das ruas mostra que o processo de independência do Brasil foi mais complexo e longo do que o grito de independência às margens do Riacho Ipiranga pode fazer supor. “Da participação de vários segmentos no processo de independência, devemos pensar que uma sociedade política só pode ser formada e organizada com a participação efetiva e consciente de cada cidadão. Acredito que esse aspecto deva ser levado em conta nas próximas eleições em 2022. Há 100 anos deixamos de ficar sujeitos a uma metrópole. Agora, devemos não estar sujeitos a notícias falsas e a visões providencialistas. Devemos pensar criticamente o presente e votar de acordo com nossa consciência cidadã”, finaliza

Patricia Mariuzzo é divulgadora de ciência, editora do Jornal da Unicamp.



“O Primeiro Passo para a Independência da Bahia”, de Antônio Parreiras. Reprodução

A Bahia foi uma região marcada pela resistência e por diversos conflitos

As guerras da independência

Longe de ser um processo pacífico, a Independência do Brasil foi repleta de revoltas, motins e levantes por todo território

por Chris Bueno

Um príncipe, um grito, e um país declarado independente. Ao contrário da narrativa oficial que predomina nos livros e nas aulas de história, a Independência do Brasil não se consolidou no 7 de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga. Tampouco foi um processo homogêneo, definitivo e pacífico. Ao contrário: foi complexo e repleto de lutas nas diferentes regiões do território.

O estabelecimento da corte portuguesa no Brasil ocasionou uma série de mudanças, como a abertura dos portos às nações amigas, a criação de novas instituições, e uma maior autonomia e unidade para a colônia. Por outro lado, também acarretou o aumento

dos impostos e a interferência direta na administração da capitania, além de estabelecer uma maior repressão contra as mobilizações populares.

Isso levou a uma crescente insatisfação na colônia — tanto das elites, quanto dos populares. O resultado foi uma série de revoluções que eclodiram pelo país, conhecidas como as Guerras pela Independência, que persistiram até meados de 1825. “De fato, em 1821 e 1822, antes de setembro, havia muita tensão política. As províncias podiam escolher atender os decretos das Cortes de Lisboa ou os do príncipe-regente. Através de jornais e de cartas oficiais ou particulares, os integrantes de diferentes

províncias procuravam convencer os moradores delas ou de outras a aderir a esse ou aquele projeto político”, aponta Adriano Comissoli, professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A primeira delas, que antecedeu a Proclamação da Independência, foi a Revolução Pernambucana de 1817 — um movimento de caráter separatista, republicano e liberal. O movimento foi o único do período colonial que atingiu a tomada do poder, levando a capitania de Pernambuco a declarar sua separação do Brasil e a proclamar uma república.

A repressão foi violenta: 14 revoltosos foram executados (a maioria enforcada e esquartejada), e centenas morreram em combate ou na prisão.

“A Revolução Pernambucana é um movimento muito forte no Nordeste em 1817”, explica Paulo Pinheiro Machado, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “É um movimento federalista em que se desenhava outro tipo de Estado, republicano, com a separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário para evitar a centralização de poder”.

Revoltas, motins e levantes

A Proclamação da Independência, no entanto, não acalmou os ânimos. Muito pelo contrário: vários grupos tomaram posições variadas, aumentando a tensão através do território. O site Impressões Rebeldes, do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), lista 24 ocorrências entre 1820 e 1824, classificadas como revoltas, motins e levantes. “Sobre as lutas da independência é importante considerar o quanto foram variadas. Não apenas houve batalhas contra tropas portuguesas, mas também revoltas, lutas pelo poder local, motins, e muitas intimidações por parte das forças militares”, afirma Comissoli. “Em resumo, podemos falar de guerras entre o Rio de Janeiro e forças leais a Lisboa, revoltas locais, motins e guerras separatistas”, continua.

A Bahia foi um dos locais mais conflituosos. Na região, os tumultos aumentam em 1822 com a Carta Régia que substituiu o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, governador das armas da Bahia, pelo português Inácio Luís Madeira de Melo. Após uma fracassada tentativa de acordo entre a Junta Provisória e a Câmara de Salvador, as tropas entram em choque. Salvador é então cercada pelo exército português, e dezenas de famílias e soldados brasileiros deixam a cidade rumo às vilas do Recôncavo Baiano. Lá, tropas de voluntários — formadas especialmente por escravos fugidos — se reúnem para compor uma armada que organiza a resistência em solo baiano. Nos meses seguintes, várias batalhas são travadas por terra e mar, com características de guerra civil. O ponto máximo é alcançado nos meses de maio e junho de 1823, quando as tropas brasileiras cercam Salvador e expulsam os portugueses da região, no dia 2 de julho.

“O recôncavo baiano foi um local de disputas muito violentas, onde chegou a se

Não apenas houve batalhas contra tropas portuguesas, mas também revoltas, lutas pelo poder local, motins, e muitas intimidações por parte das forças militares.

formar um segundo exército, composto por escravos fugidos, que cercaram a capital Salvador e expulsaram os portugueses”, aponta Machado. “Essas lutas baianas são consideradas fundamentais para a consolidação da ideia de unidade do território brasileiro”.

No Piauí, enquanto as autoridades se opunham ao novo governo, vários grupos apoiavam o projeto de D. Pedro. A província era controlada pelo governador e major português João José da Cunha Fidié, que tinha a missão de manter o norte da ex-colônia fiel à Coroa Portuguesa. No entanto, pouco mais de um mês após o Grito do Ipiranga, as cidades de Parnaíba e Oeiras declaram sua adesão ao projeto da independência. Fidié parte para reprimir o movimento rebelde, quando é surpreendido por uma coluna de piauienses, maranhenses e cearenses às margens do Rio Jenipapo, em Campo Maior. É aí que se trava, no dia 13 de março de 1823, um dos confrontos mais sangrentos das Guerras da Independência: a Batalha do Jenipapo. Armados com espingardas, facões, machados, foices, e até paus e pedras, os rebeldes enfrentam os bem armados soldados de Fidié. Em poucas horas de embate, entre 200 e 400 brasileiros são mortos. Apesar da grande baixa, os rebeldes conseguem debandar, levando ossuprimentos portugueses. As tropas lusitanas são obrigadas a recuar para o Maranhão e os rebeldes conseguem dominar a província. Fidié acaba preso, enviado ao Rio de Janeiro e deportado para Lisboa.

E a guerra continua

Algumas províncias desfrutavam de uma relação privilegiada com Portugal — e, por isso, resistiram mais para aderir ao projeto da independência. Esse é o caso do Maranhão e do Grão-Pará.

A elite maranhense possuía uma série de vantagens quanto a exportação, a manutenção da escravidão e as relações políticas ligadas aos portugueses — daí o desejo em manter os vínculos com Portugal. No entanto, o interesse do Império era manter a unidade do território. Assim, nos primeiros meses de 1823, tropas organizadas a partir do Ceará e do Piauí invadiram o Maranhão. A capital São Luís foi cercada por mar e ameaçada de destruição até se render no dia 28 de julho.

Do mesmo modo, o Grão-Pará também possuía uma forte ligação com os comerciantes portugueses. Havia ainda a vantagem da distância e a navegação, bem mais segura e rápida para Lisboa do que para o Rio de Janeiro, o que facilitava o comércio e as relações com Portugal. Entretanto, após a Independência do Brasil, a relação da Província com as Cortes de Lisboa ficou estremecida. A elite paraense e o recém-criado império brasileiro começam a pressionar a capitania para que aderisse à independência. Então, até que D. Pedro envia o militar inglês John Grenfell para intimar as autoridades pela adesão. Para cumprir sua missão, o militar envia um ofício alertando que a cidade está sitiada e será invadida se as autoridades civis, militares e eclesiásticas não aderirem à independência. O episódio não passa de um blefe porque,



“Combate entre rebeldes e legalistas na luta dos Afogados”, de Leandro Martins. Reprodução

Figura 1. Exército do Império do Brasil ataca as forças confederadas no Recife, em 1824, no contexto da Confederação do Equador, principal reação contra a política centralizadora de D. Pedro

na verdade, o capitão inglês tinha apenas uma esquadra. Sem saber da mentira de Grenfell, as autoridades do Grão-Pará assinam a adesão à independência no dia 15 de agosto de 1823.

Mas a adesão da capitania não foi assim tão simples. Um dos pontos de maior conflito foi o fato de que a elite poderia manter seus títulos e propriedades ao assinar um documento jurando fidelidade a D. Pedro. “No Pará a guerra de independência é um conflito entre brasileiros fiéis a Portugal e brasileiros fiéis ao Império, enfim uma guerra civil entre brasileiros”, explica Vitor Izecksohn, professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim, apenas três meses após a adesão, eclodiu uma revolta das tropas paraenses em Belém, lutando por direitos iguais. O movimento foi duramente reprimido, e 256 paraenses foram confinados no porão do navio São José Diligente e morreram asfixiados, sufocados ou até mesmo fuzilados.

“A região do Grão-Pará é uma região de forte ligação com a Portugal, especialmente comercial. Os portugueses dominavam o mercado de trabalho e tinham a soberania do comércio de retalho (como

era chamado o comércio de varejo). Após a independência, começam a surgir vários movimentos anti-lusitanos e contra o monopólio dos portugueses no comércio”, aponta Machado. “Adeptos da causa portuguesa ou brasileira, os negociantes portugueses se tornariam um dos principais alvos das camadas insatisfeitas com a situação política, econômica e social da Província. Eles eram vistos como contrários aos interesses da maioria da população composta de indígenas, negros e mestiços”.

A última província a se tornar independente foi a Cisplatina. A região sempre foi marcada por conflitos, sendo inicialmente disputada por Portugal e Espanha, e depois entre Brasil e Buenos Aires. Durante o processo de independência brasileira, a Província da Cisplatina fazia parte do território do Brasil — mas isso não apaziguou a situação na região do Rio da Prata. “A região oriental do Rio da Prata era muito cobiçada pela sua localização estratégica e pelo seu potencial econômico, e foi incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821. Mas a criação da Cisplatina e a sua incorporação ao território brasileiro foram motivos de muita polêmica e muitos conflitos na região



“Morte do Coronel Brandsen durante a batalha de Ituzaingó”, de Augusto Ballerini. Reprodução

Figura 2. A Cisplatina foi uma região marcada por conflitos

entre o Brasil, Buenos Aires e o Uruguai”, aponta Izecksohn.

Em 1825, o militar e político Juan Antônio Lavalleja liderou uma rebelião contra o Brasil para anexar a Cisplatina à Província Unida do Rio da Prata (atual Argentina). Para o império brasileiro, a manutenção territorial do Brasil era fundamental. Assim, D. Pedro enviou tropas para a área, mas suas ações serviram apenas para agravar os ânimos. As tropas brasileiras foram derrotadas e o Brasil perdeu a Província da Cisplatina. Mais tarde, o país concordou em participar da Conferência Preliminar da Paz, que estabeleceu o cessar-fogo e a separação da Cisplatina, que por fim obteve sua independência e se tornou a República Oriental do Uruguai.

Exército de negros, indígenas e mulheres

Os diversos episódios do processo da Independência do Brasil contaram com a participação de representantes de todas as raças, classes e gêneros. Ainda que

com interesses e motivos variados, não é possível negar a contribuição das camadas populares, negros escravizados e libertos (ou até mesmo fugidos), indígenas, sertanejos e mulheres. A maioria das revoltas, motins e levantes que ocorreram através do território nacional tiveram caráter fortemente popular, emancipacionista e democrático.

Além disso, houve forte presença dessas camadas no exército. Porém, o recrutamento era um assunto um tanto controverso. Por um lado, era temido e repudiado pela população mais pobre,

A maioria das revoltas, motins e levantes que ocorreram através do território nacional tiveram caráter fortemente popular, emancipacionista e democrático.

pois significava o afastamento das atividades econômicas e sociais. Por outro, era negado aos escravos. “Apesar da forte presença de negros e mestiços, o serviço militar brasileiro não era aberto a escravos”, explica Izecksohn. “A Constituição Imperial garantia os direitos de propriedade, e como propriedade os escravos não podiam ser oficialmente expropriados: seja pelo governo imperial, seja pelos governos provinciais. Consequentemente o alistamento estava aberto somente para aqueles que possuíam liberdades civis ou para escravos libertos para defender o Estado sob condições excepcionais. Por outro lado, havia muito debate sobre quais eram essas condições excepcionais. Além disso, a escassez de soldados fazia com que o exército acabasse recorrendo a essa população de negros (libertos ou até mesmo fugidos) e de índios”.

O processo da independência brasileira foi longo e árduo. Segundo os pesquisadores, é ainda um projeto em construção. “As pessoas perguntavam-se muito sobre o país e a sociedade que queriam e propunham caminhos para construí-la. Este é um exercício de política que precisamos retomar e praticar constantemente: pensar o futuro e os modos de alcançá-lo”, propõe Comissoli. “A importância da constituição, da separação dos poderes e do respeito às leis legítimas igualmente se destacam no período. E também a participação de diversos setores da sociedade”, finaliza.

Chris Bueno é jornalista, escritora, divulgadora de ciências, editora-executiva da revista *Ciência & Cultura*, e mãe apaixonada por escrever (especialmente sobre ciência)



“Nota de Cr\$ 200,00”. República Federativa do Brasil. Reprodução

Nota de 200 cruzeiros com a imagem do imperador D. Pedro I. A moeda em sua primeira fase circulou de 1942 a 1967, quando foi substituída pelo Cruzeiro Novo (NCr\$)

O grito que custou uma dívida

Empréstimos internacionais, disputas internas e uma política baseada primariamente no agronegócio marcaram um Brasil que ainda reproduz desigualdades econômicas e sociais

por Ana Augusta Odorissi Xavier e Rafael Revadam

A narrativa mais presente nos livros de história, em órgãos do Governo Federal e até mesmo em telenovelas é a representação da Independência do Brasil como a autonomia e liberdade do país. Enquanto o fato heroico é de conhecimento geral, os números que cercam este período são pouco explorados. Com o famoso grito de D. Pedro, o Brasil também ganhou o começo de uma eterna dívida externa. Será que hoje, econômica e socialmente, o país está tão longe de seu passado monárquico?

Para entender o processo de Independência é

necessário olhar para a gestão política daquele período. É o que aponta Carlos Gabriel Guimarães, professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). “A questão que envolve a independência é uma tensão que vai crescer justamente depois de 1815”, revela, referindo-se ao ano em que o Brasil foi elevado à condição de reino. “Cada vez mais, para muitos, havia uma diferenciação entre os portugueses que se estabeleceram no estado do Brasil, ainda mais com a vida da Corte para o Rio de Janeiro, e os portugueses no Reino. Essa tensão vai levar o Brasil ao

processo de Independência. E ao contrário do que se fala, ela não foi nada pacífica. O que chama a atenção também foram os custos para essa independência: é bom lembrar que o Brasil, para ter o reconhecimento internacional, teve que celebrar alguns acordos financeiros, como empréstimos estrangeiros”, detalha o especialista.

Entre 1824 e 1825, o Brasil já estava devendo à Inglaterra mais de quatro milhões de libras esterlinas da época. A equação da dívida era clara: para ser visto internacionalmente como independente, o Brasil teve que pagar dívidas com o

reino de Portugal referentes ao período colonial. Para isso, recorreu a empréstimos em bancos ingleses.

Guimarães aponta que a independência não só trouxe problemas financeiros ao país como acirrou um cenário econômico defasado. Isso porque, quando a família real voltou a Portugal em 1821, ela simplesmente limpou todas as reservas do primeiro banco português com sede no Rio de Janeiro, o Banco do Brasil. Desta forma, o Brasil independente nasceu com mais dívidas do que dinheiro em caixa.

“A problemática da gestão pública brasileira começou com a nossa independência, esse é o grande problema: nós tivemos que pagar para sermos independentes”, pondera Guimarães. “Agora, o interessante é que ficamos independentes de Portugal politicamente, mas culturalmente e economicamente ainda mantivemos relações. E o que levou essa parceria comercial entre Portugal e Brasil ser tão apagada [na história]? Foi apagada pela própria questão de se construir uma memória do Brasil independente”, conclui.

Economia rural e segregação urbana

Para Marcelo Gomes Ribeiro, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Observatório das Metrôpoles, um grupo de estudos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), é importante compreender como era a renda e a estrutura social do Brasil no período de independência e nas décadas seguintes. Na época, o país era essencialmente rural, e se organizava a partir da existência de alguns centros urbanos importantes, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, então a capital do país. “Era uma estrutura social baseada no trabalho escravo, que tinha uma elite branca com o poder político e econômico, que constituía seu nível de renda principalmente a partir da atividade de exportação do café, o principal produto de exportação brasileiro. Uma elite com muito poder, assentado nessa exportação do café e que se desdobrava em outras atividades mercantis existentes na

cidade, mas que também se viabilizavam a partir do trabalho escravo”.

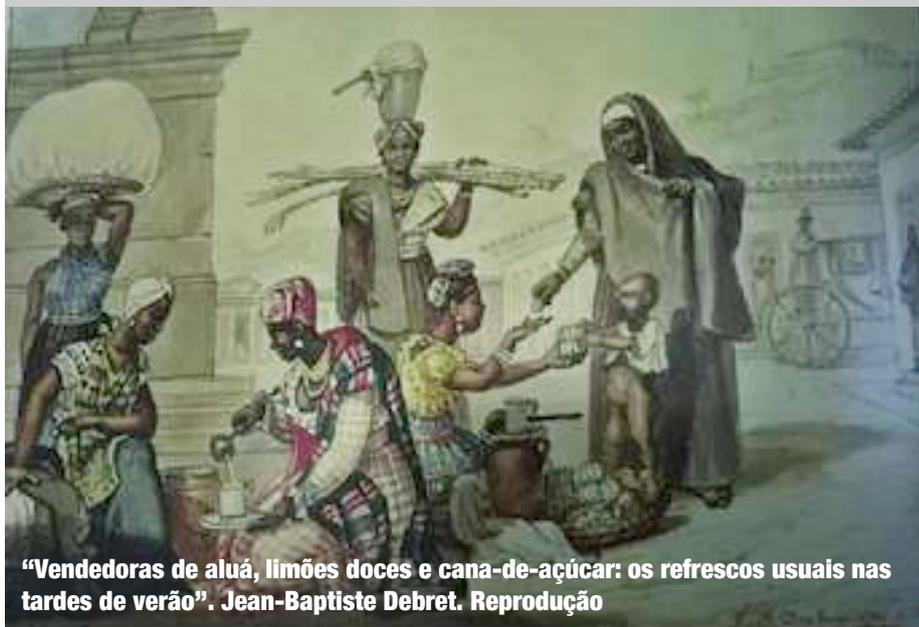
O processo de independência, no entanto, não provocou nenhuma alteração significativa nessa organização econômica e social baseada na relação de subordinação da população negra escravizada. As mudanças começaram a aparecer apenas décadas depois, com a abolição da escravidão, mas não foram necessariamente positivas. “É uma abolição em que os negros deixam de ser escravos, mas não se constitui ali uma condição de cidadania plena para esses negros libertos. Isso significa que eles se tornam libertos, mas sem nenhum direito, nenhuma garantia e nenhuma possibilidade de sustentação das suas vidas”, explica Ribeiro.

O vácuo de recursos e garantias pós-abolição teve implicações em diversos aspectos da vida da população negra. Isso refletiu em uma segregação urbana, com os recém-libertos sendo obrigados a buscar moradia nas periferias das cidades. Além disso, eram considerados pela elite apenas aptos a exercerem trabalhos de escravizados, sendo ainda desprovidos de qualquer direito como cidadão. Essa segregação urbana se assentou de vez no século seguinte, com a política de industrialização que começou nos anos 1930 e se intensificou a partir dos anos 1950. Houve um

A problemática da gestão pública brasileira começou com a nossa independência, esse é o grande problema: nós tivemos que pagar para sermos independentes.

crescimento exponencial das cidades e a formação dos grandes centros urbanos que conhecemos hoje, mas que não conseguiram incorporar toda a população nessa dinâmica modernizante. Boa parte das pessoas que passou a viver nestas metrópoles não tinha acesso a trabalho formal e nem a habitação de qualidade, e novamente acabou por se instalar nas periferias das cidades. “Essas periferias passam a ter uma expressão social por serem lugares desprovidos da infraestrutura e dos serviços urbanos necessários para reprodução da vida da cidade”, finaliza Ribeiro.

A estrutura social do país e o cenário de segregação urbana e das condições de trabalho, sobretudo da população negra, não mudaram muito da abolição para cá. Dados do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil feito em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontaram que pretos ou pardos representavam 64,2% da população desocupada no país e 47,3% trabalhavam no mercado informal. Além disso, o rendimento médio mensal das pessoas pretas ou pardas (R\$ 1.608,00) era cerca de 74% inferior ao de pessoas brancas (R\$ 2.796,00). As condições de moradia também são piores para esta população, com 44,5% de pretos e pardos vivendo em domicílios com a ausência de pelo menos um serviço de saneamento



“Vendedoras de aluá, limões doces e cana-de-açúcar: os refrescos usuais nas tardes de verão”. Jean-Baptiste Debret. Reprodução

Figura 1. A falta de recursos e políticas de garantia de direitos impactou diretamente na segregação e no empobrecimento da população negra após a abolição da escravidão

básico em comparação com 27,9% da população branca.

Uma cadeia produtiva, ontem e hoje

Além da estrutura social desigual que se desencadeou com esse modelo de produção baseado na produção agrícola — o agronegócio — especialistas também afirmam que a reprodução deste modelo econômico dedicado ao setor rural é uma herança negativa da independência, que prejudica

O vácuo de recursos e garantias pós-abolição teve implicações em diversos aspectos da vida da população negra.

o desenvolvimento e a autonomia do país. “Se você olhar bem essa estrutura agro exportadora atual, ela não é distribuidora de renda, não é distribuidora de tecnologia e não permite uma ampliação da cadeia estrutural. Enquanto continuarmos assim, o Brasil vai continuar do jeito que está: assimétrico, desigual e racista”, alerta Guimarães.

Em setembro de 2021, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), divulgou um dossiê para denunciar as políticas governamentais dedicadas ao agronegócio e, conseqüentemente, uma falta de retorno econômico e desenvolvimentista. Intitulado O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo isso, o documento alerta que o mercado rural se beneficia de leis e políticas públicas, mas não dá o retorno proporcional aos caixas governamentais correspondentes aos



“Café”. Cândido Portinari. Reprodução

Figura 2. A estrutura social desigual que se desencadeou com o agronegócio é uma herança negativa da independência, que não favorece a distribuição de renda e prejudica o desenvolvimento e a autonomia do país

benefícios que recebe. Ou seja, é um mercado que se utiliza de recursos públicos sem a devida contrapartida, beneficiando unicamente a cadeia privada.

Para Guimarães, o Brasil tem potencial de ter autonomia econômica, por conta do seu capital humano e ser um país rico em matéria-prima, mas isso não é suficiente se a hegemonia da política econômica agrária exportadora continuar. “A primeira coisa necessária é uma nova política ambiental, uma política industrial voltada à tecnologia e ligada ao meio ambiente. Porque existe a questão da extração de produtos da Amazônia, produtos locais com alto valor agregado. Se você exportar cacau da Amazônia, castanhas, rende muito mais por hectares do que qualquer boi. Agora, não é isso que nós estamos vendo”.

Dívida externa versus dívida interna

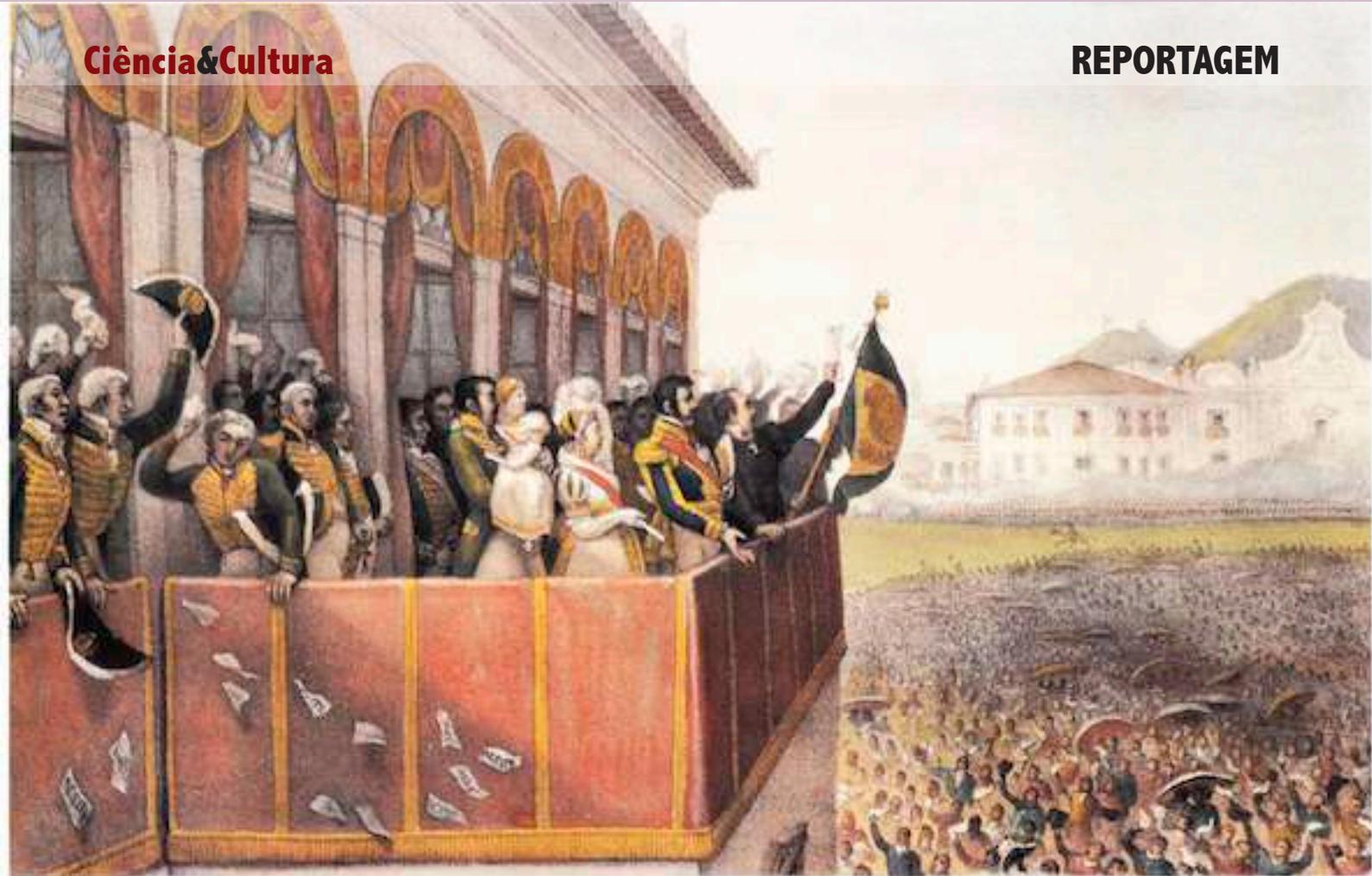
Segundo Ribeiro, todo país que faz parte do mercado econômico mundial acaba tendo algum tipo de dívida externa, por conta das relações que se estabelece com outro país. A questão é em qual moeda essa dívida foi realizada. “Nós tivemos um período em que a dívida externa brasileira foi altamente problemática para todo o processo de desenvolvimento econômico do país, entre os anos 1980 e o começo dos anos 1990, porque grande parte da dívida do país era estrangeira. E a dívida externa tem que ser paga em moeda internacional — no caso, o dólar. Não ser uma moeda emitida por nós torna o pagamento muito complicado, porque requer a obtenção de dólares para poder fazer frente

ao abatimento da dívida. Essa foi uma dívida contraída pelos governos militares na década anterior e, por conta do aumento da taxa de juros que o Banco Central dos Estados Unidos realizou no final dos anos 1970, acabou comprometendo a nossa capacidade de pagamento.”

Ribeiro aponta ainda que o Brasil hoje possui uma situação bem mais confortável em relação à sua dívida externa. “Atualmente, temos uma dívida externa muito pequena em relação às reservas cambiais que possuímos. Desde meados da primeira década do século XXI, ainda no Governo Lula, o país conseguiu manter reservas cambiais suficientes que pudessem servir, inclusive, como garantia para a realização de investimentos estrangeiros no país. O que passou a ter, e aumentou, foi uma dívida interna, que é tema de debates nos últimos tempos por seu tamanho. Mas essa é uma dívida feita em moeda nacional, que nós temos soberania”.

Ana Augusta Odorissi Xavier é profissional de pesquisa no Departamento de Ciência de Alimentos e Nutrição, já tendo atuado como pesquisadora do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes no Laboratório de Química de Alimentos, e também divulgadora científica, sendo organizadora do projeto Meninas SuperCientistas, que visa estimular meninas na ciência em prol da igualdade de gênero.

Rafael Revadam é jornalista e divulgador científico, atua na revista ComCiência e no podcast Oxigênio, e estuda as mudanças do jornalismo científico com a pandemia da covid-19.



“Aclamação de D. Pedro I, primeiro imperador do Brasil” de Jean Baptiste Debret. Reprodução

No Brasil, o processo de independência se diferenciou do restante da América Latina

Tudo em aberto e em disputa

Sobre o longo processo das independências latino-americanas, com batalhas impulsionadas por ressentimentos e mudanças de posições, qualquer generalização é arriscada.

por Mariana Garcia de Castro Alves

José de San Martín, líder dos movimentos de independência da Argentina, do Chile e do Peru, defendendo a monarquia? Espanhóis a favor da emancipação política? Indígenas no sul do Chile a favor da Espanha? Estranho, não é? Sim, mas a história, especialmente essa

das independências latino-americanas, é feita de fatos aparentemente inusitados que são explicados por ela.

“As batalhas pela independência na América Latina assumiram dinâmicas muito variadas, a depender da região e do período”,

afirmam Gabriela Pellegrino Soares, professora de História da América Independente, e Rafael Dias Scarelli, doutorando em História Social, ambos da Universidade de São Paulo (USP) e organizadores do recente dossiê *Independências Latino-Americanas* da Revista



“A Revolução de Maio”, de Francisco Fortuny. Reprodução

Figura 1. Enquanto no Brasil a independência foi idealizada por um monarca português, em outros países da região ela se deu por lutas revolucionárias

da USP.

Tudo estava em aberto: as fronteiras dos novos Estados, o regime político a se adotar, a manutenção ou não do escravismo... E tudo estava em movimento: cada grupo defendia suas aspirações, mas suas posições não eram estanques.

Diferenças e semelhanças

No início do século XIX, movimentações políticas na Europa abrem caminho às independências latino-americanas. Os exércitos napoleônicos invadem Portugal, obrigando a fuga da corte real para o Brasil. Napoleão invade também a Espanha: o rei Fernando VII é deposto e José Bonaparte, irmão de Napoleão, é colocado em seu lugar. Assim, as invasões promovidas pela França, que tem como consequência a fragilização política de Portugal e Espanha,

auxiliam as independências na América Latina.

Segundo Soares e Scarelli, assim como a escravidão no Brasil que demorou 66 anos para ser abolida (1888) após a Proclamação da Independência (1822), algumas instituições herdadas do período colonial também demoraram a ter fim na América espanhola. “Ainda que as guerras de independência tenham sido decisivas para a abolição da escravidão naqueles países, diante da necessidade de mobilizar os escravizados para

As batalhas pela independência na América Latina assumiram dinâmicas muito variadas.

a luta e da impossibilidade de fazê-lo sem a promessa de alforria, em muitas nações a abolição só foi consumada em meados do século XIX”, contam.

Com relação ao regime de governo, embora a monarquia tenha se estabelecido como regime político estável apenas no Brasil, ela também foi cogitada em outros países do continente. Lideranças como os argentinos San Martín e Bernardo Monteagudo, que participaram dos processos independentistas do Chile e do Peru, a defendiam. A monarquia chegou mesmo a entrar em vigor no México. “Tanto para o Brasil quanto para os outros países da região estava dado o desafio de construir uma nova ordem, mas essa construção não se dava no vazio”, afirmam Soares e Scarelli.

Grupos em disputa

Um dos motivos que permitiram as independências foi o ressentimento experimentado pelos descendentes de espanhóis nascidos no continente. Isso porque as posições mais altas na burocracia colonial e na hierarquia eclesiástica eram dadas aos espanhóis nascidos na Europa. Já os “criollos”, como eram chamados os descendentes de espanhóis nascidos na América, ficavam sempre com as piores colocações. Com o tempo, a divisão foi se aprofundando.

Líderes “criollos”, como

Simón Bolívar, membro de uma rica família de fazendeiros de cacau venezuelanos, tiveram destaque na formação e condução de exércitos para lutar militarmente contra a metrópole. Mas na Argentina, por exemplo, assumiram uma posição “dúbia”. Em Buenos Aires, a princípio, juravam fidelidade ao rei, que estava prisioneiro dos franceses. Porém, aproveitaram a oportunidade para formar a “Primera Junta” na cidade, processo conhecido como Revolução de Maio, de 1810, que expulsou o vice-rei espanhol e formou um novo governo.

Os “criollos” não foram os únicos a assumir protagonismo nesse processo, explicam Soares e Scarelli: “em diversas porções da América Latina, a mobilização popular foi um elemento fundamental para o desenrolar e desfecho das lutas emancipacionistas”. Os historiadores apontam que alianças com outros grupos foram decisivas, a exemplo das Rebeliões de Cusco (Peru), em 1814, lideradas pelos irmãos Angulo e pelo cacique Mateo Pumacahua.

Uma diversidade em ação

Nem sempre os criollos foram emancipacionistas. Na verdade, nenhum grupo tinha uma posição homogênea: “Criollos, indígenas e mestiços, afro-americanos e nem mesmo os espanhóis peninsulares tomaram



“Proclamação e juramento da Independência do Chile”, de Pedro Subercaseaux. Reprodução

Figura 2. As guerras de independência se arrastaram por um longo período na América espanhola

posições unívocas nas guerras de independência, em todas as porções da América espanhola”, atestam os pesquisadores.

Em Lima (Peru), por exemplo, houve uma grande adesão à manutenção dos laços com a metrópole por parte dos “criollos” que ainda estavam sob o impacto da revolta indígena de Túpac Amaru II, ocorrida em fins do século XVIII. Além disso, havia o sentimento de nostalgia de uma época em que o vice-reino peruano abarcava toda a América do Sul de colonização espanhola.

Não houve uma unidade tampouco um consenso que permeasse as independências aqui na América.

Os indígenas — que entraram em cena não só como combatentes, mas também como lideranças — aderiram militarmente à causa realista na região conhecida como “Araucanía”, no centro-sul do Chile. Segundo a historiadora norte-americana Florencia Mallon, desde fins do século XVII, os mapuches, graças ao seu poder militar, conseguiram obter da Coroa espanhola o reconhecimento de sua fronteira, o que os fazia aderir ao “status quo” de então. “Por outro lado, camponeses indígenas e mestiços formaram o grosso das fileiras insurgentes que atenderam ao chamado do padre Miguel Hidalgo, no México, e foram ao campo de batalha sob o estandarte da Virgem de Guadalupe”, ou seja, lutaram pela independência.

Se os grupos mudavam de posição conforme a região ou o período histórico, as “ideologias” também

mudavam no decorrer da vida de cada um. Bernardo Monteagudo, político tucumano que participou nos processos independentistas no Rio da Prata, Chile e Peru, apresenta posições radicais na juventude, mas tornou-se apoiador da monarquia e da exclusão indígena do universo político em uma fase posterior, conforme aponta a historiadora Maria Ligia Coelho Prado em seu artigo "Esperança radical e desencanto conservador na independência da América Espanhola".

"Não houve uma unidade tampouco um consenso que permeasse as independências aqui na América", concorda Anderson Prado, doutor em história latino-americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). "Claro que não quer dizer que os atos independentistas ocorreram sem organização. Pelo contrário, foi preciso arregimentar a massa em maior ou menor participação para que se obtivesse sucesso nesses processos", continua.

Batalhas e heróis

Na América espanhola, as guerras de independência se arrastaram por um longo período, que superou uma década em algumas regiões, como no México. Os conflitos eram muitos. Os desafios, gigantes: longas viagens, com "apenas" a Cordilheira dos Andes para vencer.

Soares e Scarelli contam o exemplo do motim realizado pelos soldados rio-platenses

por falta de pagamento na Fortaleza Real Felipe de Callao, no Peru, em 1824: "Aqueles homens haviam partido da atual Argentina, liderado por José de San Martín, cruzado a cordilheira dos Andes e lutado contra as forças realistas no Chile, até finalmente alcançarem o território do vice-reino do Peru, onde permaneceram mesmo após a saída de San Martín", destacam. "Dos dois lados do conflito, muitas das forças mobilizadas naquele contexto não se constituíram em exércitos regulares, mas sim milícias, que obtinham seus recursos através de saques e butins promovidos em suas incursões em povoações e fazendas no território inimigo".

Os efeitos das independências não se restringiram a essas batalhas contra o exterior, mas resultaram em outras divergências internas aos países. As disputas da narrativa histórica por meio da criação de um panteão de heróis da independência, em cada um desses novos territórios latino-americanos, ilustra isso: "Uma vez que cada novo regime político buscou amparar-se em heróis afinados com suas demandas e bandeiras, esses panteões sofreram constantes revisões", apontam Soares e Scarelli.

Mariana Garcia de Castro Alves é jornalista, professora e doutora em linguística.



Ciência & Cultura

Agora totalmente
digital.

Leia:

revistacienciaecultura.org.br



“Bandeira LGBTQ+ no Congresso Nacional do Brasil”, de Antonio Cruz/ABr. Agência Brasil

Discutir a Independência do Brasil também envolve discutir a independência de corpos e até mesmo de expressão

Independência: entre a história dos livros e a verdade dos corpos

Para movimentos identitários, o desafio é olhar a comemoração histórica com menos heroísmo e mais realidade

por Rafael Revadam

Repensar as narrativas históricas de um país não é apenas uma demanda dos movimentos sociais de hoje. Aqui no Brasil, enquanto o ano 2000 era marcado por uma série de ações em comemoração aos 500 anos do descobrimento, a filósofa Marilena Chauí já defendia que não havia

nada a festejar, pois, se do lado dos portugueses existia uma narrativa de progresso, para os indígenas o período foi um genocídio. Rumo ao bicentenário da independência, nos deparamos com o mesmo questionamento: temos o que comemorar?

Se olharmos do ponto de

vista dos grupos considerados minoritários, essa é uma pergunta difícil de responder. Segundo o Atlas da Violência 2021, a chance de uma pessoa negra ser assassinada no país é 2,6 vezes superior ao de uma pessoa não negra. O mesmo relatório aponta que os homicídios de indígenas

cresceram mais de 20% em dez anos. Ainda, o estudo “Violência armada e racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial”, do Instituto Sou da Paz, mostra que dos 30 mil assassinatos por agressão armada em 2019, 78% foram contra pessoas negras. Já o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apontou que as invasões possessórias, a exploração ilegal de recursos e os danos ao patrimônio também aumentaram: foram 263 casos registrados em 2020. Levantamento do Datafolha encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicou que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência no último ano no Brasil. Por fim, o 15.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mostrou um aumento de 24,7% nos homicídios contra a população LGBTI no período de 2020 comparado a 2019.

Esses números retratam uma assombrosa desigualdade que se mantém no Brasil, revelando uma herança histórica de injustiça social que exclui parte significativa da população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. “Apesar dos processos de independência dos países latino-americanos, como o Brasil, e da consequente transição do status de colônias para o status de Estados independentes, não podemos dizer que a colonização se encerrou num passado. Mais do que falar em consequências ou em legados do colonialismo,

é preciso afirmar que o pacto colonial segue sendo reencenado e atualizado”, explica Isaac Porto, mestre em Direito pela PUC-RJ e consultor LGBTI do Instituto sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Race and Equality). “Isso é perceptível nos processos de dependência econômica que regem o mundo, mas não só. Olhar para a realidade da população negra, dos povos originários, e a forma desumana e desumanizante com que o Estado lida com essas populações, escancara o quanto a humanidade do povo preto ainda é expropriada em benefícios da hegemonia política, social, econômica e cultural branca”, complementa.

Uma questão de identidade

O fato é que o projeto da Independência do Brasil colocou uma questão muito importante no novo cenário: a definição de uma “identidade nacional”. Afinal, nascia uma nação que buscava, entre outras demandas, manter seu território unido. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 foi o primeiro passo na tentativa estatal de refletir sobre temas relacionados à nação brasileira.

O universo que colonizou segue colonizando de outras formas, por exemplo, no debate sobre povos indígenas e questões LGBTI.

A Literatura, anos depois, contribuiria para a construção dessa identidade, aliando a imagem da nação brasileira às suas belezas naturais, como também a mitificação do indígena como componente essencial da nação brasileira. Desta forma, a natureza e a gente brasileira são os elementos determinados para definir a identidade nacional. Em relação à sua gente, Brasil possuía uma situação única no mundo: a miscigenação entre brancos, negros e índios.

No entanto, é bom ressaltar que, após a constituição do Império, o sentimento de nacionalidade ainda era bastante insípido e a ideia de identidade nacional praticamente não existia. A situação começou a mudar a partir de conflitos externos contra inimigos estrangeiros, que fizeram emergir os sentimentos de patriotismo e civismo. A consolidação veio após a Guerra do Paraguai (1864-1870): com a vitória brasileira, reforçando símbolos que marcariam esse nacionalismo, como a bandeira e o hino nacional.

Apesar de negros e indígenas serem considerados parte fundamental da construção da identidade nacional, eles mesmos permaneciam sem identidade. No caso dos negros, a Abolição da Escravatura só aconteceu 66 anos após a Proclamação da Independência do Brasil. Embora tenham conquistado a liberdade, eles não conquistaram direitos: continuaram marginalizados na sociedade e relegados a subempregos ou mesmo a semiescravidão. Foi a Constituição de 1988, aprovada

100 anos depois, que trouxe conquistas significativas para a população negra, como o direito à terra dos quilombolas e a criminalização do racismo. A mesma Constituição também garantiu o direito dos indígenas, passando a considerar o Estado o responsável por adotar políticas públicas para preservar as formas de organização social, línguas e costumes dos grupos tradicionais. Antes, esses grupos eram considerados representantes de uma cultura inferior que deveriam ser tutelados pelo Estado, e tiveram seus direitos ignorados ou negados até então.

No caso das mulheres, elas constituíam um grande e silencioso grupo, que ficou de fora de todas as Constituições e leis brasileiras até 1932, quando finalmente conquistam o direito ao voto. Isso deu forças para que passassem a lutar por mais direitos, e fez com que, em 1979, o Brasil assinasse o tratado internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), a “Convenção Sobre a Eliminação e Todas as Formas de Discriminação Contra As Mulheres”. Já sobre a população LGBTI, as discussões são bem mais recentes. Apesar de todos os avanços, ainda há um longo caminho pela frente quando se trata dos direitos para esses grupos.

Povos tradicionais – desafios não tradicionais

“A gente é tão independente juridicamente, mas não tanto na prática. Porque o universo que colonizou segue nos colonizando de outras formas. Por exemplo, no



“Kiss”, de Murillo Chibana. Reprodução

Figura 1. O Brasil é um dos países mais violentos contra a população LGBTI

debate sobre povos indígenas e questões LGBTI. Quem levanta esse tema normalmente são os jovens [indígenas]. Acredito que foi só em 2018 a primeira vez que essa pauta entrou na Assembleia Nacional dos Estudantes Indígenas, que é um evento importante do movimento”, reflete Renan Reis, mestre em antropologia e sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para o antropólogo, este é um exemplo de como a colonização está enraizada nas culturas. “Eu penso que refletir sobre a Independência é reconhecer essas coisas primeiro, esses processos históricos muito pouco conhecidos. A colonização ao nível da antropologia, do pensamento, dos conceitos filosóficos, muito presente no povo com que eu trabalho hoje”.

Evitar ser quem é para conseguir viver não é uma novidade para Gabrielle

Weber, professora da Escola de Engenharia de Lorena (EEL), uma instituição da USP. Marcada já na infância por não se identificar com o gênero que lhe atribuíam, só pode se afirmar como mulher trans após ter os diplomas acadêmicos e um emprego na mesma academia. “A idade média em que uma travesti é expulsa de casa é de 13 anos, essa é a raiz do problema. Porque se você é expulsa de casa com 13 anos, o que vai fazer? Você não vai para a escola porque a escola não vai te dar o que comer, não vai te dar um teto. Você vai recorrer a formas de sobrevivência, você vai acabar na prostituição. E eu percebi que eu era trans quando tinha 10 anos, só que a minha ficha caiu exatamente com uma reportagem falando sobre violência. Então, eu sabia que não era uma opção para mim. Óbvio, com o tanto de consciência que uma criança de 10 anos consegue formular, mas eu já tinha medo de ser expulsa de casa. De uma

forma bem inconsciente no começo, e que foi ficando mais consciente depois, eu tracei a minha carreira de forma a ter uma posição de privilégio, de segurança, para então depois eu poder ser eu mesma”, conta.

A preocupação de Weber tem justificativa. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), só em 2020 o Brasil bateu o recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, com um total de 175 mortes. Já no primeiro semestre de 2021, foram 80 assassinatos, 33 tentativas de assassinato e outras 27 violações de direitos humanos. “Uma coisa que é muito importante ressaltar é que esses dados não são reais, eles são minorantes. As organizações que fazem esses levantamentos não trabalham com dados absolutos, elas trabalham muitas vezes com recortes de jornal, com algumas notícias mal passadas, no sentido de que tem muito ruído”, alerta a pesquisadora.

Em abril de 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou oficialmente o cancelamento do Censo 2020. Desde 2014, diversas iniciativas vêm solicitando a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo, de modo a conseguir mapear a população LGBTI do país. Iniciativas ignoradas ou até recusadas por órgãos federais. A ação mais recente é o projeto de lei no. 420/2021, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), que segue parado no plenário do Senado Federal desde fevereiro. Antes da PL, em agosto de 2020, a ong Aliança Nacional LGBTI+ encaminhou um ofício ao próprio IBGE

pedindo a inclusão deste mapeamento social no Censo. O Instituto respondeu negando o pedido, alegando que é um tipo de monitoramento não recomendado tanto do ponto de vista técnico quanto operacional, e que a investigação de tais questões é algo sensível.

“Se você monitora, você está abrindo o problema. Olhando do ponto de vista mais acadêmico, toda vez que você quiser levantar algum problema, você precisa de indicadores. Estou envolvida em um levantamento da população realizado pela Academia LGBTQIA+ Brasileira. Para saber quem a gente é, onde a gente está, e assim poder falar que o problema existe. Porque sem números, parece que o problema não existe”, denuncia a especialista.

Dando visibilidade para o invisível

Em 2020, o Instituto sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos publicou um dossiê para denunciar a situação de vulnerabilidade da população negra e LGBTI no país (Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil). Entre as possíveis soluções para resolver o cenário de desigualdade, a entidade recomendou

Que Independência foi essa? Para quem? O que mudou por causa disso? E o que a gente pode fazer a partir daí?

a interseccionalidade de pautas entre os movimentos identitários, ou seja, que os movimentos distintos que ainda lutam pelo direito à vida se unissem por pautas em comum.

Isaac Porto, um dos autores do dossiê, contou os pilares desta visão: “Não se trata apenas de reconhecer sofrimentos e dores, mas de colocar esses grupos que escapam à branquitude cis-heteronormativa no centro da ação e da atenção política, rompendo com um histórico de invisibilizações de nossas urgências. Significa, assim, ter como prioridade máxima a luta pela vida, sem esquecer quais são os grupos que precisam, diariamente, colocar seus corpos na linha de frente por essa luta”.

Para Porto, a luta por direitos segue em dificuldade no país, mas não se deve olhar apenas na perspectiva dos obstáculos. “Nós tivemos avanços importantes ao longo dos últimos anos, como a política de cotas ou a garantia da retificação de nome e gênero de pessoas transexuais, dentre outros, que são fruto da luta histórica dos movimentos sociais — e isso não pode ser deixado de lado. Embora ainda haja muitos problemas e estejamos em uma onda de retrocessos, os movimentos negros, os movimentos indígenas e LGBTI+ têm ecoado grandes vozes de resistência na luta pela vida”.

Rafael Revadam é jornalista e divulgador científico, atua na revista ComCiência e no podcast Oxigênio, e estuda as mudanças do jornalismo científico com a pandemia da covid-19. ■

Liberdade para Quem?

Duzentos anos de disputas

por Thiago Krause

O período de independência não se reveste no Brasil do mesmo caráter seminal (poderíamos dizer até totêmico) que possui nos Estados Unidos da América: as imensas transformações institucionais desde a Proclamação da República em 1889 e a combinação de fracasso educacional e complexo de vira-lata ajudam a entender esta diferença. Nossa identidade nacional foi frequentemente definida por nossas potencialidades e pela comparação com o exterior que ressalta nossas deficiências. Esse desprendimento tem seus elementos positivos — afinal, crer em Pais Fundadores de sabedoria inigualável é bastante infantil — mas favorece uma visão a-histórica que ignora as múltiplas possibilidades e debates que marcaram a trajetória do país. Talvez ainda mais importante, ignorar o tema arrisca lançá-lo no colo da extrema-direita no poder, que recolhe sua visão do passado na lata de lixo da historiografia.

O senso comum enfatiza a continuidade no processo de independência, como convém a um país supostamente avesso a rupturas: a colônia de exploração torna-se um império escravista, governado pela mesma dinastia da metrópole e subordinado



“Alegoria do Juramento da Constituição”, de Giuseppe Gianni. Reprodução

O resgate de uma mulher branca fantasiada de indígena das garras de um monstro das profundezas por parte do Imperador busca representar a salvação da Constituição e do Brasil das garras da anarquia, renunciando uma união amorosa entre soberano e nação. Tratava-se de um esforço propagandístico para reconstruir a imagem de D. Pedro como um soberano liberal.

a interesses econômicos estrangeiros. Como muitas ideias herdadas e repetidas sem reflexão, seu problema é mais a superficialidade simplificadora do que propriamente a incorreção. Apesar dos constrangimentos impostos pelo binômio formado pelas elites senhoriais e pela dependência estatal das rendas derivadas da produção escravista, o destino do Brasil não estava dado em 1822 — ou em momento

algum, pois a história é sempre o resultado incerto de múltiplos embates.

Longe de ser apenas um divórcio relativamente pacífico¹ ou mesmo “uma guerra civil de portugueses”,² a independência do Brasil inseriu-se nos estertores da Era das Revoluções. Assim, liberdade e soberania popular foram conceitos tão centrais no Brasil de 1822 como nos Estados Unidos de 1776 e na França de

1789. Como escreveu o senhor de engenho baiano Miguel Calmon, “o amor da liberdade sempre é mais ardente nos países onde há escravos [...] aqueles que vivem entre escravos olham para a liberdade não só como uma fruição comum a todos, mas como uma espécie de privilégio e de hierarquia”.³ Tratava-se, portanto, apenas da liberdade do senhor.

Entretanto, a experiência de opressão daria origem a interpretações distintas entre escravizados e livres pobres (brancos ou não), preocupando as classes dominantes.⁴ Como escreveu um francês anônimo em 1822, escaudado pela Revolução Haitiana, “se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte”.⁵

A independência resolveu relativamente rápido a problemática do autogoverno, pois a autonomia formal do país jamais foi novamente ameaçada, mas apenas deu início à questão muito mais crucial sobre quem deveria governar, com a qual nos debatemos até hoje.⁶ Como a Convenção Constitucional norte-americana de 1787, a Assembleia Constituinte do Brasil em 1823 não era representativa da população que dizia representar, sendo composta quase que unicamente por brancos (o baiano Francisco Montezuma, pardo, era uma das raras exceções) e ricos. Em uma época em que o tráfico transatlântico de africanos continuava a pleno vapor (cerca de 90 mil foram desembarcados aqui apenas no biênio 1822-1823), os deputados eram também escravocratas.

Mesmo assim, esses homens precisaram discutir quem seriam os cidadãos do novo Estado: se a exclusão das mulheres nem sequer foi posta em pauta, o que fazer com negros e indígenas foi um ponto de muita polêmica. O baiano Francisco Carneiro de Campos foi explícito quanto ao caráter excludente da cidadania na nova nação: “os escravos crioulos, os indígenas, etc. [...] não entram no pacto social: vivem no meio da sociedade civil, mas rigorosamente não são partes integrantes dela, e os indígenas nos bosques nem nela vivem. [...] Eles] não têm direitos se não os de mera proteção”⁷— e esta, como a violência do cativo e da expropriação deixava claro, era muito mais formal que efetiva.

Alguns deputados como o diácono José Martiniano de Alencar, veterano de Revolução de 1817 em Pernambuco e mais progressista que seu filho romancista — o qual defenderia a escravidão até a morte — admitiam que a extensão da cidadania a todos os homens era a atitude correta. Entretanto, a necessidade de preservar a ordem social, defender a

O progresso não foi obtido graças a burocratas ilustrados ou governantes beneméritos, mas da ação social que transformou possibilidades abertas por mudanças estruturais em realidade.

propriedade privada e garantir as rendas do Estado impediam que essa medida fosse tomada em um país escravista.⁸ A preocupação do intendente de polícia do Rio de Janeiro em reprimir papéis incendiários que circulavam em ajuntamentos de negros sugere a amplitude da disseminação desses debates em 1822-24,⁹ mas a força das estruturas políticas oligárquicas impedia que demandas pela ampliação da participação política alcançassem as estruturas institucionais em formação.

Ao final, os deputados decidiram incluir os africanos libertos como cidadãos e seu projeto de Constituição previa que o Legislativo deveria tomar medidas para a “emancipação lenta dos negros”,¹⁰ porém a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro e a outorga de uma Constituição escrita pelos elementos mais conservadores retiraram até essas pequenas concessões. Cidadãos seriam apenas os homens livres nascidos no Brasil ou europeus naturalizados, excluindo-se os povos originários e africanos, entendidos como “bárbaros”. Quanto à escravidão, nenhuma palavra: ela foi naturalizada para ser mais bem preservada.¹¹

Mais do que desânimo ou conformismo, o que esse passado nos sugere é que múltiplos caminhos são vislumbrados em todas as encruzilhadas históricas. Em 1823, como em 1787 nos Estados Unidos, alguns membros da elite vislumbraram uma lenta extinção da escravidão, mas a demanda internacional por algodão e café além da consolidação de poderosas classes senhoriais se encarregariam de enterrar essas aspirações. Que tais ideias

tenham sido aventadas, inclusive entre setores populares, sugere que outros mundos eram possíveis.

Entretanto, sonhar não é o suficiente para mudar. Apesar das rebeliões da década de 1830, a escravidão só foi extinta 65 anos depois da Constituinte, após o isolamento do Brasil como último país escravista das Américas e da ascensão de novas elites menos dependentes do cativo, bem como de um forte movimento abolicionista. O progresso não foi obtido graças a burocratas ilustrados ou governantes beneméritos, mas da ação social que transformou possibilidades abertas por mudanças estruturais em realidade.

A luta pela liberdade e pela cidadania — o direito de ter direitos¹² — não se encerrou com sua conquista formal em 1888, sequer com a Constituição que, promulgada cem anos depois, finalmente transformou o Brasil em uma democracia. A persistência de múltiplas desigualdades (raciais, econômicas e de gênero) e a força que o reacionarismo demonstrou sempre que se viu ameaçado por reivindicações subalternas, por modestas que fossem — como nas décadas de 1830, 1890, 1960 e 2010 — demonstram que há muito por fazer.

Assim, o bicentenário da independência não deveria servir de desculpa para nacionalismos rasos que comemorem os de sempre — homens, brancos, ricos e poderosos. O governo federal não fará nada diferente, agora que se lembrou da existência da efeméride. Portanto, cabe à sociedade a tarefa de recuperar os fracassos nacionais, mas

principalmente os esforços para saná-los, construindo um passado prático que aponte para onde queremos chegar.

Não se trata, evidentemente, de uma história panfletária: a simplicidade nunca reflete a realidade, de modo que dicotomias e maniqueísmos são péssimos guias para a ação. Mesmo assim, o significado que atribuímos ao passado é inevitavelmente político: 1822 por 1822 interessa apenas aos antiquários, enquanto o bicentenário precisa ser relevante para nós, brasileiras e brasileiros de 2022. Lembremos não só naqueles que perpetuaram nossas iniquidades, mas também daqueles que as combateram, tantas vezes esquecidos e invisibilizados. Que a reflexão sobre 200 anos de lutas, com muitas derrotas — mas também algumas vitórias — nos inspire para o embate decisivo na eleição que se avizinha, e para os muitos que se seguirão.

Thiago Krause é professor de história na Unirio e autor, com Rodrigo Goyena Soares, de “Império em Disputa: Coroa, Oligarquia e Povo na Formação do Estado Brasileiro (1823-1870)” (FGV Editora, 2022), do qual este artigo foi adaptado.

Assim, o bicentenário da independência não deveria servir de desculpa para nacionalismos rasos que comemorem os de sempre — homens, brancos, ricos e poderosos.

REFERÊNCIAS

1. Oliveira Lima, O Movimento da Independência, 1821-1822. Brasília: FUNAG, 2019 [1922], p. 7.
2. Holanda, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação in: id. (org.) O Brasil monárquico, Tomo II: O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1962], 9ª ed., p. 18.
3. Americus, Miguel Calmon du Pin e Almeida. “Carta II” [1823?] in: id. Cartas Políticas Extrahidas do Padre Amaro. Londres: Greenlaw, 1825, p. 55.
4. Reis, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia. in: id. & Silva, Eduardo. Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 79-88.
5. Mott, Luiz. Um documento inédito para a história da independência. in: Mota, Carlos Guilherme. 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986 [1972], 2ª ed., p. 482.
6. Paraphrasing here the classic book of Becker, Carl. The History of Political Parties in the Province of New York, 1760-1776. Madison: the University of Wisconsin Press, 1960 [1909], p. 22: “the first was the question of home rule; the second was the question, if we may so put it, of who shall rule at home”.
7. Sessão de 24 de setembro, Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003 [1973], ed. fac-similar, vol. III, p. 106.
8. Sessão de 30 de setembro, Diário, vol. III, p. 133.
9. Ribeiro, Gladys. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e ‘de cor’ na independência do Brasil. Cadernos Cedex, vol. 22, n. 58, 2002, p. 39.
10. Projecto de Constituição para o Império do Brasil, Diário, vol. II, p. 699, artigo 254
11. Parron, Tâmis. Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780 – c. 1830, inédito.
12. Arendt, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1949], p. 33



Ciência&Cultura

VOLUME 74 - No. 1 - JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO 2022

ISSN: 2317-6660

revistacienciaecultura.org.br

Publicação da Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência

Rua Maria Antônia, 294 - 4º andar,
CEP 01222-010 São Paulo, SP.

Fone: (11) 3259-2766

E-mail: cienciaecultura@sbcnet.org.br

